



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

Nº 06/2007

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 38/2018)

Dispõe sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia do *Campus* de Tocantinópolis.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT, reunido em sessão no dia 04 de abril de 2007, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia do *Campus* de Tocantinópolis.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 04 de abril de 2007.

Prof. Alan Barbiero
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Projeto Político-Pedagógico
Curso de Pedagogia
Campus de Tocantinópolis

Abril -2007

Pode-se dizer que na escola, o nexo Instrução-Educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o professor é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos seus alunos e é também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta contra um tipo inferior. Se o corpo docente é deficiente e o nexo instrução-educação é abandonado, visando resolver a questão do ensino de acordo com esquemas abstratos nos quais se exalta a educabilidade, a obra do professor se tornará ainda mais deficiente; ter-se-á uma escola retórica sem seriedade, pois faltará a corpositude material do certo e o verdadeiro, será verdadeiro só verbalmente, ou seja, de modo retórico.

(Gramisc, 2001, Cadernos do cárcere, v. 2, p. 44).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1. CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	7
1.1 Missão Institucional.....	7
1.2 Estrutura Organizacional.....	7
1.3 Gestão Acadêmica.....	8
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	10
2.1 O Projeto Acadêmico do Curso.....	10
2.2 O Projeto Pedagógico do Curso – Currículo.....	31
2.3 O Projeto Político-Pedagógico do Curso – Avaliação	103
2.4 Atividades Acadêmicas Articuladas à Formação.....	104
3. CORPO DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO - ADMINISTRATIVO.....	116
3.1 Corpo Docente: Perfil Docente.....	116
3.2 Corpo Docente: Atuação nas Atividades Acadêmicas.....	119
3.3 Corpo Docente: Atenção aos Discentes.....	120
3.4 Corpo Técnico-Administrativo: Atuação no Âmbito do Curso.....	121
4. INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS.....	122
4.1 Estrutura Física do <i>Campus</i>	122
4.2 Instalações Especiais e Laboratórios Específicos	123
4.3 Biblioteca: Adequação do Acervo e Proposta do Curso.....	129
4.4 Instalações e Equipamentos Complementares.....	130
4.5 Área de Lazer e Circulação.....	131
4.6 Recursos Áudio Visuais.....	131
4.7 Acessibilidade para Portador de Necessidades Especiais.....	131
4.8 Sala de Coordenação do <i>Campus</i> e do Curso.....	131
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
6. ANEXOS	135

APRESENTAÇÃO

A elaboração de uma nova proposta para o curso de Pedagogia, representa um passo importante e uma tarefa que se constitui de fundamental importância para dar visibilidade ao conjunto das ações que vimos realizando ou que pretendemos realizar para formar profissionais de educação nesse novo curso de Pedagogia. De certa forma, uma tarefa da qual não podemos nos furtar, nem mesmo abrir mão, pois é na elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso que temos a oportunidade de pensar sobre o sentido daquilo que estamos fazendo, sobre os fins e os meios de nossa ação que se estenderá por diferentes espaços e cenários.

O documento que ora apresentamos procura reunir as mais recentes discussões da comunidade acadêmica local, no sentido de responder às principais preocupações que têm surgido no dia a dia do trabalho dos professores, às reivindicações dos estudantes e às necessidades percebidas pela leitura da realidade. Esses elementos se inserem nas discussões que vêm sendo feitas em nível nacional, sobretudo aquelas que subsidiaram e subsidiam as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

A proposta de elaboração do PPP apresentada na Semana de Planejamento do 2º semestre 2005 formalizou uma comissão, que juntamente com a coordenação de curso, apresentaria um primeiro esboço como base para as discussões. A partir desse primeiro esboço, todos os que constituem o *campus* universitário de Tocantinópolis foram convidados a se envolver no processo com liberdade, como expressão de uma construção democrática e coletiva. Assim, esse documento reflete as marcas dos sujeitos envolvidos na sua construção e das circunstâncias em que foi produzido¹.

Dessa forma, o Projeto Político-Pedagógico do novo Curso de Pedagogia que o *Campus* de Tocantinópolis está propondo compreende os anseios políticos e pedagógicos da comunidade envolvida, sobretudo, os docentes, discentes e técnicos administrativos expressamente colocados nos princípios básicos que orientaram os posicionamentos tomados.

Compreendendo a docência em seu sentido amplo, ou seja, em um sentido que incorpora todos os processos do fazer pedagógico: Ensino, gestão, extensão e pesquisa, este PPP coloca como centro articulador de todas essas atividades o trabalho docente. Assim, o trabalho docente, conforme documento do ENCOP (2006, p. 02)², “caracteriza-se como processos e práticas de produção, organização, difusão e apropriação de conhecimentos que se desenvolvem em espaços educativos escolares e não-escolares, sob determinadas condições históricas”.

Nesta perspectiva, focalizamos o professor como um profissional da Educação que, em ação e interação com o outro, articula práticas pedagógicas e práticas sociais para a produção de saberes na e para a realidade. Portanto, a docência, de acordo com documento citado anteriormente, define-se, pois, “como ação educativa que se constitui no ensinar-aprender, na produção de conhecimento e na gestão de contextos educativos, na perspectiva da gestão democrática” (ENCOP, 2006, p. 02).

¹ O PPC foi construído em um período de dois anos (2005.2/2007.1). Todo esse tempo foi marcado por vários acontecimentos internos na Universidade, entre eles destacamos a greve docente ocorrida no 2º semestre de 2005, a posse de novos servidores técnico-administrativos e professores, a criação do curso de Ciências Sociais no *Campus* e as constantes discussões no âmbito do colegiado do curso e entre as comissões de elaboração dos PPC dos quatro cursos de pedagogia da UFT.

² Encontro Nacional de Coordenadores dos Cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Brasileiras, ocorrido em Florianópolis - SC nos dias 28 e 29 de setembro de 2006, realizado pelo FORUNDIR.

Cabe ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) prever situações – de ensino, extensão e pesquisa – que possibilitem aos conteúdos teóricos converterem-se em práticas pedagógicas mais abrangentes e diferenciadas, fundamentadas pelos conhecimentos e saberes advindos das pesquisas e práticas pedagógicas e sociais capazes de intervir na realidade. Cabe também garantir a autonomia pedagógica para que o currículo permita ao acadêmico construir seu percurso formativo compondo-o a partir das áreas de concentração e linhas de pesquisa que o interessar.

Enfim, o presente Projeto Político-Pedagógico do novo Curso de Pedagogia, aqui apresentado, em conformidade com os demais cursos de Pedagogia da UFT, busca considerar todas as dimensões do currículo educativo. Com base nas concepções e princípios que orientaram a construção do projeto direcionou os objetivos, a organização didático-pedagógica do currículo do curso, assim como o sistema de avaliação e as demais atividades que articulam a formação.

1 – CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Missão Institucional

Toda instituição propõe-se a uma missão a partir da qual fundamenta suas decisões e ações. Em se tratando de uma instituição educacional, as premissas dessa missão levam em conta os princípios e os valores favoráveis à formação de cidadãos responsáveis, capazes de intervir na realidade complexa com compromisso ético, a fim de transformá-la em uma sociedade mais justa, na qual os indicadores sociais demonstrem índices de igualdade entre seus partícipes.

A UFT, como instituição formativa deve se propor a educar, formar e realizar pesquisas cujos resultados se estendem para além de seu espaço geoeducacional. De acordo com o documento base para o Planejamento Estratégico da UFT (2005-2010), a missão da Universidade Federal do Tocantins é *“produzir e difundir conhecimento para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia”*. (p. 24).

Nessa perspectiva, a UFT, numa visão de futuro, propõe-se a organizar-se estrategicamente, de forma que marque o cenário das universidades brasileiras firmando-se como uma *“universidade consolidada, multi campi, um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia”* (p. 24).

O destaque a esses pontos fundamentais é muito importante, pois demonstra o compromisso da Universidade Federal do Tocantins e sua função social dentro de um cenário marcado pela distribuição desigual de rendas e de aplicação na Educação, o que implica, também, na falta de uma política de investimentos mais concretos em projetos de pesquisas e atividades de extensão em toda região amazônica.

O *Campus* Universitário de Tocantinópolis, parte deste contexto institucional, inserido numa região de difícil acesso, com um índice de desenvolvimento humano relativamente baixo, inclui, junto com a missão da universidade, a necessidade de atuar na área da educação através da oferta do Curso de Pedagogia para a formação de professores em cujo perfil profissional encontra-se formação teórica sólida e práticas educativas e sociais colocadas em favor de uma sociedade mais justa e igualitária.

1.2 – Estrutura Organizacional

Alan Barbiero – **Reitor**

Flávia Lucila Tonani – **Vice-Reitora**

Kátia Maia Flores - **Pró-Reitora de Graduação**

Márcio Antonio da Silveira - **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Ana Lúcia Medeiros - **Pró-Reitora de Administração e Finanças**

Ana Lúcia Pereira - **Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.**

Francisco Gonçalves Filho – **Diretor do Campus de Tocantinópolis**

Francisca Rodrigues Lopes - **Coordenadora do Curso de Pedagogia**

1.3 – Gestão Acadêmica

1.3.1 - Coordenação do Curso

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Participação em órgãos colegiados
Francisca Rodrigues Lopes	-Graduação: Pedagogia -Mestrado: Comunicação e Semiótica	DE	- CONSEPE - Câmara de Graduação - Conselho Diretor - Colegiado do Curso

1.3.1.1 - Experiência profissional acadêmica do coordenador do curso

Ano	IES	Atividade Administrativa
1998 - 2000	Universidade do Tocantins – UNITINS	Coordenadora do curso de Pedagogia em Regime Especial
2000 - 2001	Universidade do Tocantins – UNITINS	Coordenadora do curso de Normal Superior
2004 - 2004	Universidade Federal do Tocantins – UFT	Coordenadora de Estágio
2006- 2007	Universidade Federal do Tocantins – UFT	Coordenadora do curso de Pedagogia

1.3.1.2 – Atuação e dedicação junto ao curso

A coordenadora, além das atividades da coordenação, também é professora ministrando aulas em salas de aula; porém há um esforço quanto à dedicação e ao apoio didático pedagógico junto aos docentes e discentes.

1.3.2 – Secretaria Acadêmica do Curso

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Participação em órgãos colegiados
Marcélio Martins Campos	-Graduação: Administração	40 horas	- Conselho Diretor - Colegiado do Curso

1.3.3 - Membros do Colegiado do Curso (2005-2007)

Alice Akemi Yamasaki
Aroldo Magno de Oliveira
Claiton Marcio da Silva
Cleomar Locatelli
Eliana Henriques Moreira
Eliseu Riscarolli
Filomena Franco da Silva
Francisca Rodrigues Lopes
Francisco Gonçalves Filho
Janaina Alexandra Capistrano
Josete Marinho de Lucena
José Ricardo e Sousa Mafra
Joyce Romão Milhomem

Lázaro Chaves Oliveira
Lidiane Alves da Cunha
Lucelma Silva Braga
Márcia Oliveria Ferreira
Marly Pereira Monteiro Fonseca
Maria da Glória Costa Moura
Maria do Socorro Araújo
Maria José de Pinho
Nilvânia dos Santos Silva
Pricila Júnia Gonçalves de Barros
Regina Célia Padovan
Reginaldo Araújo
Renato Martini
Saulo Eglain Sá Meneses Moraes.
Vaneça Alves da Silva de Sousa
Vanderley Mendes de Oliveira

1.3.4 - Comissão de Elaboração do PPP

O PPP do curso é uma construção coletiva e colaborativa em que todos os professores, técnicos administrativos e representantes discentes tiveram participação. Destacaremos, assim, aqueles que, em diferentes momentos, juntamente com a coordenação do Curso, se envolveram mais efetivamente na sistematização do projeto.

Prof. Claiton Marcio da Silva
Prof. Cleomar Locatelli (coordenador em 2005)
Prof(a). Eliana Henriques Moreira
Prof. Eliseu Riscarolli
Prof(a). Francisca Rodrigues Lopes (Coordenadora em 2006)
Prof. Francisco Gonçalves Filho
Prof. Irakyles Pinheiro
Prof(a). Josete Marinho de Lucena
Prof. José Ricardo e Sousa Mafra
Prof(a). Lucelma Silva Braga
Prof(a). Maria José de Pinho
Prof(a). Nilvânia dos Santos Silva
Prof(a). Regina Célia Padovan

1.3.5 – Credenciais do Curso:

Curso: Pedagogia – Docência e Gestão

Número máximo de alunos por turma: 40 alunos

Vagas de cota: 02

Duração: 09 semestres (3.225 horas)

Turnos de ofertas do curso: Matutino e Noturno

Atividades contra turnos: Atividades integrantes e complementares realizadas em contra turno.

Título concedido: Licenciado em Pedagogia.

Regime de oferta: Semestral

2 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O Projeto Político Pedagógico (...) é um projeto que implica acima de tudo, um certo referencial teórico-filosófico e político. Envolve estratégias e propostas de ação. Para educar não basta indicar um horizonte e um caminho para se chegar lá. É preciso indicar como se chega lá e fazer o caminhar caminhando juntos.

(Gadotti, SEE/MG, 2001).

2.1 – O Projeto acadêmico de Curso

Projetar para além de si mesmo exige a compreensão do mundo das coisas, num processo de permanente construção histórica que se estende no tempo. Portanto, um projeto de ação pedagógica, entendido como face de uma posição política, é também um projeto de sociedade. Essa premissa convida-nos a assumir um posicionamento fundamentado nos princípios da igualdade de oportunidades e do compromisso ético com a cidadania, e de ação permanente para inclusão dos muitos excluídos.

Assim, a construção do Projeto Político-Pedagógico do novo Curso de Pedagogia teve início em setembro de 2005, desencadeando momentos privilegiados de ampla discussão envolvendo os docentes, discentes, técnicos administrativos e a comunidade externa. Essa construção coletiva pressupõe que a participação de todos seja de forma autônoma e democrática, a partir de uma reflexão sobre a história do próprio curso, sua trajetória, sua função social e importância para a formação de profissionais que contribuam para a melhoria da qualidade da educação na região.

2.1.1 – Histórico do Curso de Pedagogia do Campus de Tocantinópolis

O Curso de Pedagogia, ofertado pelo *Campus* de Tocantinópolis, em seus dezesseis anos, já passou por várias revisões e reorganização estrutural, quanto ao regime de oferta, a organização do espaço, renovação do corpo docente e demais servidores. Por isso a proposição de um novo Projeto Político Pedagógico para um curso diferente requer o envolvimento de todos, um constante refazer, uma constante ação-reflexão-ação.

O *Campus* de Tocantinópolis teve origem em 1970 como Centro de Formação de Professores Primários (CFPP)³. Em 1990, o CFPP interrompeu suas atividades de habilitação e formação de professores para a educação básica, transferindo parte de sua estrutura física e mobiliária para a recém-criada Universidade do Tocantins (UNITINS)⁴ que, de certa forma, continuou formando professores, todavia em nível superior, ofertando o Curso de Pedagogia.

No início, o quadro docente era formado por professores universitários com formação em cursos de graduação e/ou pós-graduação *lato sensu* (especialização). As primeiras turmas ingressaram sem vestibular, cuja seleção era feita através de análise das médias contidas no histórico escolar do ensino médio.

O Curso iniciou suas atividades em regime regular, anual, em 1991 com uma turma, a qual formou em 1994, e a partir de 1995 passaram a ingressar duas turmas: uma no período matutino e outra no período noturno. A partir de 1997, o campus começou a discutir a elaboração de uma proposta curricular semestral para o curso. Essa nova estrutura entrou em vigor em 1999 cujo curso de Pedagogia agora formava professores habilitados apenas para atuar na docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Em 2000 o *Campus* de Tocantinópolis passou a chamar-se Centro Universitário de Formação de Profissionais da Educação – CEFOPE, diante disso, o vestibular para o Curso Normal Superior com habilitação em Docência dos Anos Iniciais no Ensino Fundamental ofereceu vagas para apenas uma turma no período noturno.

A criação do curso Normal Superior está relacionada às mudanças provocadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96), na qual obrigava a formação, em nível superior, de professores não habilitados que atuavam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental até o ano 2007. Essa formação em nível superior é decorrente da preocupação quanto à melhoria da qualidade de ensino, dentro do contexto das reformas educacionais incentivadas internacionalmente, vinculadas à revisão do papel do Estado.

Por outro lado, a criação e implementação do curso gerou polêmicas em nível institucional, sobretudo entre os acadêmicos. Um dos episódios marcantes foi o Decreto que estabeleceu a obrigatoriedade do curso Normal Superior ser oferecido “exclusivamente” em Institutos Superiores de Educação. Após diferentes manifestações de apoio e de discordância das entidades educacionais, houve alteração quanto a esse ponto e o Decreto passa à nova redação, substituindo o termo “exclusivamente” por “preferencialmente”. Nesse contexto polêmico, ressaltou-se a discordância entre educadores sobre a real necessidade do Curso Normal Superior, uma vez que a Pedagogia já vinha suprimindo essa necessidade.

No *campus* de Tocantinópolis, e possivelmente, em universidades com situação similar, houve um conjunto de manifestações, entre elas, a não habilitação para atuação nas matérias pedagógicas do magistério; a excessiva carga horária de Estágio (de 300 horas para 800 horas); a contraditória acusação depreciativa, especialmente a veiculada pela imprensa quanto por acadêmicos de outros cursos, de que o Curso Normal Superior é de qualidade universitária “inferior”.

Para enfrentar tal situação no *campus* de Tocantinópolis, uma série de medidas foi adotada, entre as quais: criação da Coordenação de Curso; estudo sistemático do contexto de mudanças na Formação de Professores entre discentes, docentes e coordenação de curso;

³ O Centro de Formação de Professores Primários – CFPP foi criado para atender ao número reduzido de professores habilitados na região do “Bico do Papagaio” (extremo norte do Estado do Tocantins), como formação que contribuísse na redução do elevado índice de analfabetismo existente.

⁴ Em 1990 ocorre o primeiro e único concurso da UNTINS para 20 vagas docentes.

promoção de eventos acadêmicos para discussão e debate sobre o curso e o perfil do profissional em formação e contratação de professores com qualificação na área.

Tendo em vista a necessidade de inserção da Docência como base da formação do profissional da educação, o *campus* de Tocantinópolis discutiu amplamente a reformulação curricular do curso de Pedagogia com habilitação em Administração Educacional, desde o 2º semestre de 2003, em reuniões do colegiado do curso, no planejamento do semestre, nas visitas do Reitor e Pró-Reitora de Graduação ao *Campus* e nos seminários internos promovidos pelos alunos e professores já se discutia a questão da docência como base da formação, como também a proposta de fusão do curso Normal Superior com a Pedagogia⁵.

No *Campus* de Tocantinópolis, ainda pertencente a Unitins (Universidade do Tocantins), o Curso Normal Superior começou a sofrer seus primeiros abalos logo que foi implantado, devido à difusão das constantes críticas vindas, tanto dos especialistas como de teóricos de renome, ao status privilegiado que o novo Curso assumia.

A LDB nº 9.394/96, ao definir o Curso Normal Superior como responsável pela formação de professores, tornou o curso de Pedagogia, “*um dos temas mais polêmicos e de difícil regulamentação na área da graduação*”. (MEC/CNE/SESu/2002 p. 03) .

A polêmica gerada pelas diretrizes do novo Curso de Pedagogia trouxe a compreensão de que se poderia separar as atividades de formação das atividades de produção de conhecimento. Os Decretos 3.276/99 e 3.554/2000, as Resoluções 01/99, 01/2002, 02/2002 e o Parecer 133/2001 reforçam essa dicotomia, isto é, um curso para formar professores e outro para formar gestores.

Não tardou para que os alunos comesçassem a perceber as contradições e dicotomias no novo Curso de Pedagogia. O parágrafo único do artigo 67 da LDB e as Normativas da Secretaria Estadual de Educação, 004/02, 018/03, 019/2003 e 021/03 os impediam de assumir os cargos e funções escolares de direção, supervisão, orientação educacional e todos os demais que estivessem na condição de gestão, pois precisariam ter no mínimo um ano de experiência na docência. Perceberam também que não poderiam assumir a função de docência, pois o curso não os formava para tal.

No âmbito da UFT, as inquietações manifestaram-se desde o 2º semestre de 2003. Todavia, os debates oficiais iniciaram-se a partir do 1º semestre de 2004 com os *campi* de Arrais, Miracema, Palmas e Tocantinópolis. No primeiro semestre de 2004 ocorreram as primeiras reuniões convocadas pela PROGRAD/UFT para reformulação dos cursos Normal Superior e Pedagogia. Neste encontro definiu-se a Docência (educação infantil ou anos iniciais do ensino fundamental), como base da formação do pedagogo. Também foram formados grupos de trabalhos para estudos e produção de documentos referentes ao Currículo, Estágio, Avaliação, TCC e Linhas de Pesquisas.

Em julho de 2004, em reunião da PROGRAD com alunos, professores e coordenadores, apreciou-se e aprovou-se a nova estrutura curricular na qual fixava-se a fusão dos cursos Normal Superior e Pedagogia, ficando, portanto: Pedagogia com habilitação em Administração Educacional e Docência dos Anos Iniciais, e Pedagogia com habilitação em Administração Educacional e Docência em Educação Infantil. Atualmente abrem-se vagas para vestibular anual com duas entradas: uma para o primeiro e outra para o segundo semestre em cada ano.

⁵ O Curso Normal Superior foi criado em 2000 e seu primeiro vestibular ocorreu em 2001, abriram-se vagas para os cursos Normal Superior e Pedagogia. No *Campus* de Tocantinópolis, a Pedagogia habilitava em Administração Educacional, o curso Normal Superior habilitava em docência das Séries Iniciais ou Docência em Educação Infantil.

O contexto das exigências nacionais e regionais, do quadro de professores melhores qualificados, da promulgação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como as necessidades locais, levou-nos a amplas discussões sobre o Curso e a propor uma nova estrutura curricular capaz de atender para as demandas imediatamente expostas.

2.1.2 – Justificativa do Projeto Político-Pedagógico do Curso

Desenhar um Projeto Político-Pedagógico de curso para essa região requer, por antecedência, uma revisão sobre a situação local no que se refere ao potencial sócio-econômico, cultural e educacional existente, bem como o levantamento das demandas que justifiquem a necessidade do curso.

Nesse sentido, tornou-se imprescindível fazer-se um apanhado dos indicadores relevantes na região e no espaço em que o campus universitário está inserido. Esse apanhado e posterior discussões trouxeram elementos que contribuíram para o reconhecimento da realidade, a redefinição do papel social do curso, a reflexão sobre as concepções, decisões, posicionamentos e princípios que orientam a oferta de um curso que atenda à demandas educacionais para a região.

2.1.2.1 – A realidade sócio-econômica e cultural em que o projeto foi construído

a) O Estado do Tocantins e a Região do Bico do Papagaio ⁶

O Estado do Tocantins é formado, atualmente, por 139 municípios, com uma população, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) estimada para o ano em 2004 de aproximadamente em 1.3 milhões de habitantes. Ainda segundo o IBGE a região do Bico do Papagaio possui 174.224 habitantes e faz fronteira com o sul do Estado do Maranhão que possui aproximadamente 257.181 habitantes, e com o sudoeste do Estado do Pará com 422.226 habitantes. Assim, essa região possui uma soma de 853.631 habitantes aproximadamente.

O Estado abrange diversas bacias hidrográficas, com destaque para os rios Tocantins e Araguaia, que percorrem paralelamente quase que por todo o estado e “encontram-se” literalmente na região, formando o limite entre os estado do Tocantins, Maranhão e Pará e formando o “Bico do Papagaio” na cidade de Esperantina, TO.

O Estado é considerado um dos principais produtores de energia elétrica do País. A usina hidrelétrica de Lajeado (UHE), por exemplo, tem capacidade instalada de 902,5 MW. Após a implantação de sete UHEs, a capacidade de geração de energia do Estado do Tocantins será de 6000 MW (metade da UHE de Itaipu);

Dados provenientes do Planejamento Estratégico da UFT (2005) demonstram que, no Estado do Tocantins, cerca de 430 mil hectares (ha) de terra são utilizados para atividades agrícolas, sobretudo, na produção de soja, frutas, cana-de-açúcar, milho, algodão e arroz irrigado. A soja – principal produto agrícola – apresentou um crescimento de cerca de 84% na produção considerando o período 2000-2005⁷, de acordo com a Secretaria de Agricultura do Tocantins (2005).

⁶ Bico do Papagaio é um nome popular da micro-região geográfica classificada até 1988, como Extremo Norte Goiano. Atualmente localiza-se no norte do estado do Tocantins. Destaca-se que a população do Brasil é de 169.872.856 e da região norte 12.911.170 habitantes, segundo o IBGE, 2000.

⁷ Previsão de safra para o ano de 2005.

Aproximadamente, 60% do solo tocantinense é agricultável, correspondendo a aproximadamente 12 milhões de ha. As condições naturais são consideradas essenciais para o sucesso da agricultura, assim como a logística do escoamento por meio do transporte multimodal em fase de implantação, mais especificamente dos meios hidroferroviário. Contudo, a maior parte da produção agrícola ainda é vendida *in natura*. A pecuária, realizada no vale do Araguaia, principalmente com bovinos de corte, representa aproximadamente 70% do agronegócio do Estado, ainda que realizada, em sua maioria, na forma extensiva, com técnicas de manejo rudimentares (SEPLAN, 2003). Outras atividades merecedoras de destaque são a construção civil, vestuário, turismo e madeira (móveis). Além desses potenciais, na região também encontram-se reservas minerais de bauxita, calcário, cassiterita, gipsita e ouro, bem como vegetais, babaçu, pequi, mamona, castanha-do-pará e madeira de lei (mogno).

O Estado também possui um potencial de produção de biodiesel, por meio, principalmente, da mamona, babaçu e dendê. Nesse sentido, existe a possibilidade de o Tocantins incrementar seu PIB com o fomento de projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – artigo 12 do Protocolo de Kyoto), com a venda, para países desenvolvidos, dos chamados créditos de redução de emissão de gases efeito estufa (GEE).

No que se refere a **rodovias**, o Estado, que até 1998 dispunha de 1.102,47 Km de rodovias (763,73 Km federais e 308,74 Km estaduais), no ano de 2003 passou a ter 4.767,13 Km de estradas asfaltadas. Desse total, 3.418,63 Km são investimentos do próprio governo estadual, o que significa um incremento de 91%. Ademais, o Estado passará a contar com o corredor multimodal do Araguaia –Tocantins. Que está sendo estabelecido a fim de baratear fretes, encurtar distâncias e inverter possíveis vantagens comparativas. O corredor abrange a rodovia Belém/Brasília (BR 153), a hidrovia Araguaia-Tocantins e a ferrovia Norte-Sul – “Ferrovia da Integração Nacional” – com a finalidade de escoar a produção para o Porto de Itaquí (MA), cortando o Estado longitudinalmente, e com uma área de influência de 1,8 milhão de Km².

O **turismo** é um serviço que pode ser localizado fora das áreas urbanas. No norte do Estado existem projetos de ecoturismo, como o encontro das águas dos rios Araguaia e Tocantins, em Esperantina, e o corredor ecoturístico do Araguaia, que inclui Pau D’Arco, Araguaia, Xambioá, Araguaia e Praia Norte. A rigor, qualquer município ao longo dos rios Araguaia e Tocantins pode oferecer atrativos turísticos em decorrência da formação de praias e ilhas.

Quanto ao padrão de **urbanização** no norte do Estado podemos citar a cidade de Araguaia, na qual 94% da população reside em áreas urbanas. Este dado aponta a importância deste município como centro urbano do norte do Tocantins, concentrando 32,6% de toda a sua população e, 41,7% de sua população urbana.

O crescimento da urbanização se deu concomitantemente ao crescimento dos pequenos municípios. Nesse sentido, a distribuição dos municípios por classes de tamanho populacional indica que na área aproximadamente 92% dos municípios (34) contém até 20 mil habitantes. Dois municípios (Tocantinópolis e Araguaia) estão na faixa entre 20 mil e 50 mil habitantes e apenas Araguaia tem, aproximadamente, mais de 100 mil habitantes.

Considerando os três setores da **economia** (primário, secundário e terciário), a atividade terciária (serviços) foi responsável por dois terços do PIB do Estado, de aproximadamente R\$ 3,7 milhões, em 2003. Considerando-se o PIB per capita – o PIB do Estado dividido por seus habitantes -, observa-se que este se encontra na casa dos R\$ 2,1 mil por ano, inferior ao da região Norte (R\$ 3,9 mil) e do Brasil (R\$ 6,8 mil).

O Tocantins importa mais do que exporta. Importa praticamente todos os bens industrializados que consome, e exporta, principalmente, grãos (arroz e soja) e carnes. Apesar disso, houve um aumento da ordem de 646% das exportações em 2003, se comparado ao ano de 2001. Verifica-se também que 10,4% das empresas estão no setor industrial. Destas, 99,6% são de micro e pequeno portes, responsáveis por 11,4% do emprego gerado. Cerca de 56% das empresas são informais, e, no segmento industrial, elas são 60%. No ano de 2000, o comércio foi responsável pela geração de 27.487 empregos, a indústria por 12.376 e o setor de serviços por 35.943 empregos.

O Estado possui um baixo índice de **consumo**, já que o potencial médio por habitante é de R\$ 5,2 mil, contra os R\$ 9 mil registrados no Mercoeste (região formada por estados da região centro-oeste e da região norte). Esse cenário indica um gargalo para a instalação de empresas de maior porte. Em se tratando da região do Bico do Papagaio, encontram-se algumas empresas tais como: a Tobasa e a Asa Norte, em Tocantinópolis; e a Farmacon em Araguatins, entre outras de pequeno e médio porte.

A **população** do Tocantins é formada, em grande parte, por migrantes. Os provenientes de outros estados são 35,1% (no Brasil os migrantes nacionais são 19%), estando 74% no espaço urbano. Dados referentes à população demonstram que aproximadamente 49% da população do Tocantins é do sexo feminino. É também uma população jovem, sendo que cerca de 48% da população tem menos de 19 anos (no Brasil esse índice é de 40%), e a densidade populacional do Estado é de 4,2 habitantes por Km². A sua taxa anual de crescimento populacional situa-se na faixa de 2,6%, contra 2,9% da região Norte e 1,6% do Brasil.

Em relação a cor ou raça, a população tocaninense é formada por 60,6% de pardos, 30,6% brancos, 7,1% pretos, 0,2% amarelos e 0,9% índios⁸. Existem, hoje, no Estado, 6 grupos indígenas: Karajá; Javaé; Apinayé; Kraho; Itacajá e Xerente. Desses, o grupo Apinayé encontra-se na região do Bico do Papagaio. Segundo o IBGE 2000, a população indígena é minoria em grande parte das regiões, tendo mais expressão na região norte.

Quanto aos **indicadores sociais**⁹, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do Tocantins era de 0,611 em 1991, passando para 0,710 em 2000, o que mostra um incremento (melhora na qualidade e quantidade) nos indicadores considerados: educação, longevidade e renda. Em Tocantinópolis, 51% da população é pobre (população que vive com um valor igual ou menor do que meio salário mínimo per capita/mês). No País o índice de pobres não ultrapassa 26%. Na região Norte, não ultrapassa 31%.

Contudo, analisando-se a concentração de renda, veremos que a mesma aumentou. No ano de 1991, os 20% mais pobres da população detinham cerca de 2,6% da renda do Estado, enquanto que os 20% mais ricos detinham 67% desta mesma renda. Já no ano de 2000 verificou-se que os 20% mais pobres se apropriavam de 1,2%, e o estrato dos 20% mais ricos de mais de 70% da renda. Tal fato sinaliza que os pobres são hoje mais pobres e os ricos, mais ricos.

b) A Educação na Região do Bico do Papagaio: Tendências e Desafios

⁸ Segundo o Censo 2000, no Brasil, 53,7% consideram-se brancos; 6,2% pretos; 38,5% pardos; 0,4% amarelos e 0,4% indígenas. No que se refere ao contexto nacional, a população parda foi maioria na Região Norte 64%.

⁹ Baseado em informações da Secretaria de Planejamento do Estado, a partir de dados de 2004 e RODRIGUES (2004).

Em relação à **educação**¹⁰, os indicadores demonstram que o analfabetismo geral atinge 21% da população, enquanto no Brasil este índice é em torno de 15%. Segundo o Relatório de análise ambiental e sócio-econômica do Norte do Estado do Tocantins¹¹, essa região apresentou um número de analfabetos, entre a população de 10 anos de idade, de 20,7%; uma média entre 17,3% e os 30,4% de populações urbanas e rurais analfabetas.

Em 33 dos 37 municípios da área do Zoneamento Ecológico-Econômico (89%), a taxa de analfabetismo é superior a 20% da população e, em cinco deles, a proporção é superior a 30% (Axixá do Tocantins, Carrasco Bonito, Esperantina, Palmeiras do Tocantins e Praia Norte). Há diferenças no padrão de alfabetização entre as populações urbanas e rurais, com exceção dos municípios de Araguañã (18,0% de analfabetos urbanos versus 19,1% de analfabetos rurais), Pau D'arco (23,3% versus 23,7%), Santa Fé do Araguaia (22,3% versus 23,7%) e Santa Terezinha do Tocantins (24% versus 25,4%).

A cobertura municipal de escolas do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries na área em estudo é bastante expressiva, significando, em 2000, uma distribuição média municipal de 16,5 escolas por município, e de cerca de 55 crianças na faixa de 7 a 10 anos por escola. Entretanto, a distribuição não se dá de maneira uniforme, Araguatins merece destaque, com 9%, seguindo-se os municípios de Itaguatins, Tocantinópolis, Wanderlândia, Xambioá, Darcinópolis, Augustinópolis e Axixá, todos com número expressivo de escolas. Outros, como Aragominas, Araguañã, Carmolândia, Pau D'Arco, Aguiarnópolis e Maurilândia, têm um número muito baixo de escolas de Ensino Fundamental.

As escolas do Ensino Fundamental na Região do Bico do Papagaio somam 779, sendo 611 de 1ª a 4ª séries, e 168 de 5ª a 8ª séries. O número total de escolas no Ensino Médio é 78, ou seja, menos da metade do número total do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª e apenas um oitavo do número total do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª. A maior parte das escolas de Ensino Médio está localizada nas áreas urbanas. Ainda assim, em relação ao número de estudantes formados no Ensino Médio, no período de 2000 a 2004, na região do Bico do Papagaio, foi de aproximadamente 10.086 concluintes¹².

Em relação ao **ensino superior** público no Estado e na região do Bico do Papagaio, destaca-se a cidade de Tocantinópolis que, desde 1990, é sede de um *campus* universitário, começando pela Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) que, desde então, oferece o curso de Pedagogia, Licenciatura para formação de professores da educação básica.

A importância desse *Campus* na região é muito grande, uma vez que recebe alunos não só do Estado, mas também do sul dos estados do Pará e Maranhão. Em todos esses anos ofertando o Curso de Pedagogia, que ao longo do tempo sofreu diversas modificações, é relevante o número de profissionais formados, bem como, são relevantes as mudanças ocorridas nas escolas da região. Em todo Estado, houve avanços significativos, tanto em números de instituições de ensino superior, quanto em número de professores formados.

2.1.2.2 – O Papel Social do Curso

O *Campus* de Tocantinópolis tem formado, em nível de graduação, um grande número de profissionais da educação, em seus dezesseis anos de existência. Ao longo desses anos, as

¹⁰ Baseado em informações da Secretaria de Planejamento do Estado, a partir de dados de 2004.

¹¹ Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN). Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). Projeto de Gestão ambiental integrada da região do Bico do Papagaio. Zoneamento ecológico – econômico (ZEE). Análise ambiental e socioeconômica do Norte do Estado do Tocantins. Org. Vitor Bellia e Ricardo Ribeiro Dias. Palmas, SEPLAN/DZE, 2004, pág. 245 e 246.

¹² Baseado em informações da Diretoria Regional de Ensino de Tocantinópolis e Araguatins.

mudanças estruturais nos sistemas educativos como um todo, levaram o Curso de Pedagogia a sofrer várias alterações como as já mencionadas. Entretanto, sempre procurou formar profissionais da Educação comprometidos com políticas sociais que contribuíssem para a melhoria da qualidade do ensino e da vida em comunidade. Nesse sentido, contribuir com uma formação mais sólida e integral foi e é seu principal objetivo e, para que isso ocorra, assume mais uma vez um processo de reconstrução de seu Projeto Político-Pedagógico.

Todavia, tendo em vista a necessidade de repensar a formação do pedagogo no âmbito da Universidade Federal do Tocantins (UFT), é que o *Campus* de Tocantinópolis, através do envolvimento do corpo docente e discente, tem realizado reflexões e debates para a construção de uma nova estrutura curricular para um novo curso de Pedagogia, que garanta formação mais ampla. Estas reflexões têm nos revelado a complexidade e a responsabilidade de explicitar o perfil do curso que se quer realizar.

A partir desta compreensão do perfil do pedagogo que se quer, concordamos com as entidades: ANFOPE, ANPED e FORUMDIR para as quais o Curso de Pedagogia, como uma licenciatura não pode conduzir a uma concepção restrita de docência em que a formação profissional focalize apenas as questões referentes aos processos de construção do conhecimento, desconsiderando as outras dimensões que definem a organização do trabalho escolar, especialmente a gestão educacional e, do mesmo modo, desconsiderando o contexto mais amplo em que esses processos se desenvolvem.

Considerando que a Pedagogia se aplica ao campo teórico investigativo da Educação e ao campo do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social, entendemos que nosso compromisso será formar o pedagogo com uma formação integrada para atuar na docência das séries iniciais do ensino fundamental, na educação infantil, nas disciplinas da formação pedagógica do nível médio e na gestão dos espaços escolares e não escolares, bem como na produção e difusão do conhecimento do campo educacional. Como também credenciar o pedagogo para o exercício profissional nas áreas específicas, tais como: educação especial, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação ambiental e outras áreas emergentes do campo educacional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso.

Para além da formação para a docência em salas de aulas regulares de educação básica, o Curso amplia o olhar para outros cenários que envolvem questões urgentes emergentes que carecem de profundas discussões como, a questão dos indígenas, dos portadores de necessidades especiais, problemas dos impactos ambientais, a educação do campo e das culturas afro-brasileiras.

Tudo isso reforça a necessidade de um profissional qualificado. E por levarmos em consideração que um número bastante elevado de professores¹³ que atuam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental não possui o ensino superior, vemos a importância do novo curso de Pedagogia. Com base nos dados a seguir apresentados, contextualizamos a realidade e justificamos a necessidade de um curso que atenda a demanda da região.

2.1.2.3 – O Posicionamento Político-Pedagógico: Concepções e Princípios

2.1.2.3.1 – As Concepções que orientam o Projeto

¹³ PINHO, Maria José. **Políticas Educacionais de Formação de Professores no Estado do Tocantins: intenção e realidade.** 2004. 194f. Tese (Doutorado em Educação e Currículo) PUC, São Paulo.

Em sentido restrito, a corrente ideológica, isto é, a filosofia que orienta as ações de uma instituição educativa, é o que constitui seu marco doutrinal. De forma mais ampla entendemos como sejam os fundamentos e crenças que asseguram sua forma de processar conhecimentos, de assimilar e se relacionar com o espaço em que está inserida. Portanto, ao constituir sua identidade (seu marco doutrinal) deve fazer com que todos os partícipes tenham claramente assumido o tipo de cidadão que quer formar, a partir da concepção de alguns elementos básicos:

a) Concepção de ser humano

Por ser humano entende-se o ser que, entre as espécies animais existentes na terra, encontrou formas de pensar e se organizar para sobreviver de maneira racional que requer aprendizado e aperfeiçoamento dos seus fazeres. Essa habilidade puramente humana se tornou possível porque o ser humano tem a capacidade de criar sistemas simbólicos, como a linguagem, através dos quais dá significado às experiências vividas e as transmite aos seus semelhantes.

Dessa maneira, o ser humano transforma suas experiências em discursos e transmite-as aos demais seres de sua espécie. É o único com capacidade de imaginar coisas, simbolizá-las e colocá-las no mundo, através das invenções. Segundo Costa (1987, p. 3) *“o homem é capaz de recriar situações e emoções, é capaz de simbolizar e atribuir significado as coisas, de separar, agrupar, classificar o mundo que o cerca segundo determinadas características. Esse é o cerce de sua capacidade simbólica e de sua humanidade”*.

Assim, concebe-se o ser humano com todas essas características e, mais ainda, com a necessidade de se relacionar com os outros. Através das relações de interação que vai construindo com seus pares, constitui os grupos sociais onde são realizadas trocas de informações que possibilitam ao homem adequar-se ao meio e fazer cultura, estabelecendo padrões para vida em comunidade. Dessa forma, apreende-se o homem como ser pensante capaz de criar e recriar, capaz de produzir conhecimentos sobre o mundo, capaz de superar desafios e criar sistemas de organização social que atendam às transformações estruturais da contemporaneidade.

b) Cultura

É do fazer humano que as culturas são geradas. São os hábitos sobre o fazer que vão se repetindo por gerações sequenciais e levando o ser humano a se acostumar com as mesmas coisas. Ao criar forma de representar suas crenças, através da dança, dos rituais, das músicas e das celebrações, dá sentido a seus costumes, sua existência. Essa representação é capaz de manifestar de forma particular a dor, a tristeza, a alegria, o agradecimento, o pedido, etc. São as práticas naturais cotidianas que ganham significado e ocupam espaço na vida, que geram a cultura de um povo.

Cada sociedade elabora sua própria cultura que vai sofrendo modificações a partir da influência recebida de outros grupos sociais. Na sociedade moderna os nichos culturais têm dificuldade de sobreviver tendo em vista a expansão de outras formas de expressão que são veiculadas pelos meios de comunicação e facilmente assimiladas pelas gerações mais novas. Essa mistura dá origem a uma cultura mais resiliente, ou seja, propensa à adaptação ao mundo globalizado.

Entendemos por cultura, segundo Oliveira (1995, p. 89), *“um estilo de vida próprio, um modo particular, que todas as sociedades possuem e que caracteriza cada uma delas”*. Nesse modo de vida particular, queremos incluir as crenças e os valores que conduzem o

grupo, os modos de organização familiar, os tipos de moradias, as formas de comunicação, a educação e a transmissão de conhecimentos.

Considerando as marcas da cultura sobre a educação e que esta se processa de acordo com os valores existenciais de uma determinada sociedade, acreditamos que a tomada de posicionamento por um cidadão, carrega mais elementos da sua cultura, que dos conhecimentos racionalmente adquiridos. Portanto, a proposição de uma educação formal, bem como seu processamento, deve levar em conta a cultura como valores humanos anteriormente construídos pelo espaço a que se destina, a fim de que possa inserir outras formas de ver e agir sobre o mundo.

c) Sociedade e Sociedade do futuro

O ser humano tem uma tendência natural de agrupar-se por ideais comuns ou para defender-se de outros grupos na luta por espaço. A convivência em sociedade permite que adquira aprendizagem e a capacidade de moldar-se para garantir que todos interajam, convivam e assumam o status de pessoa, conforme Pegoraro, (2000). É dessa capacidade criativa que o homem modifica as formas de se relacionar consigo mesmo, com as outras espécies animais e com outros espaços.

De acordo com Morin (2000, p. 29):

As sociedades domesticam os indivíduos por meio de mitos e idéias, que, por sua vez, domesticam as sociedades e os indivíduos, mas os indivíduos poderiam reciprocamente, domesticar as idéias, ao mesmo tempo em que poderiam controlar a sociedade que os controla.

As mudanças estruturais das sociedades despontam como prenúncio de mudanças no meio ambiente e na natureza. Isso nos faz perceber que estamos no início de um processo dinâmico de mudanças em todas as dimensões da existência dos seres vivos. É uma grande revolução nas relações existenciais, nas formas de organização das sociedades, e nos sistemas de *informação* que vêm causando profundo impacto nos aspectos econômicos, sociais e culturais da nossa civilização. É, portanto, preciso que esse impacto abarque também a educação, no sentido de que consiga formar cidadãos aptos para a nova sociedade.

Jeffrey Sachs, professor de Harvard, em um artigo que escreveu na revista *"The Economist"* (nº 24 de 30 de junho de 2000)¹⁴ defende que *o mundo não é mais dividido por ideologia, mas por tecnologia*. A exemplo disso diz que a região sul do Brasil é classificada como *"capaz de adotar tecnologias"* enquanto a maior parte do país é classificada como *"tecnologicamente excluída"*. Isso nos faz pensar no futuro da aquisição de conhecimentos científicos, pois sabemos que num país extenso como o nosso as políticas públicas não atingem a todos. Nesse sentido, é alarmante o índice de excluídos em todos os aspectos da sociedade, especialmente da sociedade da informação.

Infelizmente esses fatores demarcam uma conjuntura social globalizada de problemas econômicos e políticos que a educação tem de discutir. O avanço das tecnologias de ponta alcança um número inexpressivo da população e evidencia a grande massa de excluídos, especialmente nas regiões periféricas, onde o IDH (Índice de desenvolvimento Humano) é mais baixo. Essa esfera da população, ainda assim não está fora do alcance tecnológico que geram transformações sociais.

As transformações na sociedade acontecem de forma cada vez mais acelerada e intensa, atingindo todo o planeta, influenciando as relações entre países, entre as pessoas e

¹⁴ SIMON, Imre. *Impacto da tecnologia de informação na sociedade do futuro*. Disponível em: www.google.com.br. Acesso em 01 de novembro de 2005.

propiciando uma nova visão de mundo e das coisas. Não existe solidez na permanência de costumes ou de produção, os aparelhos tecnológicos são descartáveis e as inovações tecnológicas passam a ser incorporadas à vida das pessoas paulatinamente. Com isso, o mundo foi se aproximando e a comunicação entre os países, as culturas, economias etc vai sendo globalizada.

A biociência descobriu que a vida é, basicamente, uma persistência de processos de aprendizagem. Assim, os seres vivos são seres que conseguem manter, de forma flexível, a adaptabilidade e a dinâmica de continuar aprendendo, por isso acreditamos que processos vitais e processos de conhecimento devem ser entendidos como intrincados e motivadores dos sujeitos. Essa perspectiva que une processos vitais e processos de conhecimento tem trazido descobertas impressionantes nas pesquisas sobre o corpo e a mente, elementos presentes na sociedade do futuro.

Essas descobertas demonstram a necessidade de que a educação desenvolva as capacidades técnicas exigidas pelas novas tecnologias, e a aprendizagem deve ser mediada mais por símbolos que pela observação visual, mais por informações concretas da realidade que por conteúdos livrescos. Deve também preocupar-se em desenvolver a capacidade comunicativa que permita expressar os interesses da sociedade, mantendo o respeito, sabendo compreender o outro. Saber perceber, delinear e transmitir normas de comportamentos e valores morais condizentes com o perfil de sociedade que se quer formar.

A sociedade do futuro requer uma educação com fins específicos, mas que possibilite aprendizagem multidisciplinar. O profissional dessa nova sociedade é aprendente, cujas atividades produtivas convergem sinergicamente. Assim, a solidez da educação deve ser sua constante intenção de formar cidadãos para uma determinada época e lugar; deve ser sua busca em ensinar a aprender sempre com o momento e para a vida; deve ser sua permanente insistência em humanizar as pessoas, mesmo numa sociedade de auto-regulação.

d) Conhecimento

O conhecimento é a garantia de que o homem adquiriu formas de agir sobre as coisas e de tirar proveitos delas. Para Morin (2000, p. 31) “*O conhecimento do conhecimento, que comporta a integração do conhecedor em seu conhecimento, deve ser, para a educação, um princípio e uma necessidade permanentes*”.

O conhecimento é resultado das experiências do senso comum, através de suas crenças, ou da investigação científica, isto é, racional como uma tentativa de oferecer explicações sistemáticas, que podem ser colocadas à prova empiricamente ou através da discussão intersubjetiva. É como uma necessidade que o homem tem de não ser expectador das coisas, de não aceitá-las pacificamente sem questionar, de não assumir posição pacífica diante dos fatos.

Portanto, segundo Köche (1997, p. 30)

A investigação científica se inicia quando se descobre que os conhecimentos existentes, originários, quer das crenças do senso comum, das religiões ou da mitologia, quer das teorias filosóficas ou científicas, são insuficientes e impotentes para explicar os problemas e as dúvidas que surgem.

O propósito de um curso que deseja qualificar cientificamente seus formandos deve ser o de oferecer a eles conhecimentos suficientes e necessários para o domínio de pressupostos científicos, de conhecimentos teóricos clássicos, bem como das regras científicas

de trabalho investigativo. É fazer compreender que a ciência, como ritual, dispensa o pensamento aleatório e a liberdade, a ciência requer disciplina para a formação de idéias sólidas, para a apreensão dos conhecimentos sistematizados e para a transformação dos eventos vividos.

Dessa forma, o curso que pretendemos oferecer precisa explicitar claramente seu compromisso com a oferta de conteúdos capazes de gerar conhecimentos teóricos e práticos que conduzam à autonomia dos sujeitos. Precisa levar em conta as condições a que se encontram subordinadas a produção e a reprodução da vida humana em sociedade e na relação com a natureza. Precisa preocupar-se com a relação de utilidade dos conhecimentos e das habilidades adquiridas para melhorar as práticas sociais e condições de vida dos estudantes, futuros profissionais da educação.

e) Educação

De acordo com Brandão, (1995, p. 10) *“a educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida”*. (grifos do autor). A idéia de que a educação seja o caminho para a transformação social, para o surgimento de uma nova sociedade com novos hábitos de organização, busca de segurança, preocupação com o meio ambiente e com formação cidadã, parece uma utopia, pois as políticas públicas educacionais e outras políticas sociais não favorecem o alcance desse nível de sociedade.

Nesse sentido, observamos que, enquanto a ciência avança aplicando tecnologias surpreendentes e respondendo aos desafios que os aglomerados sociais e a natureza lhe impõe – talvez por estar sustentada numa política de interesses e competição de mercado –, a Educação não consegue vencer os desafios do analfabetismo. Quando falamos em analfabetismo, temos em mente as três dimensões do analfabetismo, que devem ser superadas¹⁵: 1) *lectu scriptu* centrado nos processos de aquisição e domínio da leitura e da escrita ainda tão marcante no nosso país; 2) *o analfabetismo político*, que se refere às políticas governamentais, partidos e mercados, a questão dos espaços etc; 3) *o analfabetismo da informação*, caracterizado pela falta de domínio sobre o uso das máquinas complexas.

As políticas educacionais têm o papel de pensar o tipo de cidadão necessário a uma determinada época e espaço. Nesse caso, pensar a formação de um professor requer observar se há perspectivas de investimento no capital humano, para a conquista e a manutenção do emprego e a garantia da produtividade.

Em se tratando da Educação, entendemos produtividade como a formação de pessoas competentes para atuarem no seu tempo e para encontrarem meios de sobrevivência. A educação deve ser para o tempo social das pessoas, ou seja, para a era das tecnologias, para a descoberta e a compreensão de novos papéis e funções que os homens têm de assumir, através das relações sociais que estabelecem.

Sabemos que o investimento no capital humano exige ações que permitam a educação tornar-se a ponte para o desenvolvimento de habilidades necessárias às exigências da modernização. Essa preocupação ganhou impulso a partir da reunião de Jomtien, por iniciativa da Unicef, em 1990, juntamente com o BM, FMI, PNUD e outros organismos internacionais. A partir dessa reunião foram elencadas políticas voltadas para o

¹⁵

Cf. ASSMAN, Hugo. *Reencantar a Educação*. Rumo à Sociedade aprendente. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

desenvolvimento da educação, especialmente em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como o nosso.

A questão da Educação é praticamente impossível desvincular-se da questão da economia; por isso, a Educação e o desenvolvimento ajustam-se no eixo da transformação produtiva. Portanto, a Educação não pode perder de vista o objetivo interno de querer consolidar e aprofundar os princípios da democracia, da coesão social, da equidade, da participação e da cidadania, mesmo na sociedade de competitividade de mercado.

Essas políticas não conseguirão mudar os índices negativos da educação, se não houver uma reforma global no ensino: reforma universitária, sistemas de avaliação, de aplicação de recursos, etc. Enquanto isso resta-nos pensar na educação como uma questão de sobrevivência humana que, por meio dela, pode-se criar uma sociedade de inclusão social onde a cidadania seja vivenciada por todos.

f) Pedagogia

As Diretrizes Curriculares Nacionais recentemente aprovadas para o Curso de Pedagogia resultam, do determinado na legislação em vigor, das quais podemos citar: Parecer CNE/CP 028/2001; a Resolução CNE/CP 1/2002; a Resolução CNE/CP 2/2002, assim como de um longo processo de consultas e de discussões da comissão de especialistas do MEC. Todas essas bases legais anunciam um novo Curso de Pedagogia que busca formar cidadãos com maiores qualificações.

O curso de Pedagogia foi institucionalizado em 1939 para formar bacharéis com duração de três anos de estudos em conteúdos específicos da área, ou seja, fundamentos e teorias educacionais. Para a aquisição do título de licenciado, aquele que pretendia atuar como professor deveria cursar mais um ano de disciplinas voltadas para a Didática e a Prática de Ensino. Esse pacote ficou conhecido como o famoso Esquema 3+1.

Nesse curso, o licenciado formava-se para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas disciplinas pedagógicas do Magistério de nível médio. Com a Lei da Reforma Universitária 5.540, de 1968 o curso de Pedagogia passou a ofertar as habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional. As Diretrizes Curriculares elaboradas em 1999, com base no proposto pela LDB, propunha formar pedagogos especialistas em educação para atuar na gestão de sistemas de ensino e, como pesquisador.

Após ampla discussão em âmbito nacional as novas Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo MEC propõem um Curso de Pedagogia com estrutura curricular diversificada, podendo oferecer várias áreas de aprofundamento curricular, para além da docência e para as funções designadas como especialistas. Foram ampliadas também disciplinas e atividades curriculares dirigidas à docência para crianças de 0 a 10 anos e oferecem-se diversas ênfases nos percursos de formação do pedagogo, para contemplar, entre muitos outros temas os quais devem ser assegurados através do Projeto Político Pedagógico do curso:

1. Educação de jovens e adultos;
2. Educação infantil;
3. Educação na cidade e no campo;
4. Atividades educativas em instituições não escolares, comunitárias e populares;
5. Educação dos povos indígenas;
6. Educação nos remanescentes de quilombos;

7. Educação das relações étnico-raciais;
8. Inclusão escolar e social das pessoas com necessidades especiais, dos meninos e meninas de rua;
9. Educação a distância e as novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação.

Diante do exposto é preciso pensar cuidadosamente, levando em conta as demandas educativas da região, que tipo de Curso de Pedagogia queremos/podemos oferecer. É preciso ter como um dos objetivos principais a formação de profissionais capazes de exercer a docência nos níveis propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a formação de professores capazes de atuar no planejamento e na gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares e de programas não escolares.

Para isso é preciso garantir a presença de diversas abordagens teóricas, como referências, a fim de que subsidiem o campo da pedagogia no que se refere a suas concepções teóricas e metodológicas próprias. Portanto, logo no início, o ingressante no curso, deve ser conduzido e desafiado a aprender articular os conhecimentos do campo educacional com as práticas profissionais e de pesquisa. Esse propósito deve ser abarcado por todos os membros colegiados, especialmente pelo corpo docente, para que ao final do curso o concluinte tenha a capacidade de apresentar produção intelectual própria e com qualidade.

Portanto, a formação em Pedagogia deve propiciar, ao longo do processo educativo, por meio de investigações, reflexões, críticas e experiências no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a articulação de contribuições de diversos campos do saber como a filosofia, a história, a antropologia, as ciências naturais, a psicologia, a sociologia, as letras e as artes, também dos campos da política e da economia. O propósito destes estudos *“é nortear a observação, a análise, a execução e a avaliação do ato docente e das práticas de gestão dos processos educativos escolares e não escolares, assim como os de organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos ensino”*.¹⁶

Como já explicitamos, o Curso de Pedagogia trata do campo teórico-investigativo da educação, do ensino, de aprendizagens e do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social. Desse ponto de vista, o perfil do graduado em Pedagogia deverá contemplar consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso.

O confronto epistemológico sobre o curso está na raiz da definição dos pressupostos básicos de nossas convicções a respeito da pedagogia. É preciso esclarecer se existe um saber pedagógico específico da pedagogia ou se os conhecimentos e teorias se fazem a partir de outras ciências. É preciso definir o curso de pedagogia como uma ciência que trabalha com a prática educativa e que para isso aplicam tecnologias pedagógicas. Antes de tudo é preciso pensar um curso que instrumentalize os estudantes para se tornarem sujeitos portadores de conceitos críticos, procedimentos e atitudes reflexivas, e que se comprometem com uma prática social voltada para a melhoria da qualidade de vida.

O curso proposto deve ter como pretensão, a aquisição de conhecimentos teóricos sólidos, a fim de superar práticas educativas conservadoras, desvinculadas do contexto sócio-histórico. O objetivo principal deve ser a construção da capacidade de diálogo entre os próprios conhecimentos e os conhecimentos elaborados pela academia, o diálogo entre a ciência e a prática cotidiana nas escolas, entre o saber e o fazer.

¹⁶

Ver Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo Parecer CNE/CP n. 01 de 15 de maio de 2006.

Portanto, o pedagogo escolar há que ter uma formação ampla, com foco voltado ao sistema escolar e não apenas às fragmentadas atividades de especialistas da educação. Esse profissional deverá se aprofundar nas questões de planejamento e avaliação dos sistemas escolares, em consultorias de avaliação às escolas, em redirecionamento de perfis escolares, assim como nas funções de gestão e planejamento da realidade escolar.

Temos, portanto, de reconhecer que é uma formação complexa para a aquisição de tantas habilidades exigidas, por isso a insistência em relação à pesquisa tem a intenção de incentivar a busca de uma formação *stricto sensu* que aprofunde estudos no campo da educação. A pedagogia, insistimos, não é uma formação acabada em nível de graduação, pois as questões da educação requerem constantes re-elaboração das práticas e dos conhecimentos a respeito da realidade e da dinâmica de apreensão das coisas.

2.1.2.3.2 – Os Princípios que Orientam o Curso

I. Igualdade de acesso e permanência dos discentes na universidade

A atual **Constituição Brasileira** em seu capítulo III – Da educação, da cultura, e do esporte, Seção I, artigo 205 determina que: “*É dever do estado e da família promover e incentivar junto com a sociedade, a educação, direito de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, e sua qualificação para o trabalho*”. Portanto, consideramos que a universidade não deve furtar-se à oferta de ensino público, gratuito e de fácil acesso sem, contudo, perder a qualidade e o compromisso com a promoção dos direitos de livre exercício de cidadania.

Com relação ao direito de igualdade e condições de acesso e permanência na escola, previsto no artigo 206, somos instigados a questionar as formas de acesso, isto é, questionar a forma de seleção do vestibular existente, bem como os procedimentos exigidos para o cumprimento da estrutura curricular dos cursos, para que tais exigências não dificultem a garantia de permanência dos alunos na universidade, considerando sua realidade de vida. Pois o atual modelo econômico e social constitui o grande entrave para a consolidação da igualdade de acesso e permanência dos discentes na universidade.

É preciso compreender que a tarefa da escola, conforme Pimenta (2002), é a de inserir as crianças e os jovens no mundo de hoje, pela reflexão, pelo conhecimento, pela análise, pela compreensão, pela contextualização, pelo desenvolvimento de habilidades e atitudes. É, pois, “*garantir que as crianças e os jovens sejam capazes de pensar e gestar soluções para se apropriarem da riqueza da civilização e dos problemas que esta civilização produziu*”. (PIMENTA, 2002, p. 62).

Um avanço nessa direção tem sido dado a partir dos fóruns de discussões e das ações afirmativas que buscam facilitar o acesso nas universidades para negros e índios, bem como para os candidatos provenientes das escolas públicas. Consideramos que, no bojo dessas discussões deva ser incluída a concepção de pessoa - filogenética e ontogenética –, de gênero e de classes sociais dentro de um processo histórico.

II. Qualidade da educação

Quando falamos em qualidade da educação, necessariamente é preciso ter presente, a discussão sobre qualidade partindo de questionamentos como: o que é qualidade? Para quem?

Em que espaço? Etc. é preciso também reconhecer que a qualidade da educação está estritamente relacionada com a política econômica e social do país.

Anterior a estes questionamentos temos como princípio que a qualidade da educação depende de vários fatores, tais como, corpo docente qualificado e preocupado com o rigor da formação, atuando em plenas condições favoráveis à produção de conhecimentos teóricos e práticos que contribuam para a tomada de decisões e práticas sociais dos futuros profissionais. Todavia, a qualidade de ensino implica também em elaborar e re-elaborar estratégias que permitam a transformação das práticas sociais, e profissionais dos acadêmicos a fim de que, quando atuando nas escolas assegurem às crianças o domínio de conhecimentos escolares assim como o desenvolvimento de capacidades intelectuais. Conforme Scheiber (1987) *a qualidade do ensino está vinculada à possibilidade de a escola ser escola e de o professor ensinar, saber o que ensinar e como ensinar.*

III. Gestão democrática

A discussão sobre gestão democrática ganhou força no contexto educacional acompanhando as mudanças de paradigma a respeito da administração. Ou seja, caracteriza-se pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. Dessa forma, segundo Lück (s/d) *“o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização no processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias, e na efetivação dos projetos mediante um compromisso coletivo”* e sinérgico, cujos resultados educacionais são mais significativos.

O entendimento a respeito de gestão democrática reflete posições políticas e concepções de homens que povoam uma organização institucional num processo de participação em que as decisões sejam tomadas por toda equipe. Conforme essa concepção, a gestão democrática permite implementar uma dinâmica organizacional de trabalho baseado na autonomia democrática, socialização das informações e na participação, cuja cultura corresponde ao conjunto de fatores sociais, culturais e psicológicos que influenciam os modos de agir dos participantes.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico deve apresentar-se como um instrumento cujos princípios norteadores apontem para o ideal de uma gestão que inclua todos. Assim, os elementos normatizadores das questões relacionadas aos procedimentos e processos que regularão a vida acadêmica devem oferecer situações em que se possa pautar com liberdade de expressão e escolha frente às decisões importantes que favoreçam a dinâmica acadêmica.

Nesse momento os desafios que se colocam são a formação de profissionais para o exercício constante da mudança *“no clima de incertezas”* que conduz à *“conscientização dos próprios profissionais quanto à necessidade de permanecerem em processo de formação constante e requalificadora”* (Alarcão, 2001, p. 91), e a consistência da formação para o desempenho consciente da profissão junto com aos pares.

IV. Valorização do magistério

O Art. 62 da LBD (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96) diz que: *“A formação docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério em educação*

infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”.

Diante desse expositivo, vê-se que o magistério em nível de formação superior sofre um desnivelamento, especialmente no estado do Tocantins, onde os sistemas de educação estadual e municipal optaram por fazer jus a este artigo e têm remunerado seus professores com base no nível médio. Bem sabemos que a valorização do magistério não se efetiva unicamente pelo cunho salarial, mas também por condições de trabalho digno e liberdade de atuação.

Como formador de profissionais que atuarão nas escolas de educação básica, o *Campus* de Tocantinópolis deve prever em seu Projeto de Curso a garantia de que os conhecimentos adquiridos subsidiem aos futuros profissionais capacidades de organização institucional e de classe para lutar por seus direitos básicos.

V. Pluralidade de idéias

A Universidade, entendida em sua raiz etimológica, já nos leva a pensar que um universo de idéias deve ser corrente em seus espaços, portanto, essa característica carece estar presente de forma interdisciplinar entre as disciplinas, cujos conteúdos interagem entre si. A liberdade de pensamento e expressão, participação e crítica, denotarão o grau de convivência democrática nesse universo plural.

A pluralidade de idéias correntes na universidade deve ser alimentada e enriquecida pelo princípio da autonomia democrática, sem que haja perda de identidade. Segundo Libâneo (2002) *a autonomia é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar*. Portanto, a pluralidade se fundamenta no princípio de autonomia, que significa a capacidade das pessoas livremente se expressarem e decidirem suas ações.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico sinaliza para a realização de ações e atividades tais como, seminários, simpósios, encontros, congressos etc, assinaturas de revistas, jornais, manutenção de laboratório de informática para que todos tenham acesso ao uso de Internet, para que haja uma ampla divulgação de idéias sobre os temas específicos da educação e sobre aqueles de interesse nacional, cujas polêmicas influenciam decisivamente na vida e cultura das pessoas.

Essa preocupação orienta a construção de uma estrutura curricular que expresse o compromisso da universidade e do *Campus* de Tocantinópolis, especialmente, com a formatação de um currículo que articule verticalmente conteúdos voltados para a promoção da autonomia, da construção de conhecimentos conceituais que influenciam os comportamentos e as atitudes dos acadêmicos.

VI. Indissociabilidade: ensino, extensão e pesquisa

A estreita indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa que constitui o tripé da universidade, não deve ser uma garantia que fique como um componente ideológico descrito no Projeto Político Pedagógico de qualquer curso ou instituição. Deve expressar mais que o desejo de que isso se realize efetivamente, deve apontar as possibilidades dessa inter-relação.

Dessa forma, a interdisciplinaridade pressuposta nas atividades de ensino, deverá estender-se de forma ampla para envolver cada vez mais os alunos nas atividades de iniciação

científica da pesquisa e da extensão. A consolidação dos grupos de pesquisa e o fortalecimento das linhas, com ideais claros e que expressem as necessidades de pesquisa apontadas pelos alunos colaborem para que esses elementos se encontrem interligados.

A difícil tarefa de superação da dicotomia entre teoria e prática, que tem ocupado importante espaço nas discussões sobre formação de professores, reflete-se principalmente no momento de estágio e construção de trabalhos monográficos. É preciso que este Projeto Político Pedagógico aponte saídas que avancem rumo à superação dos paradigmas sobre atividades de ensino e atividades de pesquisa e extensão, para que um mesmo profissional possa construir, como base de sua formação, a capacidade de ser professor e pesquisador.

Neste princípio, é importante que os construtores e partícipes do PPP descrevam com clareza o entendimento, as atividades e as regras gerais que normalizam e regulamentam as atividades científicas e culturais, que integram e complementam o currículo, para que os acadêmicos as visualizem logo ao entrar no curso. As atividades pertencentes ao estágio também devem estar associadas às instâncias de pesquisas e extensão, complementando o ensino.

VII. Avaliação dos processos e resultado

A avaliação do curso de Pedagogia é um processo contínuo, a ser realizado de forma articulada à auto-avaliação institucional da UFT, que está articulado ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, incluindo o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho Estudantil.

Os princípios da avaliação são os da globalidade, do respeito à identidade do curso, legitimidade, continuidade e participação, como uma tomada de posição política comprometida com a melhoria da qualidade da educação. Esse assunto será melhor explicitado mais adiante no item referente à avaliação do ensino aprendizagem e avaliação do Curso.

2.1.3 – Os Objetivos do Curso

A formação de futuros profissionais da educação, considerando os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos entre outros, deve se pautar por um gerenciamento que garanta algumas premissas básicas, entre elas podemos apontar algumas observações apresentadas pela ANFOPE: a) sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais; b) unidade entre teoria e prática; c) gestão democrática como instrumento de luta pela qualidade do projeto educativo; d) compromisso social do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-histórica de educador; e) trabalho coletivo e interdisciplinar propiciando a unidade do trabalho docente; f) incorporação da concepção de formação continuada; g) avaliação permanente dos processos de formação.

Diante disso propomos como Objetivo amplo, em consonância com os demais cursos de Pedagogia da UFT, *formar o licenciado em Pedagogia a partir do objeto próprio de estudo da área, fundamentado na docência que compreende o ensino, a gestão, a produção e a difusão do conhecimento, nos espaços escolares e não-escolares.* (Diretrizes Norteadoras, 2006)

E, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, objetivamos:

- ✓ Formar o licenciado, como profissional da educação para atuar como **docente** na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional;
- ✓ Formar profissionais capazes de atuar na **gestão** e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas, projetos e experiências educativas, na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional;
- ✓ Formar o profissional que ultrapasse o âmbito da escola, integrando-se à sociedade através dos movimentos sociais, da **educação não formal**, das ações comunitárias e empresariais, além de outros espaços institucionais e não institucionais, ou seja, escolares e não-escolares.

Atentando para a realidade do *Campus* inserido na Região do Bico do Papagaio, definimos como objetivos específicos os seguintes:

- ✓ Formar Licenciado para atuar nos diferentes níveis de ensino propostos pelas diretrizes curriculares capaz de atender as especificidades da região;
- ✓ Formar pedagogos capazes de analisar criticamente a realidade levando em conta as condições sócio-econômicas, políticas e étnicas para atuar na sociedade a fim de transformá-la;
- ✓ Oferecer formação sólida em conhecimentos, habilidades e competências suficientes para atuarem como gestores das instituições de educação formal e não-formal com capacidade para questionar as exigências dos sistemas;
- ✓ Ter habilidade para relacionar-se com crianças, jovens e adultos e excepcionais respeitando-os em suas diferenças etárias, físicas, culturais, sociais e religiosas;
- ✓ Saber incorporar criticamente discursos e práticas pedagógicas que incorporem questões ambientais, étnico-raciais, de gênero, das organizações e movimentos sociais e campezinos.

2.1.4 – Perfil Profissional

Amparados no histórico do Curso de Pedagogia no *Campus* de Tocantinópolis e nas mais recentes discussões em nível nacional que deram origem às novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, concebemos que o perfil do egresso do curso, orienta-se pela compreensão de que a Pedagogia trata, fundamentalmente, do campo teórico-investigativo da educação, do trabalho pedagógico que se realiza na práxis social, dos processos de produção e disseminação do conhecimento e da docência, compreendidos tanto no âmbito da sala de aula como em ambientes não escolares.

Em acordo com o Documento Diretrizes Norteadoras do Curso de Pedagogia da UFT, a identidade do Pedagogo “define-se pelo exercício das atividades docentes que compreendem funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas, nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos; de organização e gestão de sistemas, instituições de ensino e processos educativos e de produção e difusão de conhecimento do campo educacional”. (2006, p. 1)

No que se refere ao perfil do licenciado em Pedagogia, considerando os campos específicos de atuação, propõe-se a formação do profissional de educação para atuar:

- a) Na docência de educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e em cursos de Educação Profissional de nível médio.
- b) Na gestão educacional que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e dos processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e projetos, bem como ao estudo e formulação de políticas públicas e institucionais na área de educação.
- c) Na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.
- d) Dependendo da opção, o acadêmico poderá orientar sua formação, aprofundando uma ou mais áreas de atuação a partir das atividades integrantes realizadas ao longo do curso. Essas atividades ofertadas em tópicos especiais de temas relevantes como: Educação Especial e LIBRAS, Educação Indígena; Educação do Campo; Educação e Pensamento Social, entre outros de cunho mais práticos em forma de oficinas, como: oficinas de Matemática para a Educação Infantil e Anos Iniciais, Projetos e Práticas Educativas, Produção de textos etc.

Importante destacar que esses tópicos não constituem habilitações, de acordo com as diretrizes curriculares, são tópicos especiais de aprofundamento da formação que dão direito à atuação na área eleita. *“O aprofundamento em uma dessas áreas ou modalidade de ensino específico será comprovado, para os devidos fins, pelo histórico escolar do egresso, não configurando de forma alguma uma habilitação”* (Diretrizes Curriculares, 2005, p. 10).

2.1.5 – Competências, Habilidades e Atitudes

As competências, atitudes e habilidades que se espera do profissional egresso do curso de Pedagogia deverão relacionar-se aos conhecimentos pedagógicos gerais, aos conhecimentos pedagógicos-didáticos e aos conhecimentos de áreas específicas proposta no curso.

I - No âmbito do conhecimento pedagógico de formação geral o Pedagogo deve:

- a) Conhecer a realidade dos diferentes espaços em que irá atuar e sua relação com o contexto social, político e cultural que o cerca.
- b) Conhecer as diferentes teorias das ciências sociais e humanas que se articulam com as diversas concepções de educação.
- c) Conhecer e analisar as políticas educacionais nas suas concepções e historicidade.
- d) Compreender o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças, jovens e adultos, considerando as dimensões cognitivas, socioculturais, ética e estética.
- e) Articular as teorias pedagógicas e de currículo no desenvolvimento da docência, na elaboração e avaliação de projetos pedagógicos, na organização e gestão dos trabalho educativo escolar e não-escolar.

II. No que se refere aos conhecimentos didático-pedagógicos o Pedagogo deverá ser capaz de:

- a) Participar de formulações, implementação e avaliação continuada de projetos pedagógicos escolares e não-escolares.
- b) Planejar, desenvolver e avaliar situações de ensino e de aprendizagem, de modo a adequar objetivos, conteúdos e metodologias específicas das diferentes áreas à diversidade dos alunos e aos fins da educação.
- c) Incorporar as tecnologias de informação e comunicação ao planejamento e às práticas educativas.
- d) Analisar situações educativas e de ensino e realizar estudos e pesquisas de modo a produzir conhecimentos teóricos e práticos.

III . No que se refere ao conhecimento de áreas específicas o curso deverá contribuir para formar o profissional que seja capaz de:

- a) Conhecer e articular conteúdos e metodologias específicas das áreas de conhecimento envolvidas nos diferentes âmbitos de formação e atuação profissional.
- b) Proceder à avaliação e organização de conteúdos e de estratégias para a aprendizagem, considerando as múltiplas dimensões da formação humana.
- c) Estabelecer a articulação entre os conhecimentos e processos investigativos do campo da educação e das áreas do ensino.
- d) Promover e planejar ações visando a gestão democrática nos espaços e sistemas escolares e não-escolares.

As competências profissionais do pedagogo (docência e gestão educacional), não são meras habilidades estanques, mas totalidades que exigem do profissional maior domínio dos códigos e linguagens, sem que delas se possam deduzir etapas estabelecidas a “*priori*” de percursos a serem percorridos, uma vez que tais competências são construídas processualmente em movimentos singulares de atuação, numa dinâmica dialética.

2.1.6 – CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL:

O novo Curso de Pedagogia, atendendo ao predisposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (2006), estabelece como áreas de atuação profissional do Pedagogo as seguintes:

- ✓ Docência na Educação Infantil, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental (escolarização de crianças, jovens e adultos; Educação Especial; Educação Indígena; Educação Ambiental; Educação do Campo; e Educação e cultura afro-brasileira) e nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores em nível médio;
- ✓ Gestão educacional¹⁷ e organização de sistemas, unidades, projetos e experiências escolares e não-escolares;
- ✓ Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional;
- ✓ Áreas emergentes do campo educacional.

¹⁷ Gestão Educacional está sendo entendida como a organização do trabalho pedagógico especialmente no que se refere ao planejamento, à coordenação, ao acompanhamento e à avaliação dos processos educativos escolares e dos sistemas de ensino e o estudo e a participação na formulação de políticas públicas na área de educação. (FORUMDIR)

2.2 – O Projeto Pedagógico do Curso - Currículo

2.2.1 – Reflexões Sobre o Currículo do Curso

O currículo tem se constituído um desafio das instituições educacionais, sejam elas de nível elementar e médio, sejam de nível superior. Portanto, a discussão sobre currículo pressupõe uma retomada aos contextos sociais em toda sua conjuntura, bem como precisa levar em conta a realidade local no momento da oferta do curso.

Dispor de um conjunto de informações referentes às ciências humanas e sociais, à cultura, ao meio ambiente, à organização e gestão da sociedade, organizadas e estruturadas em disciplinas, dimensões e núcleos, desnudam nossa concepção de Homem, de Cidadão. Esta ou aquela forma, carregadas de implicações ideológicas norteia de que maneira a escola vai encaminhar a socialização dos conhecimentos que o currículo traz embutidos em suas formas: visível ou oculto.

Este conjunto de informações, conteúdos, disciplinas, metodologias que em determinado momento se constitui no currículo de uma instituição é dado como sendo a melhor contribuição, no momento, para um processo de formação dos futuros profissionais. Nele está implícito aquilo que a sociedade julga ser o melhor.

A necessidade de reorganizar e redirecionar a formação do pedagogo é algo sentido pela comunidade local e proposta como um movimento que retrata a própria história do Curso em Tocantinópolis. O desejo de um novo curso de Pedagogia materializa-se nesta proposta como resultado da construção coletiva pautada na concepção de uma sociedade justa, igualitária e feliz, e de uma educação pública, gratuita, laica e com qualidade.

A proposta curricular que aqui defendemos, busca superar as propostas anteriores que, na ânsia de responder ao mercado de trabalho, deram margem a um processo de formação aligeirado e praticista, apontando para novas bases que vai adotar os princípios discutidos e defendidos nos encontros de educadores do país e assumidos pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

Considerando os princípios defendidos pela ANFOPE, queremos fazer referência e destacar nesta proposta, a exigência do trabalho pedagógico como eixo da formação e a sólida formação teórica como fruto do acúmulo de discussões sobre a identidade do pedagogo, suas competências, seus desafios e seu papel político no mundo atual.

O trabalho pedagógico, fonte de aprendizado para o pedagogo deve ter como espaço privilegiado a docência na educação básica, mas não deve se restringir a ela, deve incluir outras dimensões do trabalho na escola extrapolando o conceito/tarefa de docência, entendendo-o como trabalho pedagógico, aquele que *“envolve alunos, professores e a totalidade da escola em sua organização e não apenas a sala de aula e o processo ensino-aprendizagem que ali se desenvolve”* (FREITAS 1991, p.10).

A universidade deve ser o ambiente privilegiado para aquisição e ampliação da teoria necessária ao profissional da educação, local da superação das resistências e preconceitos que geram rejeições a conjunto de teorias que sustentam os conhecimentos pedagógicos. Pois concordamos que *"O equívoco não está na teoria, mas na sua banalização, na superficialidade do saber e na falta de rigor que levam alguns professores universitários a fazerem de tudo em suas aulas, menos teoria"* (COELHO, 1996, p.36).

2.2.2 – Organização Curricular

Os conhecimentos que pelo currículo são selecionados, sistematizados, distribuídos e avaliados derivam da cultura de um povo e das construções teóricas, subjetivas, estéticas, políticas que este povo julga interessante fornecer aos seus descendentes que não estão obrigatoriamente presos aos ‘conhecimentos científicos’, que por definição estão expressos nos conteúdos das diferentes disciplinas. Logo, por serem representações culturais, vez ou outra, podem ser classificadas como válidas ou não, todavia transmitem, para além do conhecimento científico, um modo de ver e classificar o ‘mundo vivido’ (Pedra. 1997. p 58).

Assim como o antropólogo seleciona e interpreta os fatos conforme os preconceitos de sua época, a educação, parafraseando Marx, só consegue propor e resolver questões que no presente sejam dadas as condições para tal. Construir e transmitir conhecimento no mundo contemporâneo exige clareza e compreensão dos conteúdos, adoção de tecnologias que se agrupam em ações desenvolvidas em atividades presenciais ou a distância que se refletem ou são reflexos das práticas pedagógicas consistentes.

O Currículo do curso de Pedagogia da UFT será estruturado com base na Resolução CNE/CP nº. 01 de 15 de maio de 2006, cuja organização está constituída em três núcleos: Núcleo de Estudos Básicos, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de Estudos Integradores, articuladores da formação, com carga horária de integralização de 3.200h, distribuídas no tempo mínimo de 09 (nove) semestres, com componentes curriculares de 60 h/aula, ou 04 créditos. As 3.200h serão distribuídas da seguinte forma:

- ✓ 2.800h de Atividades Formativas;
- ✓ 300h de Estágio Supervisionado em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental articuladas à Gestão de Processos Educativo-Pedagógicos e à Pesquisa Educacional e;
- ✓ 100 horas de Atividades teórico-práticas de Aprofundamento e Diversificação de Estudos, em Áreas Específicas de Interesse do Aluno.

2.2.2.1 – A Organização em Núcleos Curriculares.

A Proposta curricular para o curso de pedagogia faz opção pela organização dos conhecimentos em núcleos que articularão o saber científico, a pesquisa e as práticas educativas, considerando as dimensões: teórica, prática, ética e estética da educação.

Neste sentido, o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do *Campus* universitário de Tocantinópolis, em conformidade com os demais cursos da UFT, estabelece como organização geral de sua proposta curricular: um Núcleo de conteúdos Básicos, que trará os fundamentos para compreensão da sociedade e da formação humana; um Núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos, relativos ao campo da docência e da gestão educacional e compreensão do trabalho pedagógico; um Núcleo de estudos Integradores, o qual remete o acadêmico em busca de atividades culturais, de extensão e de pesquisa.

I – NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS:

Concepção: Esse núcleo deve privilegiar a formação básica, isto é, contemplar os fundamentos teórico-metodológicos necessários à formação do pedagogo: conhecimento da sociedade, da cultura, da educação, do homem, da escola, da sala de aula, da gestão educacional, do ensino-aprendizagem, da produção e apropriação de conhecimento. **Núcleo Básico** é composto por três dimensões e totaliza 1.920h do curso.

- a) Dimensão da reflexão sobre a Sociedade, a Educação, a Formação Humana e a Escola:*

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 38/2018)

Código	Componentes Curriculares	Créditos	Carga Horária
	1. 1. Leitura e Produção de Texto	04	060
	2. 2. Introdução à Pedagogia	04	060
	3. Introdução à Sociologia	04	060
	4. Sociologia da Educação	04	060
	5. Matemática Básica	04	060
	6. História da Educação Brasileira	04	060
	7. Psicologia do Desenvolvimento	04	060
	8. Psicologia da Aprendizagem	04	060
	9. História da Infância	04	060
	10. Introdução à Filosofia	04	060
	11. Filosofia da Educação	04	060
	12. Introdução à Antropologia	04	060
	13. Ética e Educação	04	060
	14. Arte e Educação	04	060
	15. Educação e Tecnologias	04	060
	16. Educação Ambiental	04	060
Total de Horas			960

b) Dimensão da formação Didático-Pedagógica para a Docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

Código	Componentes Curriculares	Créditos	Carga Horária
	1. Didática	04	060
	2. Fundamentos e Metodologia do ensino de Geografia	04	060
	3. Fundamentos e Met. do Ensino de História	04	060
	4. Fundamentos e Metodologia do Ensino de Arte e do Movimento	04	060
	5. Fundamentos e Metodologia do Trabalho em Educação Infantil	04	060
	6. Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências Naturais	04	060
	7. Fundamentos e Met. do Ensino de Matemática	04	060
	8. Fundamentos e Met. do Ensino de Linguagem	04	060
	9. Alfabetização e Letramento	04	060
	10. Educação de Jovens e Adultos	04	060
	11. Literatura Infanto-juvenil	04	060
Total de Horas			660

c) Dimensão da Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico na Educação Escolar e Não-Escolar.

Código	Componentes Curriculares	Créditos	Carga Horária
	1. Políticas Públicas em Educação	04	060
	2. Planejamento e Gestão da Educação	04	060
	3. Organização do Trabalho Pedagógico	04	060
	4. Teorias do Currículo	04	060

5. Avaliação da Educação Básica	04	060
Total de Horas da dimensão		300
Total de Horas do Núcleo		1.920

II – NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS

Concepção: O Núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos volta-se às áreas de atuação profissional e oportunizará o aprofundamento de estudos nas áreas de formação do pedagogo, através de disciplinas ou outros componentes curriculares, tais como: seminários de pesquisa, elaboração e defesa do TCC e a vivência do estágio supervisionado nas áreas de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental contemplando as dimensões do ensino, da gestão e da produção e difusão do conhecimento. O **Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos** é composto por duas dimensões, totalizando horas do curso:

a) Dimensão Teórico-Prática da Docência:

Código	Componentes Curriculares	Créditos	Carga Horária
	Projeto de Estágio	04	060
	Estágio da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	04	120
	Estágio dos Anos Iniciais da Educação Fundamental	04	120
	Projeto de TCC	04	060
	TCC	04	120
	Seminário de Pesquisa I	04	060
	Seminário de Pesquisa II	04	060
	Seminário de Pesquisa III	04	060
Total de Horas			660

b) Dimensão de Diversificação de Estudos

Código	Componentes Curriculares	Créditos	Carga Horária
	Educação e Cultura Afro-Brasileira	04	060
	Educação Especial	04	060
	Educação Não-Escolar	04	060
Total de Horas			180
Total de Horas do Núcleo			840

III – NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES

Concepção: O Núcleo de Estudos Integradores deve proporcionar enriquecimento curricular e compreende disciplinas optativas de livre escolha dos alunos, a participação em atividades práticas em diferentes áreas do campo educacional e nas atividades integrantes, tais como: participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, estágios extracurriculares, diretamente orientadas pelo corpo docente da instituição, assim como as atividades complementares, ou seja, acadêmicas/científicas/culturais: participação em cursos, simpósios, congressos, conferências,

debates, colóquios, oficinas e outras atividades de comunicação e expressão nas áreas da cultura, da ciência e das artes. O **Núcleo de Estudos Integradores** compõem-se das seguintes dimensões:

a) Dimensão das Atividades Complementares:

Código	Componentes Curriculares	Créditos	Carga Horária
	Componentes Curriculares Optativos I e II	08	120
	Atividades Complementares	07	105
Total de Horas			225

Os componentes curriculares optativos materializam-se nas disciplinas: Optativa I e Optativa II, com carga horária obrigatória, prevista na estrutura curricular. São chamadas optativas pela possibilidade que o acadêmico tem de escolher aquela que melhor corresponder ao seu interesse em relação ao curso. Para atender a este pressuposto, o projeto do curso apresenta, junto com a estrutura curricular (adiante), uma relação de disciplinas possíveis de serem ofertadas pelo corpo docente existente.

As atividades complementares são atividades extra-escolares, previstas pelas DCN, que o acadêmico deve cumprir livremente ao longo do curso para fim de integralização curricular. Essas atividades serão tratadas no ponto 2.3.5.

b) Dimensão Integrante:

Código	Componentes Curriculares	Créditos	Carga Horária
	Atividades Integrantes	16	240
Total de Horas do Núcleo			465

Atividades Integrantes são atividades previstas na estrutura curricular, cujas cargas-horárias integram o currículo obrigatório. Esse projeto pedagógico prever, do primeiro ao sexto período, que o aluno participe das atividades integrantes que serão propostas e orientadas pelo corpo docente a fim de integralizar ao currículo da carga horária obrigatória.

Durante o Curso, o acadêmico deverá integralizar 240 horas de atividades integrantes. Para oportunizar ao aluno uma maior possibilidade de enriquecimento de seu currículo, atribuímos essa carga horária ao aprofundamento de temas amplos e relevantes, de urgência e abrangência regional e nacional, que se constituem em interesse geral e/ou específico. Nesse sentido, dez tópicos temáticos – denominados Tópicos Especiais – foram eleitos como principais no momento. A carga horária prevista para essa dimensão curricular foi distribuída da seguinte forma:

- ✓ 60 horas para o tópico especial Educação Indígena o qual será ministrado de forma disciplinar, por isso inserimo-lo na estrutura curricular obrigatória por ser uma questão específica da realidade local;
- ✓ 180 horas para os demais tópicos especiais. Durante o Curso, do primeiro ao sexto período, serão ofertados dois tópicos de 30 horas a cada semestre com temáticas diferentes, podendo o acadêmico optar por aqueles que irá fazer, até completar a carga horária obrigatória.

Esses tópicos temáticos são considerados especiais porque além de tratarem de questões diversificadas serão ofertados forma especial quanto ao turno, o período e a modalidade. Quanto ao turno, essas atividades serão realizadas em horários contra turnos, ou seja, em horário diferente das aulas regulares do acadêmico; o período refere-se aos dias da semana, uma vez que serão realizadas aos sábados, férias, feriados etc.; quanto à modalidade podem ser ofertadas em módulos, em forma de: seminários, mini-cursos, oficinas, aulas-passeio, excursões, pesquisa, extensão, projetos, etc.

Essas atividades também poderão envolver diferentes processos de ensino: presencial, semi-presencial e à distância. Para isso deverão ser organizadas com antecedência e divulgadas para que os acadêmicos inscritos tenham conhecimentos das exigências que as atividades requerirão. Importante ressaltar que o acadêmico deverá participar, segundo seu interesse particular, de pelo menos seis tópicos para o cumprimento da carga horária.

2.2.2 – Estrutura Curricular - Pedagogia

Períodos	Componentes Curriculares – Disciplinas	Créditos	C.H.S
1º Período	Introdução à Filosofia	04	060
	Fundamentos Epistemológicos da Educação.	04	060
	Seminário de Pesquisa I	04	060
	Leitura e Produção de Texto	04	060
	Introdução à Sociologia.	04	060
	Atividades Integrantes: Tópico Especial I	02	030
	Subtotal	22	330
2º Período	Ética e Educação	04	060
	Matemática Básica	04	060
	Psicologia do Desenvolvimento	04	060
	História da Infância	04	060
	Educação Ambiental	04	060
	Atividades Integrantes: Tópico Especial II	02	030
	Subtotal	22	330
3º Período	História da Educação Brasileira	04	060
	Filosofia da Educação	04	060
	Sociologia da Educação	04	060
	Seminário de Pesquisa II	04	060
	Psicologia da Aprendizagem	04	060
	Atividades Integrantes: Tópico Especial III	02	030
	Subtotal	22	330
4º Período	Didática	04	060
	Fundamentos e Metodologias do Ensino História	04	060
	Introdução à Antropologia	04	060
	Arte e Educação	04	060
	Alfabetização e Letramento	04	060
	Atividades Integrantes: Tópico Especial IV	02	030
	Subtotal	22	330

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 38/2018)

5º Período	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Linguagem	04	060
	Fundamentos e Metodologia Trabalho em Educação Infantil	04	060
	Programas e Projetos de Políticas Públicas	04	060
	Seminário de Pesquisa III	04	060
	Projeto de Estágio	04	060
	Atividades Integrantes: Tópico Especial V	02	030
Subtotal		22	330
6º Período	Teoria do Currículo	04	060
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Artes e do Movimento	04	060
	Educação e Tecnologias	04	060
	Literatura Infanto-Juvenil	04	060
	Estágio na Educação Infantil: Creche e Pré-Escola	08	120
	Atividades Integrantes: Tópico Especial VI	02	030
Subtotal		26	390
7º Período	Educação de Jovens e Adultos	06	060
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	04	060
	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática	04	060
	Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	08	120
	Projeto de TCC	04	060
	Subtotal	24	360
8º Período	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais	04	060
	Organização do Trabalho Pedagógico	04	060
	Educação e Cultura Afro-Brasileira	04	060
	Educação não escolar	04	060
	Optativa I	04	060
	Orientação de TCC	04	060
Subtotal		24	360
9º Período	Planejamento e Gestão da Educação Escolar	04	060
	Avaliação de Sistemas e Ensino-Aprendizagem	04	060
	Optativa II	04	060
	Educação Especial	04	060
	Educação Indígena	04	060
	Orientação de TCC	04	060
Subtotal		24	360
Total de horas de disciplinas			3.120 h
Atividades Complementares			105 h
Total de Carga Horária do Curso			3.225h

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 38/2018)

Código	Componentes Curriculares – Optativos	Créditos	C/H Total
	Educação à Distância	04	060
	Educação e Multiculturalismo	04	060
	Educação e Trabalho	04	060
	Fundamentos da Psicopedagogia	04	060
	Educação do Campo	04	060
	Etnomatemática	04	060
	Gênero e educação	04	060
	Avaliação de Política Pública	04	060
	Matemática Aplicada à Gestão Escolar	04	060
	Ensino Superior: projetos e reformas	04	060
	Avaliação Institucional	04	060
	Estado e Educação	04	060

Código	Atividades Curriculares Integrantes	Créditos	C/H Total
	1. Educação do Campo	02	030
	2. Oficinas de Matemática para a Ed. Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	02	030
	3. Projetos e Práticas Educativas	02	030
	4. Ensino Superior: projetos e reformas	02	030
	5. Educação e Pensamento Social	02	030
	6. Ludicidade e Educação	02	030
	7. Códigos Lingüísticos: Libras	02	030
	8. Leituras e Histórias Regionais	02	030
	9. Avaliação Institucional	02	030
	10. Oficinas de Produção de Texto	02	030

2.2.3. Ementário

2.2.3.1 Primeiro Período

Componentes Curriculares ideais para o período:

- Disciplinas:

- | | |
|---|--------------------------------|
| a) Introdução à Filosofia | c) Seminário de Pesquisa I |
| b) Fundamentos Epistemológicos da Educação. | d) Leitura e Produção de Texto |
| | e) Introdução à Sociologia |

Disciplina: *Introdução à Filosofia*

Carga horária: 60 horas

Ementa:

A disciplina de Introdução à Filosofia abrange as discussões de temas ligados a vida cotidiana das sociedades. Mito e Filosofia. Diferentes graus de Conhecimento – sensível, senso comum, racional, teológico, filosófico. Dentre os temas que afetam a humanidade destacamos a Religião, a ciência, a racionalidade, a morte, a estética, a linguagem e a política são algumas das reflexões possíveis a serem abordados nesta disciplina. Filosofia e atividade filosófica. Filosofia e Cultura. A filosofia e os saberes. Filosofia e história da filosofia.

Objetivo Geral:

Discutir os conceitos da Filosofia tendo por base os aspectos econômicos, históricos e sociológicos das sociedades produzidas pelos povos e tomadas por nós como sendo o eixo da compreensão da existência humana, compreendendo a inter-relação pluricultural entre as diferentes épocas e formas de pensar.

Bibliografia Básica:

- ARISTÓTELES. **Política**. Martin Claret. São Paulo. 2001.
- DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. Edipro. Bauru. 1996.
- ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco - Livro VI**, São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores), 1996.
- ROUSSEAU, Jean J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. Iracema G. Soares e Maria C. R. Nagle, Brasília: UNB, São Paulo : Ática, 1989,p 62-118
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1996.
- BACHELAR, Gaston. **Epistemologia**. Edições 70. 2005.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 6ª. ed. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1986.
- Marx, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Martin Claret. 2002. São Paulo.
- TEIXEIRA, Anízio. **Introdução a filosofia da educação**.
- WERNER, Jaeger. **Paidéia. A formação do homem grego**. Trad: Artur M. Parreira. Martins Fontes. São Paulo. 1989.
- ABAGNANNO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Martins fontes. São Paulo. 1999.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo. Editora Unesp. 1999.

Disciplina: *Fundamentos Epistemológicos da Educação*

Carga horária: 60 horas

Ementa: Toda ciência, para ser reconhecida como algo duradouro, precisa estabelecer bases sólidas explicativas, reflexivas e práticas, se for o caso, para oferecer aos sujeitos históricos a oportunidade de poder contribuir com as bases do conhecimento que a humanidade pretende

delegar as gerações futuras. Isso é imprescindível, pois a educação é apenas umas das esferas sociais onde o sujeito atua, e como tal, a sociedade para se manter coesa deve ser pautar numa forma teórica cuja ideologia tenha capacidade de fazer com que seja internalizada sua forma de concepção de mundo e logicamente de homem. Isso também acontece com a educação. Uma área do conhecimento que enfrenta desafios para firmar sua identidade. De certa forma isso se verifica, pois a educação, diferentemente de outros campos do conhecimento não é uma área que muda de teoria a cada década, mas somos acometidos de modismos com bastante frequência.

É muito comum, na pedagogia, adotarmos modismos com o intuito de solucionar problemas cotidianos do processo de ensino-aprendizagem, sem a devida compreensão das teorias, já que não existe prática sem teoria que explique. Desse modo, um dos desafios do curso de pedagogia da UFT tem sido construir um referencial que ofereça um arcabouço teórico-metodológico capaz de dar suporte à elaboração dos projetos e do TCC. Assim, a disciplina de FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA PEDAGOGIA se propõe ler e discutir alguns clássicos e não meras cartilhas de comentários, pois o objetivo é conhecer as diferentes teorias para poder adotá-las ou criticá-las.

Objetivo Geral: Conhecer os fundamentos epistemológicos, políticos, econômicos, sócio-culturais da pedagogia, compreendendo-a como ciência da educação e reflexão sobre o seu objeto de estudo: a aprendizagem; Identificar as diferentes teorias que dão suporte à ação pedagógica; Analisar as semelhanças e diferenças entre elas.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Org: Nogueira & Catani. Vozes: RJ. 1998.
CARVALHO, Adalberto dias. **Epistemologia das ciências da educação**. Santa Maria da feira. Portugal. 2002.
MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Trad: Maria D. Alexandre & M^a Alice S. Doria. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2000.
MESZAROS, Istivan. **Educação para além do capital**. Boitempo. 2005.
PLEKHANOV. **O papel do indivíduo na história**. Expressão Popular. S. Paulo. 2000.
MAKARENKO, A. **vida e obra: a pedagogia na revolução**. São Paulo. Expressão popular. 2002.

Bibliografia Complementar:

Abagnanno, N. **Dicionário de Filosofia**. Trad: Alfredo Bosi. Martins Fontes. SP. 2000.
Cambi, Franco. **História da Pedagogia**. Trad: Álvaro Lorencini. Unesp. SP. 1999.
Santo Agostinho. **De magistro**. Trad: Ângelo Ricci. Abril cultural. São Paulo. 1973.

Disciplina: *Seminário de Pesquisa I*

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Este Seminário de Pesquisa será realizado através de aulas teóricas que enfocarão os Instrumentos teórico-práticos para aprender a aprender a estudar e a se manejar no universo do ensino superior. Permitindo ao acadêmico o hábito da leitura, da formação de conceitos, modelos e procedimentos. Será também conduzida uma parte prática na qual será proposta ao acadêmico: a produção de textos acadêmicos: resumo, fichamento, síntese, resenha. Elaboração de relatórios. Técnicas de apresentação de trabalho. Fundamentos de coleta de dados: questionários, observação, entrevista, pesquisa bibliográfica e documental, história de vida. Desenvolvimento da

pesquisa: planejamento, problema, objetivo e procedimentos.

Objetivo Geral:

Propiciar ao aluno produzir resumo, fichamento, síntese, resenha crítica, o uso das normalizações da ABNT, bem como o conhecimento das metodologias de coleta e análise de dados de pesquisas qualitativas e quantitativas e a elaboração de um projeto de investigação.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Normalização da documentação no Brasil**. (PNB). Rio de Janeiro, IBBD.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Metodologia do trabalho intelectual**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FRANÇA, Júlia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico- científicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

Bibliografia Complementar:

DUARTE, Eneide Nóbrega, Neves, Dulce A. de Brito, SANTOS, Bernadete de Lourdes de O.

Manual técnico para realização de trabalhos monográficos: dissertações e teses. 4ª ed. Atual. João Pessoa; Editora da UFPB, 2001.

FRANÇA, Júlia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Disciplina: *Leitura e Produção de Texto*

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Desenvolvimento da habilidade de comunicar-se adequadamente; manifestando o pensamento organizado em oportunidades e contextos de expressão verbal e não verbal, por meio da oralidade e da escrita. Desenvolvimento experiências necessárias para expansão do vocabulário e riqueza de idéias. O processo de leitura e produção de texto, visando incrementar e aperfeiçoar a prática pedagógica, além de atingir um grau mais elaborado de produção textual em diferentes modalidades de texto.

Objetivo Geral:

Potencializar aspectos fundamentais da comunicação e da linguagem, através do aprimoramento dos processos de leitura e de estudos lingüísticos necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmico-profissionais.

Bibliografia Básica:

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. São Paulo: Ática, 2000.

KLEIMAN, Ângela. **Texto & Leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 5. ed. Campinas: Pontes, 1997.

PLATÃO & FIORIN, **Para entender o texto**. São Paulo. Ática, 1999.

MOLLICA, Maria Cecília. **Influência da fala na alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo

Brasileiro, 1998.

SMITH, Frank. **Leitura Significativa**. 3ªed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SOLE, Isabel. **Estratégias de Leitura**. 6ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas.1998

Disciplina: *Introdução à Sociologia*.

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Introdução ao objeto e método da sociologia pela contribuição dos clássicos: Durkheim, Weber e Marx. Aprendizagem de Conceitos básicos necessários para o desempenho da função de educador: Sociedade, Sociedade e Educação, Cultura, Sociedade e Infância, Etnocentrismo, Etnia, Gênero. Caracterização da sociedade atual e suas implicações para o processo ensino aprendizagem: consumismo, individualismo, hedonismo, informatização, automação, impactos ambientais.

Objetivo Geral:

Conhecer as teorias e concepções clássicas e fundamentais das Ciências Sociais objetivando compreender a relação educação e sociedade, a fim de desenvolver a capacidade de identificar problemas sócio-culturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade de ensino e medidas que visem superar a exclusão.

Bibliografia Básica:

IANNI, Octávio. **Sociedade e Sociologia no Brasil**, SP, Alfa-Ômega, 1994.

KURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença/Martins Fontes.

MARX, K. **A miséria da Filosofia**, SP: Dominus/Martins Fontes.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia da Educação**. SP, Atual, 1997.

_____. **Iniciação à Sociologia**. SP: Atual, 1998.

Bibliografia Complementar:

ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. SP, Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. SP, Brasiliense, s.d.

COVRE, Maria de Lourdes M. **O que é Cidadania**. SP, Brasiliense, 1994.

PRADO, Danda. **O que é Família**. SP, Brasiliense, 1994.

2.2.3.2 Segundo Período

Componentes Curriculares ideais para o período:

- Disciplinas:

- | | |
|----------------------------------|-------------------------|
| a) Ética e Educação | d) História da Infância |
| b) Matemática Básica | e) Educação Ambiental |
| c) Psicologia do Desenvolvimento | |

Disciplina: Ética e Educação

Carga Horária: 60 h/a

Ementa:

Introdução aos elementos da ética: o ethos e o morus, nas sociedades grega e latina. A dimensão ética na vida em sociedade. A presença da ética nos valores de um grupo ou de uma sociedade: na religião, na política, no direito, na ciência, nas artes e no trato social. Reflexão sobre os fundamentos da vida moral nas sociedades antigas e modernas. Discussão sobre as idéias de: humanidade, liberdade, responsabilidade, bem, virtude e vício, como princípios de uma reflexão ética. Reflexão sobre a relação dialética entre a adaptação e desadaptação à norma, a partir da liberdade e consciência crítica do homem. Problemas morais e problemas éticos na cidadania e no exercício profissional da educação. As mudanças histórico-sociais na realidade do professor e da educação, a ética do profissional da educação.

Objetivo Geral:

Compreender a ética como espaço privilegiado de discussão sobre os problemas da vida social, discutir os princípios que fundamentam a ética enquanto reflexão sobre os modos de vida e costumes de um grupo ou uma sociedade, levantar e discutir os problemas éticos que a sociedade contemporânea enfrenta, assim como os problemas éticos no campo educacional, envolvendo seus profissionais e temas da profissão.

Bibliografia Básica:

- JAEGER, W. **Paidéia: A formação do homem grego**. Trad. Artur Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SÓFOCLES. **Antígona**. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martins Claret, 2002.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martins Claret, 2002.
- MAQUIAVEL. **O Príncipe**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martins Claret, 2005.
- ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martins Claret, 2005.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. RJ.: Forense, 2001.
- MIRANDA, D. S. (org). **Ética e Cultura**. SP.: Perspectiva: SESC São Paulo, 2004.
- ESTÊVÃO, C. **Justiça e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.
- PEIXOTO, A. J.(org). **Filosofia, educação e cidadania**. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- AHLERT, A. **A Eticidade da educação- O discurso de uma práxis solidária/universal**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999 (Coleção Fronteiras da educação).
- HERMANN, N. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética/ Secretaria de educação fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.**
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de edições técnicas, 2002.
- STRECK, Danilo R. **Paulo Freire: ética, utopia e educação**. Petrópolis – RJ, 1999.

Disciplina: Matemática Básica

Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Numeração. Sistemas de numeração. Conjuntos Numéricos. Números naturais e inteiros. Operações fundamentais em \mathbb{N} , \mathbb{Z} e \mathbb{Q} . Frações e números decimais. Aplicações reais. Proporção, percentagem e regra de três simples. Geometria e medidas. Construção de gráficos estatísticos e tabelas: tipos de gráficos, leitura e interpretação. A matemática aplicada à administração educacional. Análise e construção matemática de relatórios administrativos e planilhas de orçamento.

Objetivo Geral:

Desenvolver conhecimentos teórico-práticos de conteúdos em matemática, relacionando-os com o contexto atual do docente e do administrador educacional, visando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à sua formação e atuação no campo de trabalho.

Bibliografia Básica:

BARATOJO J.T. **Matemática nas Séries Iniciais**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

CENTURION M. **Conteúdo e metodologia da matemática: números e operações**. São Paulo: Scipione, 1994.

DANTE L. R. **Didática da resolução de problemas de matemática**. 12^a ed. 3^a imp. São Paulo: Ática, 2000.

NACARATO A.; PASSOS C. **A geometria nas séries iniciais: uma análise sob a perspectiva da prática pedagógica e da formação de professores**. São Carlos: EDUFSCar, 2003.

NETO E. **Didática da matemática**. 11^a ed. 3^a imp. São Paulo: Ática, 2002.

RUBINSTEIN C. Et all. **Matemática para o curso de formação de professores de 1^a a 4^a série do ensino fundamental**. São Paulo: FTD, 1998.

Disciplina: Psicologia do Desenvolvimento

Carga Horária: 60h/a

Ementa: A disciplina direciona seus pressupostos na busca da compreensão e caracterização da Psicologia do Desenvolvimento, assim como de fatores e princípios responsáveis pelo desenvolvimento humano. A disciplina também está voltada para o estudo do ser humano, nas suas diversas fases de desenvolvimento, enfatizando os aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físioco-motores, articulando todo este estudo com a práxis pedagógica.

Objetivo Geral: Conhecer a Psicologia do Desenvolvimento, estudando aspectos como histórico, conceituação, características, funções e aplicação da mesma. Possibilitar ao educando entender a influência da meio ambiente e da genética no processo de desenvolvimento humano. Compreender o ser humano numa perspectiva global (cognitivo, psicológica, social, psicomotora, etc), nas suas diversas fases de desenvolvimento, desde a da sua formação até a da terceira idade. Articular esta compreensão com reflexões ligadas as suas implicações didático-pedagógicas.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da Adolescência:** Normalidade e Psicopatologia. Petrópolis, Editora Vozes, 2001.

MARTINS, Dinah. **Psicologia e Desenvolvimento Humano.** Petrópolis: Vozes, 1997

WASDORTH, Barry J. **Inteligência e Afetividade da Criança na Teoria de Piaget.** 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1995 (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Educação)

Bibliografia Complementar:

PAPALIA, Diane E. OLD, Sally. W. **Desenvolvimento Humano.** 7º ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à psicologia.** 3º ed. SP: Makron books, 2001.

MEYERS, David. **Introdução à psicologia geral.** 5º ed. RJ: LTC, 1999.

Disciplina: História da Infância.

Carga Horária: 60h/a

Ementa

Essa disciplina aborda questões relacionadas à história da infância na sociedade e no seio da família inserida na cultura. A construção social e histórica da infância. As diferentes concepções da infância ao longo da história e a influências destas concepções nas teorias pedagógicas e nas práticas de educação infantil. As políticas públicas para a infância e a construção da autonomia e da identidade da criança como sujeito histórico-social.

Objetivos

A disciplina tem como principal objetivo discutir a condição do infantil inserido na cultura da sociedade a que pertence, levando em consideração aspectos relacionados à educação e ao cuidado, a organização familiar, os sistemas de ensino para crianças e o desenvolvimento da concepção de criança na história. Enfim objetiva mais diretamente inserir o acadêmico na compreensão da infância como expressão cultural e histórica da sociedade, através de leituras, discussões e atividades práticas.

Bibliografia Básica:

HEYWOOD, Colin. **Uma História da infância** da idade média à época contemporânea no ocidente. Porto Alegre, Artemed, 2004.

KUHLMANN Jr. Moysés. *História da Educação Infantil Brasileira*. In **Revista da Brasileira de Educação**. Maio/agosto 2000 nº 14.

LEVIN, ESTEBAN. **A Infância em Cena: constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PRIORE, Mary del. **História da Infância no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2002

Bibliografia Complementar

ABRAMOWICZ, Anete & MOLL, Jaqueline. **Para Além do Fracasso Escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

AGOSTINHO, S. **Confissões. Infância e Puerícia**. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrosio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas* Vol. IV. **A Moral Sexual “Cultural” e o Nervosismo Moderno** (1908), Rio de Janeiro: Delta, s/d.

Disciplina: Educação Ambiental
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Compreender os caminhos para o desenvolvimento sustentável: Pensando sobre o desenvolvimento do meio ambiente; Gestão negociada e contratual da biodiversidade. Contextualizar e refletir sobre a Amazônia: Amazônia e seus contextos políticos, sociais e históricos. Analisar o meio ambiente e seus processos ecológicos: Ecologia e aspectos sociais; Meio ambiente, representação social e prática pedagógica; Educação Ambiental na América Latina entre a barbárie e a pós-modernidade; Por uma filosofia da Educação Ambiental; O Pensamento Ecológico – da ecologia natural ao ecologismo; Um mundo nada respirável; Crítica ecológica à civilização urbano-industrial; Um caminho diferente, belo e possível elementos do Projeto social ecologista.

Objetivos:

Discutir os princípios e fundamentos da educação ambiental. dentro dos paradigmas contemporâneos, analisando de forma reflexiva, o ambiente em seus contextos históricos políticos, sociológicos nas diferentes áreas do conhecimento, objetivando posicionamentos e perspectivas de uma formação transformadora.

Bibliografia Básica:

BECKER, Bertha K. - **Amazônia** – 2ª Edição: Editora Ática. Vol 1.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 6ª edição. São Paulo: Cortez. 2004.

SACHS, Ignacy: **Caminhos para o Sustentável**. Rio de Janeiro. Garamond, 2002.

Bibliografia complementar:

LEVING, Shar, 1953. **Projetos para um planeta saudável**: Experimentos Ambientais simples para crianças. 5ª Edição, São Paulo: AUGUSTUS, 1998.

AMBIENTE, **Legislação do meio; atos internacionais e normas federais** – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria e Edições Técnicas; 1996.

2.2.3.3 Terceiro Período

Componentes Curriculares ideais para o período:

- Disciplinas:

- a) História da Educação Brasileira
- b) Filosofia da Educação
- c) Sociologia da Educação

- d) Seminário de Pesquisa II
- e) Psicologia da Aprendizagem

Disciplina: História da Educação Brasileira
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Conceitos de História, tempo e sujeito social, relacionando-os ao processo histórico da educação brasileira. Compreender os fatores históricos, sociais, políticos e econômicos determinantes na formação do sistema educacional brasileiro e suas implicações nas práticas pedagógicas. A educação na formação da república e nos períodos ditatoriais e democráticos da história contemporânea.

Objetivo Geral

Compreender os fatores históricos, sociais, políticos e econômicos determinantes na formação do sistema educacional brasileiro e suas implicações nas práticas pedagógicas; Refletir as concepções de sociedade e educação que influenciaram as diferentes tendências pedagógicas no âmbito do sistema educacional brasileiro

Bibliografia Básica

- LOPES, E. M. T. **Perspectivas Históricas da Educação**. SP: Ática, 2ª ed. 1989.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 24ª ed. RJ: Vozes, 2000.
- CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FARIA FILHO, L. M. de. (org.) **A Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. HG.

Bibliografia Complementar:

- GUIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1992. – (Coleção Magistério-2º grau. Série formação do professor).
- SAVIANI, Dermeval. LOMBARDI, J. C; SANFENICE, J. H. (Org). **História e história da educação**. Campus, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 1998.

Disciplina; Filosofia da Educação.

Carga Horária: 60h/a

Ementa:

A disciplina focalizará as principais concepções de educação e filosofia presentes na construção do conhecimento, do pensamento grego aos dias atuais, ressaltando a experiência grega nas origens do filosofar, as características pedagógicas do período medieval, a influência das correntes modernas na educação do homem, tais como: o liberalismo, o positivismo, o pragmatismo, o marxismo; focalizando as principais contribuições dos pensadores para o desenvolvimento da sociedade, da educação e da cultura, relacionados à condição humana na construção do conhecimento e que sustentam as principais teorias educacionais, fornecendo subsídios teórico-conceituais para uma leitura crítica da realidade, articulando esses conhecimentos à prática educativa escolar.

Objetivo Geral:

A disciplina objetiva levar o aluno à compreensão do processo do filosofar e sua importância no âmbito educacional, instrumentalizando o aluno para o desenvolvimento de um pensamento reflexivo e crítico diante dos problemas da realidade a qual ele pertence, relevando problemas e questões próprias do âmbito educacional; tendo em vistas o empenho de comprometimento com valores fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, verdadeiramente democrática.

Bibliografia Básica:

GADOTTI, M. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1996.

PLATÃO. **A República - Livro VII**. São Paulo: Nova Cultural (Col. Pensadores), 1996.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. s/d. Cia. editora nacional. Coleção atualidades Pedagógicas.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Edunimep. Piracicaba. São Paulo. 2004

HEGEL, F. **Manuscritos pedagógicos**. Fundo de cultura. s/d.

SAVIANI, D. **Educação – Do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Autores associados (Col. Ed. Contemporânea), 12ª ed. 1996 p 9 – 24.

Bibliografia Complementar:

ARANHA, M.L.A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

PEIXOTO, A.J.(org.). **Filosofia, Educação e Cidadania**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

Disciplina: Sociologia da Educação
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

A disciplina pretende interpretar as relações educação sociedade; educação e sociologia. concepções teóricas de educação no discurso sociológico dos autores clássicos Marx, Weber, Durkheim e contemporâneos: Gramsci, Bourdieu, Mannheim e Foucault. teorias sociológicas como suporte de análise da realidade escolar, aprofundando a compreensão do que seja o papel desempenhado pela Sociologia no quadro educacional da atualidade.

Objetivo Geral:

Conhecer as teorias e concepções clássicas e fundamentais das Ciências Sociais objetivando compreender a relação educação e sociedade, a fim de desenvolver a capacidade de identificar problemas sócio-culturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade de ensino e medidas que visem superar a exclusão.

Bibliografia Básica:

IANNI, Octávio. **Sociedade e Sociologia no Brasil**, SP, Alfa-Ômega, 1994.
KURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Presença/Martins Fontes.
MARX, K. **A miséria da Filosofia**, SP: Dominus/Martins Fontes.
TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia da Educação**. SP, Atual, 1997.
_____. **Iniciação à Sociologia**. SP: Atual, 1998.
WEBER, M. **O homem ideal**, Lisboa: Espectros/Martins Fontes.

Bibliografia Complementar:

ALBORNÓZ, Suzana. **O que é Trabalho**. SP, Brasiliense, 1994.
CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. SP, Brasiliense, s.d.
COVRE, Maria de Lourdes M. **O que é cidadania**. SP, Brasiliense, 1994.
ODÁLIA, Nilo. **O que é Violência**. SP, Brasiliense, 1994.
PRADO, Danda. **O que é Família**. SP, Brasiliense, 1994.

Disciplina: Seminário de Pesquisa II
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

O Seminário de Pesquisa II abordará os fundamentos epistemológicos, as técnicas da pesquisa nas ciências sociais, em estudos de pesquisa quantitativa, pesquisa qualitativa e educação como embasamento teórico para a formação do profissional pesquisador capaz de articular o ensino e a pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica. Desenvolverá simulação de projetos de pesquisa: elaboração desenvolvimento: análise e conclusão resultando em orientação quanto à divulgação de resultados (publicação de artigos, apresentação de painéis, comunicação em congressos).

Objetivo Geral:

Conhecer os métodos e técnicas em ciências sociais, objetivando acesso às diferentes fontes de produção de pesquisa educacional, despertando o espírito investigativo e articulando ensino-pesquisa na produção do conhecimento e da prática educativa.

Bibliografia Básica:

GAMBOA, S. S (org). **Pesquisa Educacional: quantidade – qualidade**. 2ª ed. SP: Cortez, 1997. (coleção questões da nossa época).

LINHARES, C., FAZENDA, I. e TRINDADE, V. **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional**. Campo grande, MS: Ed. UFMS, 1999.

WARSCHAUER, C. **Rodas em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Bibliografia Complementar:

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas, SP: Editores Associados, 1998.

GERALDI, C. M. G, FIORENTINI, PERREIRA, E. M. A (orgs). **Cartografias do trabalho docente, Campinas**. SP: Mercado de letras, 1998.

Revista da faculdade da USP. **EDUCAÇÃO e PESQUISA**. jul\dez.1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2001.

Disciplina: Psicologia da Aprendizagem

Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Compreensão da Psicologia da Aprendizagem enquanto área da Psicologia, na perspectiva de construção teórica e de aplicação. Estudo do processo de ensino e de aprendizagem, a partir de diversas concepções teóricas, considerando o contexto sócio-histórico. Conhecimento dos problemas de aprendizagem e, em especial, as intervenções que devem ser feita pelo profissional da educação junto aos mesmos.

Objetivos:

Propiciar ao educando o estudo da Psicologia da Educação: definição, função, objetivos, aplicação e pesquisas. Compreender o processo de educação – ensino e aprendizagem – a partir dos diversos modelos teóricos, contextualizando-os historicamente e enquanto aplicação. Oferecer informações necessárias para compreender, identificar e atuar junto aos problemas de aprendizagem, buscando resolvê-los.

Bibliografia básica:

CARRARA, Kester. **Introdução à Psicologia da Educação:** seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

COLL. E. et. Al. **Psicologia da Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

DROUET, Ruth Caribe da Rocha. **Distúrbios da Aprendizagem.** São Paulo: Ática, 4ª, 2003.

FREUD, Sigmund. Obras Completas Vol. XIII **Algumas reflexões sobre a Psicologia Escolar.** (1914) Trad. José Octávio de Aguiar Abreu, S. B. Rio de Janeiro: Imago. 1969.

INHELDER, Bärbel & PIAGET, Jean. *A Psicologia da Criança.* 17ª ed. Trad. Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

JOSÉ, Elisabete da Assunção & COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem.** São Paulo: Editora Ática, 2003.

2.2.3.4 Quarto Período

Componentes Curriculares ideais para o período:

- Disciplinas:

- | | |
|---|-------------------------------|
| a) Didática | c) Introdução à Antropologia |
| b) Fundamentos e Metodologias do Ensino de História | d) Arte e Educação |
| | e) Alfabetização e Letramento |

Disciplina: Didática

Carga Horária: 60h/a

Ementa:

A disciplina enfocará o processo histórico e filosófico da didática como subsídio para compreensão ampla e consistente do fenômeno e da prática educativa, analisando as concepções de ensino e de aprendizagem nas diferentes abordagens pedagógicas (tradicional, escola nova, tecnicista, críticas): perspectivas históricas e tendências atuais. Discutirá, ainda, nessa perspectiva, os elementos teóricos e procedimentais para reflexão na atividade docente e na formação do profissional pesquisador.

Objetivo Geral:

Compreender a Didática como referencial teórico da pedagogia que possibilita ao profissional de educação uma visão multidimensional de sua prática.

Bibliografia Básica:

- ANGOTTI, Maristela. **O trabalho docente na pré-escola: revisitando teorias, descortinado práticas**. São Paulo: Pioneira, 2002.
- GHIRALDELLI RJ, Paulo. **Didática e Teorias Educacionais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MARIN, Alba Junqueira (coord.). **Didática e Trabalho Docente**. 2ª ed. São Paulo: Junqueira e Marin, 2005.
- PIMENTA, Selma Garrido. **De professores, Pesquisa e didática**. São Paulo: Papirus, 2002.
- VEIGA, Ilma P. Alencastro (org.). **Didática: O Ensino e suas relações**. 6ª. Ed. São Paulo: Papirus, 2001.
- PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar:

- ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de (Orgs). **Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- COMENIUS, João Amos, **Didática Magna**, trad. Ivone Castilho Benedetti, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HAYDT, Regina Célia Cazana. **Curso de Didática Geral**, 4ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
- LOLLINI, Paolo. **Didática e Computador: quando e como a informática na escola**. Edições Loyola, São Paulo, 3ª edição: 2003.
- SILVA, Aida Maria Monteiro; MELO, Márcia Maria de Oliveira. (Org) **Anais do XII ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**. Recife, PE, 2006.

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de História
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

História e historiografia: a problemática das fontes, objetos e abordagens. Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de História. A construção do conhecimento histórico e do saber histórico escolar. Organização didático-pedagógica para o ensino de História. O livro didático e as diversas linguagens no ensino de História.

Objetivo Geral:

Problematizar as concepções teóricas e metodológicas propostas pela historiografia e sua relação com as questões e desafios na construção do conhecimento histórico em sala de aula, a partir do processo de interlocução da universidade com a realidade escolar entre professores, alunos e recursos didáticos disponíveis.

Bibliografia Básica:

BORGES, Maria Eliza L. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Secretaria do Ensino Fundamental, Brasília: MEC, 2001.
FONSECA, Thais N. Lima. **História & ensino de História**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
MEIHY, José Carlos S.B. **Manual de história oral**. 4ª ed. SP: Edições Loyola, 2002.
PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
SIMAN, Lana Mara de C.; FONSECA, Thais N. Lima. **Inaugurando a História e construindo a nação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Bibliografia Complementar:

LENSKIJ, T. HELFER, Nadir E. (Orgs.) **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo. Edunisc; São Leopoldo: ANPUH /RS, 2000.
MARCONDES, B.; MENEZES, Gilda; TOSHIMITSU, Thaís. **Como usar outras linguagens na sala de aula**. SP: Contexto, 2000.
ZAMBONI, E. *Representações e linguagens no Ensino de História*. In: **Revista Brasileira de História**. SP: ANPUH, vol.18, nº 36, 1998, p. 89-101.

Disciplina: Introdução à Antropologia
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Analisar a definição do campo epistemológico da Antropologia, enfatizando o conhecimento e a reflexão crítica sobre suas categorias analíticas. Abordando as principais correntes teórico-metodológicas, de maneira a instrumentalizar o aluno para a compreensão das situações geradas pela diversidade sócio-cultural.

Objetivo Geral:

Reconstituir o processo histórico de construção do conceito de homem e do entendimento da diferença cultural pela sociedade ocidental. Introduzir os estudantes nas principais correntes da Antropologia Social, explorando o conceito de cultura e outros marcos teóricos referenciais, bem como os métodos e técnicas de pesquisas utilizadas pelos antropólogos. Buscando-se ainda, demonstrar o diálogo e a interface possível entre os campos da Antropologia e da Educação.

Bibliografia Básica:

CONSORTE, J. G. **Culturalismo e educação nos anos 50: desafio da diversidade.** Caderno CEDES, v. 18, nº43, Campinas, dez/1997.

DAUSTER, T. **Um outro olhar: entre a antropologia e a educação,** Cadernos CEDES, V. 18, N. 43, Campinas, dez/1997.

PENIN, S. **Cotidiano e escola: a obra em construção.** SP: Cortez, 1989.

Bibliografia Complementar:

GUSMÃO, Neusa M. M. **Antropologia e educação: origens de um diálogo.** Cadernos CEDES, V. 18, N. 43, Campinas, dez/1997.

MIALARET, G. **As ciências sociais da Educação – escola e vida,** Lisboa: Livros e Leituras, 1999.

Disciplina: Arte e Educação

Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Discussão conceitual sobre a arte, a arte e suas várias expressões na história da humanidade, importância da arte nas sociedades antigas e modernas, a relação entre a arte e o conhecimento, as várias expressões artísticas da criança, arte e linguagens, arte e tecnologias, arte e educação. A arte e o processo de criação e imaginação, a educação sensível. Favorecimento do acesso ao conhecimento sobre arte, abrindo possibilidades para o aluno construir um percurso de criação pessoal nas diferentes linguagens, trabalhando-as de preferência em projetos de trabalho, sempre preservando a natureza individual dos trabalhos.

Objetivo Geral:

Compreender a arte como elemento presente na vida de todas as comunidades, no âmbito do cotidiano e nas manifestações artísticas regionais, nacionais e internacionais, ampliando e aprofundando o conhecimento sobre conceitos, fatos, princípios, procedimentos, valores e sensibilidades inerentes à arte e à produção artística.

Bibliografia Básica:

COLI, J. **O que é arte**. SP: Brasiliense, 1999.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-educação: leitura no subsolo**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte**. Brasília: SEF, 1997.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2002.

FERRAZ, M. e FUSARI, M. **Metodologia do ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 1999. Coleção Magistério. 2º Grau-série formação do professor.

BARBOSA, A. M (Org). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. SP: Cortez, 2002.

BROUGERE, G. **Brinquedo e Cultura**. Trad. Gisela Wajskop. São Paulo, Cortez, 2000.

IAVELBERG, R. **Para gostar de aprender arte-sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NEIVA JR, E. **A Imagem**. São Paulo: Ática, 2002.

RIVERA, T. **Arte e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CITELLI, A (org). **Outras linguagens na escola-Publicidade, cinema e TV, rádio, jogos, informática**. São Paulo: Cortez, 2001.

Disciplina: Alfabetização e Letramento
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Estudo da relação linguagem e contexto social nos usos e formas da língua materna, analisando os aspectos da alfabetização e do letramento; garatuja, grafismo e a escrita como produção social; contextualização histórica em suas diversas concepções teórico-metodológicas, com ênfase na psicogênese dos processos de desenvolvimento e aquisição das múltiplas linguagens pela criança; conceitos, história, natureza e condicionantes do processo de alfabetização e letramento; aspectos sócio-histórico interacionistas e psico-pedagógicos da oralidade e escrita.

Objetivo Geral:

Compreender o processo de alfabetização e do letramento para formação teórica e prática do educador que atua nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia:

- KLEIMAN, Ângela B. **Os significados do letramento**. SP: Mercado de Letras, 1995.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky - Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 2001.
- SMOLKA, A.L. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. Campinas, SP: Cortez, 1998.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. SP: Autêntica, 1998.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. SP: Contexto, 2003.
- TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo a escrever**. SP: Ática, 1994.
- TEBEROSKY, Ana. **Psicopedagogia da linguagem escrita**. SP: Trajetória, 1989.
- TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. SP: Cortez, 1995.

2.2.3.5 Quinto Período

Componentes Curriculares ideais para o período:

- Disciplinas:

- a) Fundamentos e Metodologias do Ensino de Linguagem
- b) Fundamentos e Metodologias do Trabalho em Educação Infantil

- c) Programas e Projetos em Políticas Públicas
- d) Seminário de Pesquisa III
- e) Projeto de Estágio

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de Linguagem
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

A escola e o ensino de Língua Portuguesa. O professor de língua materna: características, formação, competências e habilidades. Os objetivos e as estratégias do/para ensino de língua materna, priorizando o conceito de linguagem como forma de interação humana. Linguagem e subjetividade: suas relações ideológicas na formação do professor e na transformação do atual modelo de sociedade capitalista e a transição para um modelo socialista. A avaliação e o “erro” em língua materna. Língua Portuguesa e o trabalho com a literatura. Discussão dos PCNs, dos livros didáticos e das práticas pedagógicas, à luz das Teorias da Linguística (Análise do discurso, Semiótica, etc).

Objetivo Geral:

Permitir ao aluno a reflexão sobre o ensino da Língua Portuguesa nas séries iniciais e também perceber a importância de dominar a modalidade escrita e aprimorar a expressão oral, como condição importante do bom desempenho no exercício profissional e na formação de leitores.

Bibliografia Básica:

CORRÉA, Manoel Luiz Gonçalves. **Linguagem e Comunicação Social, visões da lingüística moderna**. São Paulo: Parábola, 2003.
FLIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática.
FONTES, Martins. **Pensamento e L.S. VIGOTSKI Linguagem**. São Paulo: CIP, 2005.
JOBIM e SOUSA, Solange. **Infância e Linguagem BAKHTIN, Vygotsky e Bejamim**, 2ª ed. Campinas São Paulo: Papyrus, 1995.
KOCH, Ingedore Villaça. **A Inter-ação Pela Linguagem**. São Paulo: Contexto, 2006.
VIGOTSKI, L. S., LURIA, A. R. & LEONTIEV, A. N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 8ª ed. Trad. Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, 2003.

Bibliografia Complementar:

MOLLICA, Maria Cecília. **Influência da fala na alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
SMITH, Frank. **Leitura Significativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. 6ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Trabalho em Educação Infantil
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

O Trabalho com crianças pequenas exige do educador fundamentação teórica e habilidades práticas para favorecer que as instâncias: educação, cuidado e brincadeira estejam interligadas, a fim de que a criança cresça e construa sua Identidade e Autonomia de forma saudável. Assim a disciplina enfocará: A Educação infantil no contexto da política educacional brasileira. Finalidades, objetivos e tendências da Educação Infantil. Instituições de educação infantil: creches, pré-escolas e ensino informal. Filantropia, Assistência, educação e ensino. Estudo do Referencial Curricular da Educação Infantil – RCNEI.

Objetivo Geral:

Estabelecer uma reflexão ampla sobre as concepções e questões educacionais que norteiam o trabalho em Educação infantil

Bibliografia Básica:

ANGOTTI, Maristela. **O trabalho docente na pré-escola:** Revisitando teorias, descortinado práticas. São Paulo: Pioneira, 2002.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da infância** da idade média à época contemporânea no ocidente. Porto Alegre, Artemed, 2004.

FARIA, A. L. G. de; PALHARES, M. S. (orgs.). **Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados – FE/UNICAMP; São Carlos, SO: Editora da UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2000.

KUHLMANN JR., M. *Histórias da Educação Infantil Brasileira*. In: **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 nº. 14 (p. 5-18).

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. MEC/SEF. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Volumes 1, 2, 3**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CRAIDY, Carmem e KAERCHER, Gládis E. (orgs.). **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artemed, 2001.

Disciplina: Programas e Projetos em Políticas Públicas
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

História dos movimentos sociais. Estado, políticas públicas e legislação: as ações, programas e projetos governamentais e o orçamento destinado às áreas sociais. O trabalho de parceria entre Estado, movimentos sociais e as diferentes organizações. Demandas sociais e processos educativos. Educação extra-escolar: sindicalismo, igreja e partidos políticos. As organizações não-governamentais (ONG's) e o terceiro setor.

Objetivo Geral:

Promover a análise da distância que separa a sociedade civil e a questão orçamentária destinados às políticas públicas sociais, a partir do entendimento de que quem tem o poder de decidir sobre a aplicação de recursos públicos de um país, decide sobre a vida de sua população.

Bibliografia Básica:

BARRETO, Elba S. de Sá & Pinto. Regina Pahim. (Coord.). **Avaliação na educação básica (1990 a 1998)**. Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2001.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo:IEE/PUC/SP, 2001.

COHEN. Ernesto. FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 4ª ed. RJ: Vozes, 2000.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.21, Brasília: IPEA, jun.2000.

RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. SP: Cortez, 1999.

SILVA, Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto de. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes na avaliação de programas e projetos**. Caderno de Pesquisa, nº. 48. Campinas, NEPP/UNICAMP, 2000.

Disciplina: Seminário de Pesquisa III
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

O Seminário de Pesquisa III dá continuidade ao proposto nos seminários I e II tendo como base principal oferecer subsídio para a formação do pesquisador. Nessa perspectiva introduzirá os elementos da pesquisa quantitativa que abarca a aplicação de elementos da estatística. Apresentará um breve histórico da estatística para aprofundar questões relativas à: População e amostra. Escalas e nomenclaturas. Organização e tabulação de dados. Tabelas: tipos, estrutura e componentes de uma tabela. Gráficos estatísticos: tipos de gráficos, leitura e interpretação. Construção de gráficos: setores, barras, colunas, segmentos, histograma. Médias: aritmética, geométrica e ponderada. Mediana e moda. Medidas de dispersão.

Objetivo Geral:

Desenvolver conhecimentos teórico-práticos a partir do estudo da estatística descritiva, relacionando-os com o contexto de sua utilização, bem como a sua importância para a formação do professor e do administrador, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a sua prática profissional.

Referências

ARA A. et al. **Introdução à Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 2003.
COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos Investigativos I. Novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos Investigativos II. Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
PEREIRA P. **Noções de estatística**. Campinas, SP: Papirus, 2004.
DEMO, Pedro. **Pesquisa com princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1998.
DENCKER, Ada de Freitas Maneti & VIÁ, Sarah Chucid. **Pesquisa Empírica em Ciências Humanas**. 2ª. ed. São Paulo: Futura, 2002

Disciplina: Projeto de Estágio

Carga Horária: 60h/a

Ementa: A formação do Professor-pesquisador. A importância do Estágio Supervisionado na formação do Educador. A função social da Escola. Visita nos Espaços Educativos: Creches, Pré-Escolar, Escolas do Ensino Fundamental, e outros ambientes educativos não-escolares. Práticas Educativas. Projeto de Estágio Curricular Supervisionado de Regência.

Objetivos

Essa disciplina tem como objetivo central introduzir ao aluno no mundo da pesquisa investigativa do contexto educacional, favorecer ao acadêmico um contato com a realidade das salas de aulas através da observação e da participação em atividades escolares como suporte para proposição de suas atividades de regências.

Bibliografia Básica

ANGOTTI, Maristela. **O trabalho docente na pré-escola: revisitando teorias, descortinado práticas**. São Paulo: Pioneira, 2002.

BAGNO, M. **Pesquisa na escola: Como se faz?** São Paulo: Loyola, 2000.

CANDAU, Vera M. (org). **Reinventar a escola**. Ed. Vozes. Petrópolis RJ 2000

KRAMER, Sonia. **Profissionais de Educação Infantil, gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

LUNA, Sérgio Vasconcellos de. **Planejamento de Pesquisa uma Introdução**. São Paulo: EDUC. 2002.

2.2.3.6 Sexto Período

Componentes Curriculares ideais para o período:

- Disciplinas:

- | | |
|---|---------------------------------|
| a) Teoria do Currículo | c) Educação e Tecnologias |
| b) Fundamentos e Metodologias do Ensino de Artes e do Movimento | d) Literatura Infanto-Juvenil |
| | e) Estágio na Educação Infantil |

Disciplina: Teoria do Currículo

Carga Horária: 60h/a

Ementa:

O nascimento do pensamento pedagógico brasileiro a partir do desenvolvimento das teorias da Escola Nova. A história da disciplina currículos e Programas nos cursos de formação de professores. As perspectivas históricas do campo do currículo no Brasil. As principais proposições teóricas sobre currículo. Vicissitudes da organização do saber escolar, problemas e pressões sociais que incidem sobre o planejamento do currículo.

Objetivo Geral:

Compreender a dinâmica sócio-cultural da realidade para identificar e propor respostas sócio-culturais e educacionais por meio de uma visão multidimensional de conhecimento; possibilitando aos discentes, reflexão sobre suas ações, como profissionais da educação, e desenvolver a habilidade de elaborar programas e projetos educativos.

Bibliografia Básica:

CORAZZA, Sandra. **O Que Quer um Currículo? Pesquisas, pós-críticas em Educação.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PACHECO, José Augusto (Org). **Políticas de Integração Curricular.** Porto Editora. Portugal, 2000.

PERRENOUD, Philippe (Org). **Formando Professores Profissionais. Quais Estratégias? Quais Competências?** Ed. Artmed. São Paulo, 2001.

Bibliografia Complementar:

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas.** 7ª. Ed. SP: Ática, 1999.

GOMES, Cândido. **A educação em perspectiva sociológica.** SP: EPU, 1985.

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de Artes e Movimento
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Os fundamentos da arte numa compreensão histórico-cultural. As diversas concepções das funções da arte: A pragmática, a naturalista, a formalista. A arte e a educação: a arte como conhecimento e como cultura. A arte, a criança e o movimento: corpo, linguagem e ludicidade. A arte e seu ensino: interdisciplinaridade, realização de projetos e oficinas. A dança, o teatro, a capoeira, o batuque, danças indígenas. A produção cultural para a infância: do lixo e do luxo. O movimento invertido: a babá eletrônica (TV) e a atividade (passividade?) infantil.

Objetivo Geral:

Compreender os fundamentos do fenômeno artístico numa perspectiva histórico-cultural. Analisar as diversas funções da arte em diversos contextos. Refletir sobre os fundamentos das noções de arte trabalhadas em sala de aula assim como conhecer as metodologias que vem sendo utilizadas nas escolas. Conhecer as diversas teorias da arte, seu ensino e suas metodologias, passando do modelo tradicional às discussões pós-modernas com enfoque para as artes: dança, teatro e música. Desenvolver habilidades e competências na prática do trabalho artístico, aliando o fazer, o refletir e o pensar sobre a arte.

Bibliografia Básica:

- BARBOSA, ANA MAE. (org). **Arte-Educação**: leitura no subsolo. SP: Cortez, 2002.
- _____. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRUHNS, Heliosa Turini & GUTIERREZ, Gustavo Luiz (orgs.). **O Corpo e o Lúdico. Ciclo de Debates Lazer e Motricidade**. FEF- Unicamp, Ed. Autores Associados. 2000.
- LEVIN, Esteban, **A Infância em cena. Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. São Paulo: Vozes, 2002.
- NANNI, DIONÍSIA. **Dança Educação**: princípios, métodos e técnicas. RJ: 2001.
- FERRAZ, M. FUSARI, M. **Metodologia do ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2001.
- CASCUSO, C. **Civilização e cultura**. São Paulo: Global, 2004.
- SANTOS, D (org). **Ética e Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BRASIL, MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3ª ed. – Brasília: MEC/SEF, 2001.
- _____. **Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A secretaria, 2001.

Disciplina: Educação e Tecnologias
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

O desenvolvimento do conceito de tecnologia educacional. As novas tecnologias da comunicação, a escola e os professores. Da tecnologia à comunicação educacional. Mídia-educação: reflexões, ética e estética. Os dilemas emergentes dessas novas realidades tecnológicas e as exigências educacionais.

Objetivo Geral:

Compreender como as novas gerações se apropriam das técnicas de informação e comunicação, estudando os modos como a instituição escolar e, especialmente os professores, vão se apropriando destes instrumentos e integrando-os, ou não, ao seu cotidiano.

Bibliografia Básica:

- BELLONI, Maria Luiza. **O que é Mídia-Educacional**. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- GRINSPUN, Miriam P. S. Z. (Org.) **Educação Tecnológica: desafios e perspectivas**. São Paulo, Cortez, 1999.
- LITWIN, Edith (org) **Tecnologia Educacional: política, história e proposta**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MORAES, Raquel de Almeida. **Informática na Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- SANCHO, Juana M. **Tecnologia educacional**. trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artemed, 1998.
- VIEIRA, A. Thomaz, ALMEIDA, M. Elizabeth B. e ALONSO, Myrtes (orgs.). **Gestão Educacional e Tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.

Disciplina: Literatura Infanto – Juvenil

Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Conhecer uma série de gêneros literários que a prática social projeta como adequados à criança e possa desenvolver as possibilidades de tratamento didático desses gêneros nas creches e pré-escolas.

Objetivo Geral:

Subsidiar o aluno no universo dos estudos sobre a Literatura Infantil, favorecendo a construção teórica de condições para compreender aspectos históricos da área, distinguindo narrativas primordiais de outras modalidades.

Bibliografia Básica:

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil. Gostosuras e bobices.** São Paulo: Scipione, 2006.

AMARILHA, Marly. **Estão mortas as fadas? Literatura infantil e prática pedagógica.** Petrópolis, RJ: Vozes: EDUFRRN, 1997.

BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos Contos de Fadas.** Trad. Arlene Caetano. 18ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

COELHO, Nelly Novaes. **O conto de fadas, o imaginário infantil e a Educação.** Brasília: Mec/ Seb. Revista Criança n. 38, janeiro de 2005.

MENGARELLI, Jandira Kondera. (og.). **Dos Contos, em cantos.** Salvador, BA: Álgama, 1998.

ZIBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na Escola.** São Paulo: Global, 2003

Disciplina: Estágio na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)
Carga Horária: 120h/a

Ementa.

A formação de professores e gestores para a área de educação infantil. O estudo do RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil). Observação das práticas de educação e cuidado em creches e pré-escolas. O Portifólio como instrumento de avaliação em educação infantil. Legislação para a educação infantil. Observação da gestão de Instituições de Educação Infantil. Prática de docência (Regência) em creche e pré-escola.

Objetivo Geral:

Oportunizar aos acadêmicos a aquisição de amplo conhecimento acerca da educação infantil em diferentes contextos, e conhecimento da realidade das escolas de educação infantil, a partir da convivência com os educadores e gestores de creches e pré-escolas, para intervir através de atividades de regências realizadas em sala de aulas com as crianças.

Bibliografia Básica:

- ALARCÃO, Isabel. **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre:Artemed, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Mec/SEF, Brasília, 1998.
- CAMPOS, M^a Malta, *A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate*. In: **Educação e Sociedade** Nº 68, Campinas, SP: CEDES, 1999.
- CEVIDANES, Maria Eneida Furtado. **O Estágio Supervisionado: uma perspectiva reflexiva**. In: <http://www.prograd.ufes.br/seminario/seminario1/progseminario.CE/UFES.htm> - Acesso dia 31/08/2005
- COMENIUS, **Didática Magna**. Trad. Ivone Castilho Benedete. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GOMES, Icléia Rodrigues de Lima. **A Escola como espaço de prazer**. São Paulo: Summus editorial, 2000.
- KUHLMMAN Jr., Moysés. **Educação e educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- PAPALIA, Diane E; OLDS, Sally Wendkos. **O mundo da criança**. 2^a ed. São Paulo: Makron Books, 1998. 689p.

2.2.3.7 Sétimo Período

Componentes Curriculares ideais para o período:

- Disciplinas:

a) Educação de Jovens e Adultos
b) Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia

c) Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática
d) Estágio nos Anos Iniciais
e) Projeto de TCC

Disciplina: Educação de Jovens e Adultos
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

O analfabetismo no Brasil e na América Latina. A educação de jovens e adultos no Brasil: história e tendências atuais. A Educação de Jovens e Adultos na legislação e nas diretrizes da educação. As contribuições teórico-metodológicas de Paulo Neves Reglus Freire

Objetivo Geral

Conhecer alguns dos conceitos fundamentais da Educação de Jovens e Adultos, bem como sua história no Brasil e na América Latina, a partir das influências do educador Paulo Freire e do movimento de democratização da educação; Refletir sobre algumas práticas em EJA exercidas nas escolas e no movimento social na região; Analisar as políticas públicas formuladas em programas para a educação de jovens e adultos.

Bibliografia

BRANDÃO, C. R. **O que é o método Paulo Freire**. 7ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
BRUNEL, C. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 6ª ed., SP: Cortez, 2005.
SCOCUGLIA, A. C. A. **história das idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1999 (2ª edição).

Bibliografia Complementar:

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. São Paulo, Cortez, 1998.
DI PIERRO, M. C. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985 – 1999**. Tese de doutorado em História e Filosofia da Educação, PUC – SP, 2000.
GOHN, M. da G. M. **Movimentos Sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
MITSUE, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo, Expressão Popular, 2001.

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de geografia
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

A produção do conhecimento e suas conseqüências para o ensino das séries iniciais do Ensino Fundamental. A construção do conceito de espaço geográfico na criança. O processo de produção, reprodução do espaço geográfico mediado pelo trabalho social do homem. Estabelecer relacionamento entre a prática direcionada para o equacionamento da práxis pedagógica.

Objetivo Geral:

A disciplina abordará conteúdos que possibilitem a aquisição de um instrumental básico ao exercício do magistério, possibilitando o domínio da metodologia específica ao ensino de geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica:

AGB (org.) **O ensino da geografia em questão e outros temas** (tema livre 2). SP, Marcos Zero/AGB.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais em Geografia (1ª à 4ª séries)**, Brasília, MEC, 1998.

CARRAHER, T e C. W. **Estudos Sociais nas séries iniciais**. SP, CENP, 1996.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. São Paulo: Global, 2002.

FARIA, A. **A ideologia no livro didático**. SP Cortez, 1986.

Bibliografia Complementar:

IANNI, O. **As ciências sociais nas escolas de 1º e 2º grau**. SP: CENP, 1986.

HOLFING, E. de Mattos. **A cidadania em livros didáticos de Estudos Sociais**, Editora e Sociedade, 1985.

NIDELCOFF, M. T. **Ciências sociais na escola**. SP. Editora Brasiliense, 1987.

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Estudo da construção do conhecimento matemático e o desenvolvimento do raciocínio lógico abstrato, considerando os aspectos epistemológicos e metodológicos. Tendências em educação matemática. Panorama atual do ensino da matemática no Brasil e no Mundo. Organização didático-pedagógica para o ensino de matemática. Recursos metodológicos o ensino da matemática para crianças de 0 a 6 anos e séries iniciais. Objetivos do ensino da matemática, discutindo os conceitos matemáticos como componentes do ensino da temática na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Objetivo Geral:

Desenvolver conhecimentos teórico-metodológicos básicos de conteúdos em matemática e relacioná-los com a aplicabilidade contextual no ensino, visando o desenvolvimento de dispositivos alternativos em termos de atividades instrumentais, com vistas ao trabalho docente na educação infantil e séries iniciais.

Referências:

- ALMEIDA M. T. **Jogos divertidos e brinquedos criativos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
BARATOJO J.T. **Matemática nas séries iniciais**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1998.
LLEIXÀ ARRIBAS T. **Educação Infantil**: desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5^a ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
SMOLE K. C. **Resolução de problemas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
SMOLE K. C. **Brincadeiras infantis nas aulas de matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. (Coleção matemática de 0 a 6 anos)
TOLEDO M. **Didática da matemática: como dois e dois: a construção da matemática**. São Paulo: FTD, 1997 (Conteúdo e metodologia).

Disciplina: Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Carga Horária: 120h/a

Ementa:

A identidade do pedagogo; O papel e a função social da escola; A função social de espaços educativos não-escolares. A escola como espaço de pesquisa em educação; Observação e discussão sobre práticas de docência e de gestão; relação inter-pessoal entre professor-aluno, considerando aspectos relacionados à (in)disciplina e ao fracasso escolar. PCN do ensino fundamental. Prática de docência (regência) nos Anos Iniciais do ensino fundamental.

Objetivo geral

Oportunizar ao formando relacionar os processos de ensino e de pesquisa em salas de aulas e em situações de gestão educacional, através da observação, da participação, regência em sala de aula e de outras experiências em espaços escolares e não escolares.

Bibliografia

- ALARCÃO, Isabel. **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre:Artemed, 2001.
- BRASIL. Secretaria de Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais**. Mec/SEF, Brasília, 1998.
- COMENIUS, **Didática Magna**. Trad. Ivone Castilho Benedete. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GOMES, Icléia Rodrigues de Lima. **A Escola como espaço de prazer**. São Paulo: Summus editorial, 2000.
- MARIN, Alba Junqueira (coord.). **Didática e Trabalho Docente**. 2ª ed. São Paulo: Junqueira e Marin: 2005.
- PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. (orgs.) **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002. 224p
- PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004. 296p.
- ZABALA A. **A prática educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre**. Imagens e auto imagens. Vozes. Rio de Janeiro. 2000.

Disciplina: Projeto de TCC

Carga Horária: 60h/a

EMENTA.

Desenvolvimento de atividades teóricas e práticas numa perspectiva interdisciplinar de produção do conhecimento. Conhecimento e socialização das linhas de pesquisa e projetos de investigação do corpo docente. Definição da problemática de pesquisa e da orientação docente. Elaboração do projeto de pesquisa com o orientador.

Objetivos

Desenvolver atividades referentes às releituras críticas dos aspectos metodológicos e técnicos da produção do conhecimento científico no que se refere às definições de trabalhos monográficos de conclusão de curso;

Proporcionar momentos de reflexão e socialização sobre o processo de construção de trabalhos monográficos de egressos e docentes da universidade;

Realizar a aproximação dos objetos de estudos dos acadêmicos às linhas de pesquisa e abordagem proposta pelo campus, favorecendo os primeiros contatos com os professores orientadores para a construção inicial do projeto de pesquisa;

Bibliografia Básica

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis, Ed. da UFSC e São Paulo, Cortez, 2002.

LUNA, S. V. De. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. SP: EDUC, 2002.

FRANÇA, Júnia Lessa. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7ª ed. BH. Ed. UFMG, 2004.

OLIVEIRA, Edson de Sousa e BRASIL, Heloisa dos Santos. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos**. Tocantinópolis, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. “Diretrizes para elaboração de uma monografia científica”. In **Metodologia do Trabalho Científico**. 22ª ed., São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia complementar

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas, SP: Editores Associados, 1998.

FAZENDA, Ivani C. (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. SP: Cortez, 1989.

GAMBOA, Silvio Sánchez. (org.) **Pesquisa educacional: quantidade – qualidade**. 2ª ed. SP, Cortez, 1997.

LINHARES, C; FAZENDA, I. e TRINDADE, V. **Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional**. Campo grande, MS: Ed. UFMS, 1999.

2.2.3.8 Oitavo Período

Componentes Curriculares ideais para o período:

- Disciplinas:

- | | |
|--|-------------------------|
| a) Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais | d) Educação não escolar |
| b) Organização do Trabalho Pedagógico | e) Optativa I |
| c) Educação e Cultura Afro-Brasileira | f) Orientação de TCC |

Disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências Naturais
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

A disciplina abordará fundamentos que possibilitem a sistematização e o aprofundamento de conceitos que articulará a teoria com a prática, para a construção das competências e habilidades profissionais previstas no Projeto Político Pedagógico.

Objetivo Geral:

Estudo da história das Ciências e formação de um professor que tenha um conhecimento fundamentado para estabelecer relações com as chamadas ciências da terra, do ar e da água. Construir um processo de alfabetização científica de maneira a proceder à análise de material e livros didáticos para o ensino de Ciências na educação infantil.

Bibliografia Básica:

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANIATO, Rodolpho. **Com ciências na educação**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Bibliografia Complementar:

HENNING, Georg. **Metodologia do ensino de ciências**. Porto Alegre: Mercado Alberto, 1996.

MORAES, Roque. **Ciências nas Séries Iniciais e Alfabetização**. Porto Alegre: Sagra. DC.

Luzzato, 1992.

Disciplina: Organização do Trabalho Pedagógico

Carga Horária: 60h/a

Ementa: A disciplina deverá promover espaços para estudo sobre o trabalho e a produção da existência humana assim como as categorias norteadoras da relação trabalho/educação. Compreender a articulação entre a ação educativa, projeto político-pedagógico e gestão escolar. Discutir as características da instituição escolar no contexto sócio-econômico, cultural brasileiro. Entender as diferentes formas de ensino como os planos de organização e processos de interação a partir da organização do projeto político-pedagógico. Identificação e análise de elementos do processo de ensino, da natureza dos conteúdos e das formas de avaliação em consonância com a característica da clientela escolar.

Objetivo Geral:

Conhecer e encaminhar procedimentos, sistematizados, sobre o funcionamento das atividades desenvolvidas nos espaços escolares e não escolares, objetivando o domínio de instrumentos didáticos, através do trabalho com projetos bem como com os projetos político-pedagógico.

Bibliografia Básica:

FERRAÇO, Carlos Eduardo (org.). **Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo**. São Paulo, Cortez, 2005.

LIMA, Licínio C. **Organização Escolar e Democracia Radical – Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo, Cortez, 2000.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**. São Paulo: Cortez, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

VEIGA, Ilma Passos A. & FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-Pedagógico**. Campinas: Papirus, 2001

Bibliografia Complementar:

CANDAU, Vera M^a (org) **Didática, Currículo e Saberes escolares**. RJ: DP&A, 2000

ENGUITA, Mariano Fernandez. **A Face Oculta da Escola: Educação e Trabalho no Capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FAZENDA, Ivani. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo. Cortez, 2001

Disciplina: Educação e Cultura Afro-Brasileira
Carga Horária: 60h/a

Ementas:

Conhecimento e análise da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra no Brasil e na região, a partir das relações sociais de conceitos e suas bases teóricas tais como: racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipos, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferenças, etc. Compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-raciais, de forma a lidar positivamente com elas e, sobretudo, criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las e ressignificá-las. A proposta contempla um tema mais amplo e sub-temas afins

Objetivo Geral:

Compreender e analisar o processo de construção da história e da cultura negra no Brasil e na região considerando as diversidades histórico-culturais e suas manifestações nas relações sociais e étnico-raciais, de forma a contribuir com a ressignificação de valores, possibilitando novas propostas didático-pedagógicas.

Bibliografia Básica:

COSTA E SILVA, Alberto. **Um rio chamado Atlântico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
KI-ZERBO. **História Geral da África - Vol. I,II,III e IV**. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.
MUNANGA, Kabengelê (Org.) **Superando o racismo na escola**. 3ª ed., Brasília: MEC, 2001.
PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria José (Orgs.) **Rompendo silêncio – história da África nos currículos da educação básica**. Brasília: DP Comunicações, 2004.

Bibliografia Complementar:

FONSECA, Maria N. Soares (Org.) **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Disciplina: Educação Não Escolar
Carga Horária: 60h/a

EMENTA: Estudo dos processos e práticas sócio-educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais, pelas instituições de assistência social e filantrópicas, ONG, entidades e associações e demais instituições não-escolares do setor produtivo do “Sistema 5 S” e o protagonismo das minorias. Estudo do grupo e da interação social como constituintes do ser humano como ser social, enfatizando os fundamentos e dimensões do comportamento organizacional, analisando o comportamento individual e o comportamento social com ênfase sobre o impacto da organização sobre os indivíduos, enfocando a função social do pedagogo na articulação do conhecimento e das ações no âmbito da educação não-escolar.

Bibliografia

- ALMEIDA, Marcos Garcia de. **Pedagogia empresarial:** saberes, práticas e referências. SP: Brasport, 2006.
- BONFIN, David. **Pedagogia do treinamento:** correntes pedagógicas no ambiente de aprendizagem nas organizações. 2 ed, RJ: Qualitymark, 2004.
- GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 4 ed, SP: Loyola, 2004.
- GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e educação.** 6ª ed., SP: Cortez, 2005.
- GOHN, Maria da Gloria. **O protagonismo da sociedade civil.** SP: Cortez, 2005.
- GOHN, Maria da Gloria. **Educação não-formal e cultura política.** 3 ed, SP: Cortez, 2001.
- NUNES SOBRINHO, Francisco. NASSARALLA, Iara. **Pedagogia institucional:** fatores humanos nas organizações. RJ: Zit, 2004.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Educação escolar:** que prática é essa?. SP: Autores Associados, 2001.
- SCHERMERHORN, Jr. John R. **Fundamentos de comportamento organizacional.** 2 ed., RS: Bookman, 2002.
- Raquel. BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias.** SP, Paulus, 2005.

2.2.3.9 Nono Período

Componentes Curriculares ideais para o período:

- Disciplinas:

- a) Planejamento e Gestão Escolar
- b) Avaliação da Educação Básica
- c) Optativa II

- d) Códigos Lingüísticos Educação Especial
- e) Educação Indígena
- f) Orientação de TCC

Disciplina: Planejamento e Gestão da Educação

Carga Horária: 60h/a

Ementa

O planejamento da escola sob os pontos de vista histórico, filosófico, político e econômico. A gestão da escola e o contexto das políticas públicas para educação. Democratização do ensino e gestão democrática da Educação. Princípios, processos e mecanismos participação: os Conselhos Escolares. O acompanhamento pedagógico da escola: orientação curricular, autonomia na elaboração e avaliação do projeto político pedagógico e na avaliação e controle dos resultados.

Objetivo Geral.

Conhecer os fundamentos teóricos do planejamento educacional e os estudos dos modelos de planejamento, relacionados com o processo de desenvolvimento e participação social.

Bibliografia Básica:

PARENTE FILHO José. **Planejamento estratégico na educação**. 2ª ed. Brasília: Plano, 2003. 120p.

PARO, Vitor H. **A gestão de escolas Públicas de 1º e 2º graus e a teoria administrativa**. Revista Brasileira de Administração da educação, Porto Alegre, v. 4 nº 2, jul./dez, 1996.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. (orgs.) **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002. 224p

VIEIRA, A. Thomaz, ALMEIDA, M. Elizabeth B. e ALONSO, Myrtes (orgs.). **Gestão Educacional e Tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.

Bibliografia Complementar:

HORA, Dinair Leal da. **Perseguindo um ofício e suas artes: A percepção dos sujeitos. Gestão democrática na escola**, 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

Disciplina: Avaliação de Sistemas e do Ensino-Aprendizagem
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Conceitos e definições de avaliação sistêmica e de ensino e aprendizagem. Funções e modalidades de avaliação e suas implicações no ensino e aprendizagem. A centralidade da avaliação nas reformas educacionais do final do século XX e início do XXI. A avaliação na legislação e nas diretrizes da educação básica.

Objetivo Geral:

Refletir criticamente sobre os diferentes modelos e concepções de avaliação com destaque para a avaliação sistêmica e do processo de ensino e aprendizagem na sala de aula. Conhecer teorias e experiências de avaliação no âmbito do sistema educacional com ênfase na educação básica.

Bibliografia Básica

DEMO, Pedro. **Mitologias da avaliação**: de como ignorar, em vez de enfrentar problemas. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional**: base teórica e construção do projeto. 2ª ed. Revista e atualizada. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2002.
FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos, seriação e avaliação**: confrontos de lógicas. São Paulo, Moderna, 2003.
BONNIOL, J. J. e VIAL, M. **Modelos de avaliação: textos fundamentais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
VIANNA, H. M. **Avaliações em debate: SAEB, ENEM, PROVÃO**. Brasília, Plano Editora: 2003.

Bibliografia Complementar:

Avaliação Institucional: uma inovação nas Escolas Públicas do Ceará. Relatório Geral. Fortaleza, SECUC, 1999.
FRANCO, C (org). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001
FERRER, J. G. & ARREGUI, P. **Provas internacionais de aprendizado**. Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe – PREAL, Documentos, nº 26, nov. 2003
GATTI, Bernadete Angelina. *O professor e a avaliação em sala de aula*. In **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, SP, FCC, nº27, jan.– jun/2003; p. 97 – 114.
VIANNA, H. M.; GATTI, B. A. *Avaliação de Sistemas e Implementação de Políticas Públicas*. In **Estudos em Avaliação Educacional**, 2000 (22). Fundação Carlos Chagas: São Paulo.

Disciplina: Educação Especial
Carga Horária: 60h/a

EMENTA

Compreensão sócio-histórica do conceito de necessidades educacionais especiais. Estudo dos processos de inclusão e de integração social, diferenciando-os. Conhecimento dos diversos tipos de deficiências (mental, auditiva, visual, paralisia cerebral, física, etc) assim como o estudo das necessidades educativas especiais ligadas as mesmas, ou seja das propostas de intervenção psicopedagógicas alternativas.

OBJETIVO GERAL

Possibilitar condições para definir o que é o aluno anormal, o deficiente, o portador de necessidades especiais e o com necessidades educativas especiais, analisando-as sócio-historicamente, atrelando aos pressupostos que fundamentam estes conceitos. Compreender o que é inclusão e o que é integração diferenciando-os. Conhecer, identificar e classificar as diversas excepcionalidades no sentido de proporcionar informações sobre uma intervenção psicopedagógica adequada.

Bibliografia

ALMEIDA, Marina S. Rodrigues. **Manual Informativo Sobre Inclusão Informativo Para Educadores**. In: <http://www.educacaoonline.pro.br>
BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394, de 20.12.1996). Publicada no Diário Oficial da União no dia 23/12/1996
BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares. Brasília: SEF/SEESP, 1998.
MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial**: realidade e tendências. Comunicação. I Ciclo de.
A, Ivanilde A. de. **Saberes Imaginários e representações na educação especial**. A problemática ética da diferença e da exclusão social. Petrópolis, RJ, Vozes, 2004
RIBEIRO, Maria Luisa S. & BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de C. (orgs) **Educação Especial**: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.
STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. **Inclusão**: Um Guia para Educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

Disciplina: Educação Indígena
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

A resistência dos povos indígenas ao longo da história do Brasil. A diversidade cultural indígena. O movimento indígena e as políticas públicas. História da Educação Indígena no Brasil. Relatos de experiências em Educação Indígena.

Objetivo Geral

Reconstituir o processo histórico de ocupação portuguesa no Brasil, mostrando-se como a educação foi introduzida pelos jesuítas nas aldeias indígenas; Mostrar aos estudantes qual o modelo de educação foi oferecido pelo Estado historicamente as populações indígenas e quais os seus objetivos; Buscar apreender através dos relatos de experiências de educadores que atuam em contexto de populações aldeadas formas e estratégias de se trabalhar os conteúdos curriculares.

Bibliografia Básica:

CUNHA, M. C. da., **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Fapesp/SMC/ Cia. das Letras, 1992.

LARAIA, R. B., **Cultura um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2001.

SILVA, A. L., GRUPIONI, L. D. B., (Org.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2 Graus**. Brasília: MEC/ MARI/ UNESCO, 1995.

Bibliografia Complementar:

GRUPIONI, L. D. B., (Org.) **Índios no Brasil**. Brasília: MEC, 1994.

GOMES, M. P., **Os índios e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

HAUBERT, M. **Índios e Jesuítas no tempo das missões: séculos XVII e XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras / Círculo do Livro, 1988.

WEIGEL, V., **Escola de branco em Maloca de Índio**. Manaus: ed. Universidade do Amazonas, 2001.

2.2.3.10 Optativas

- | | |
|----------------------------------|--|
| 1. Educação à Distância | 7. Gênero e educação |
| 2. Educação e Multiculturalismo | 8. Avaliação de Política Pública |
| 3. Educação e Trabalho | 9. Matemática Aplicada à Gestão Escolar |
| 4. Fundamentos da Psicopedagogia | 10. Ensino Superior: projetos e reformas |
| 5. Educação do Campo | 11. Avaliação Institucional |
| 6. Etnomatemática | 12. Estado e Educação |

Disciplina: Educação a Distância

Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Os processos de comunicação no contexto das modificações tecnológicas. História e Evolução da EaD. Educação a Distância: novos formatos. Os conteúdos e processos da EaD. Educação a distância e relações humanas. Os processos de ensino e aprendizagem em EaD. Formatos e processos midiáticos aplicados em EaD. Meios de comunicação e educação.

Objetivo Geral:

Proporcionar conhecimento sobre a EaD desde sua história remota até a aplicação de modernos formatos midiáticos, e compreender os meios de comunicação como os principais instrumentos de educação (modificação) do comportamento humano.

Referências:

LEVI, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Raquel de Almeida. **Informática na Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LANDIM, Claudia Maria das Mercês Paes Ferreira. **Educação à Distância:** algumas considerações. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1997.

MORAN, José Manoel. Ensino e Aprendizagem inovadores com tecnologias. In.: **Informática na Educação: Teoria e prática.** Porto Alegre: vol. 3, n. 1 (2000)

SANTORO, Luciene. **Informática Educativa (I.E.):** Concepções pedagógicas e uso do computador no ensino. In.: www.psicopedagogia.com.br. Acesso em 01/02/2005.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

COX, Kenia Kodel. **Informática na Educação Escolar.** São Paulo: Aut. Associados, 2003.

BRASIL, Mec/Seed. Salto para o futuro: **TV e informática na educação.** Secretaria de Educação à Distância. Brasília, 1998.

Disciplina: Educação e Multiculturalismo

Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Analisaremos o multiculturalismo numa perspectiva conceitual, apresentando suas polêmicas e diálogos com o que se chama de interculturalismo e estudos culturais, trajetórias históricas e discussões fundamentais atuais, a partir de diversas abordagens teóricas como forma de instituir na comunidade escolar e na sociedade de uma forma geral o respeito, evitando as estereotípias, preconceitos e exclusões.

Objetivos Geral:

Promover discussões acerca da responsabilidade da escola em abordar de maneira transversal e transdisciplinar o tema do multiculturalismo como forma de ampliar a democracia a partir da tolerância multirracial e do debate das contradições inerentes a esse processo, haja visto que a educação formal deve dar respostas aos problemas gerados pela convivência de culturas diversas no mesmo espaço social, através da tolerância cultural e do enaltecimento da diversidade.

Bibliografia Básica:

CANDAU, Maria Vera. **Educação intercultural e cotidiano escolar**. São Paulo: Sete Letras, 2006.

HALL, Stuart, Da. **Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e direitos humanos**. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/multiculturalismo.htm. Acesso em 16/11/2006.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. São Paulo: Instituto Paulo Freire/ Editora Cortez, 1997.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**. São Paulo: Angra, 1999.

Disciplina: Educação e Trabalho

Carga Horária: 60h/a

Ementa:

O trabalho e a produção da existência humana: organização do trabalho e as formas de dominação econômica. O mundo do trabalho e a educação. A estrutura econômica capitalista e a educação: as categorias norteadoras da relação trabalho/educação. A pedagogia das competências e as novas qualificações no tempo da informática. As características da instituição escolar no contexto sócio-econômico e cultural brasileiro.

Objetivo Geral:

Conceituar o trabalho tendo como pano de fundo a produção teórica privilegiando um conjunto de textos que faça a relação entre o trabalho manual e intelectual; as relações que ele estabelece entre as classes; os gêneros e as etnias diferentes.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo moderno do trabalho**. 9ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da universidade Estadual de Campinas, 2003. 200p.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins fontes.

FRIGOTTO, Gaudêncio. & CIAVATTA, Maria. **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARTINS, Jose de Souza. *A escravidão nos dias de hoje e as ciladas de interpretação*. In: **Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: CPT/Loyola, 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Trad: Alex Martins. Martin Cleret. São Paulo. 2002.

NOSELLA, Paolo. *A modernização da produção escolar brasileira: o estigma da relação escravocrata*. In: **Qual compromisso político?** EDUSF. Bragança Paulista. 2002.

Complementar:

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre**. Imagens e auto imagens. Vozes. Rio de Janeiro. 2000.

BOBBIO, Norberto et al. **Diccionario de política**. Trad: Varíale-Ferreira-Dini. Ed UNB. Brasília. 1998.

FONSECA, Tânia M. Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Vozes. Rio de Janeiro. 2000.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**. Trad: Marcos Santarrita. Cia das Letras. Rio de Janeiro. 1995.

Disciplina: Fundamentos da Psicopedagogia

Carga Horária: 60h/a

Ementa: Fundamentos, objeto e história da Psicopedagogia; A Psicopedagogia no Brasil; Psicopedagogia e as teorias psicopedagógicas; Espaços do profissional desta área; A Ética na Formação do psicopedagogo; Noções gerais sobre psicanálise; As estratégias de atuação no ensino; acessória psicopedagógica nas escolas; Noções de Psicopedagogia clínica; O papel do psicopedagogo na área educacional; Aspectos básicos do diagnóstico psicopedagógico e do acompanhamento clínico.

Objetivo Geral:

Reconhecer a contribuição da psicopedagogia para a Educação, identificando sua aplicação prática nas escolas ou nas clínicas. Adquirir noções básicas sobre o diagnóstico, queixa, anamnese, intervenção, avaliação etc.

Bibliografia básica

FERRETTI, Maria Cecília Galletti. **O infantil, Lacan e a modernidade**. São Paulo: Vozes, 2004.

JERUSALINSKY, Alfredo e Col. **Psicanálise e Desenvolvimento Infantil**. 2ª ed. Artes e Ofícios, 1999.

LEVIN, Esteban. **A Infância em Cena**: constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LOPES, Francisca Rodrigues. **Do universo microsocial da sala de aula**: a sedução e o desejo de saber. Artigo publicado no site: www.psicopedagogia.com.br em 26 de junho de 2003.

SANCHES, Renate Meyer. **Psicanálise e Educação**: questões do cotidiano. São Paulo: Escuta, 2002.

WEISS, Maria Lucia L. **Psicopedagogia Clínica**: Uma Visão Diagnostica dos Problemas de Aprendizagem Escolar. DP&A Editora, 5ª ed. Rio de Janeiro, 1999.

Disciplina: Educação do Campo
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Compreender historicamente as lutas sócio-culturais que avançaram na conquista da educação do campo; Analisar a identidade do homem do campo e conseqüentemente do público para o qual a educação do campo está voltada; Analisar a proposta político-pedagógica de educação do campo nos diversos espaços escolares e não-escolares, incluindo a articulação com os movimentos sociais; Vivenciar experiências educativas que possibilitem compreender a especificidade da educação do campo.

Objetivo Geral:

Apresentar conteúdos que possibilitem ao educando compreender na educação do campo e atuar nela de forma transformadora.

Bibliografia Básica:

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-terra aprende e ensina:** estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
STÉDILE, João Pedro & FREI SÉRGIO. **A luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Scritta, 1993.
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) Cadernos de Educação n. 13. **Dossiê MST:** Escola, documentos e estudos 1990-2001, Edição Especial, 2005.
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) Por uma educação do campo, Brasília, 1999.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Referências para uma política nacional da educação do campo:** Cadernos de Subsídios. Brasília: MEC/ SECAD, 2005.
CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular. 2004.

Disciplina: Etnomatemática

Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Breve histórico da etnomatemática. Definição e significado para o ensino da matemática. Relações entre matemática, cultura e educação. Conhecimento e comportamento: o saber/fazer como prática de vivência e transcendência. A pesquisa de campo na perspectiva da etnomatemática. Elaboração e construção de projetos em etnomatemática.

Objetivo Geral:

Desenvolver conhecimentos teórico-práticos sobre a perspectiva de trabalho etnomatemática, como uma tendência no ensino e na aprendizagem de idéias matemáticas.

Referências:

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática**: arte e técnica de aprender. SP, SP: Ática, 1990.

FERREIRA E. S. **Etnomatemática**: uma proposta metodológica. Rio de Janeiro: Universidade de Santa Úrsula, 1997.

GERDES P. **Etnomatemática**: cultura, matemática, educação. Moçambique: Instituto Superior Pedagógico, 1991.

KNIJNIK G. **Exclusão e resistência**: educação matemática e legitimidade cultural. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LEAL M.K. **Idéias matemáticas de povos culturalmente distintos**. São Paulo: Global, 2002 (Série antropologia e educação).

VERGANI T. **Educação etnomatemática**: O que é?. Lisboa: Pandora Edições, 2000.

Disciplina: Educação e Gênero

Carga Horária: 60h/a

Ementa: Conceito de gênero, diferenciação entre gênero e sexo; as representações sociais do gênero na educação; práticas educativas e a questão de gênero; relações entre classe e gênero; invisibilidade e empoderamento; cultura e relações de familiares com enfoque de gênero; educação e sexualidade.

Objetivo Geral

Discutir a partir das questões pedagógicas as implicações da educação sexista e discriminatória difundida nas famílias e reforçada na escola mediante práticas construídas historicamente.

Bibliografia:

- AVELAR, Lucia. **Mulheres na elite política brasileira**. EdUNESP. São Paulo. 2001.
- BORIS, Jorge Daniel J.B. **Falas de homens – a construção da subjetividade masculina**. Annablume. São Paulo. 2002.
- CARVALHO, Maria E. & PEREIRA, Maria Z. da C. **Gênero e educação: múltiplas faces**. edUFPB. João Pessoa. 2003.
- FONSECA, Tânia M. G. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Vozes. Petrópolis. 2000.
- LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes**. EdUFSC. Florianópolis. 2003.
- MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. Trad: Débora Ginza. Escala. SP. 2006.
- PARENTE, Temis G. **O avesso do silêncio**. Vivências das mulheres do século XIX. edUFG. Goiânia. 2005.
- RISCAROLLI, Eliseu. **Gênero, educação e consciência política**. IN: Gener(and)o na UFMT. (org.) Silva, Marluce Sousa. Adufmat. Cuiabá. 2001.

Disciplina: Avaliação de Políticas públicas

Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Estado capitalista e políticas públicas. Concepções de políticas públicas. Metodologia de avaliação em políticas públicas: as fases da política - agenda, formulação, implementação e avaliação – aspectos conceituais e práticos.

Objetivo Geral:

Refletir sobre as diferentes concepções de Estado e de Políticas Públicas; Compreender os diferentes modelos e concepções de avaliação de políticas e Conhecer experiências de políticas públicas e metodologias de avaliação

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, M. T. **Emergência e desenvolvimento do welfare state:** teorias explicativas. BIB. Rio de Janeiro, 1995.

BARREIRA, M. C. R. N. e CARVALHO, M. do C. B. de. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo, IEE/PUC-SP, 2001.

Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação. Políticas Públicas para a Educação: olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002. In **Educação & Sociedade** – Vol. 23, n. 80 – São Paulo: Cortez, 2002.

Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação. Educação: políticas públicas afirmativas e emergentes. In **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, N. 96 - Especial, out. 2006.

OFFE, Claus. **Trabalho & sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho.** Rio de Janeiro: Perspectivas, 1991.

Bibliografia Complementar:

BONNIOL, J. J. e VIAL, M. **Modelos de avaliação: textos fundamentais.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. FENZL, N. (org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia:** gestão de recursos naturais. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000.

FARIAS, F. B. de. **O Estado capitalista contemporâneo.** 2ª edição, São Paulo, Cortez, 2001.

GONH, M. da G. **Educação não formal e cultura política.** São Paulo, Cortez, 1999.

VIANNA, H. M.; GATTI, B. A. *Avaliação de Sistemas e Implementação de Políticas Públicas.* In. **Estudos em Avaliação Educacional**, 2000 (22). Fundação Carlos Chagas: São Paulo.

Disciplina: Avaliação Institucional
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

A centralidade da avaliação nas reformas educacionais do final do século XX. Conceitos e definições de avaliação institucional. A avaliação sistêmica na legislação e nas diretrizes da educação básica. A avaliação institucional no Brasil – histórico e desdobramentos. A avaliação institucional das escolas – teorias e experiências.

Objetivo geral:

Refletir criticamente sobre os diferentes modelos e concepções de avaliação com destaque para a avaliação institucional; Conhecer teorias e experiências de avaliação institucional no âmbito do sistema educacional com ênfase nas instituições escolares e universidades.

Bibliografia Básica

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional**: base teórica e construção do projeto. 2ª ed. Revista e atualizada. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de. (org.); VIANNA, Heraldo Marelim. et al. **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

BONNIOL, J. J. e VIAL, M. **Modelos de avaliação: textos fundamentais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FRANCO, C (org). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FERRER, J. G. & ARREGUI, P. **Provas internacionais de aprendizado**. Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe – PREAL, Documentos, nº 26, nov. 2003.

VIANNA, H. M. **Avaliações em debate: SAEB, ENEM, PROVÃO**. Brasília, Plano Editora: 2003.

Bibliografia Complementar:

Avaliação Institucional: uma inovação nas Escolas Públicas do Ceará. Relatório Geral. Fortaleza, SECUC, 1999.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos, serialização e avaliação: confrontos de lógicas**. São Paulo, Moderna, 2003.

VIANNA, H. M.; GATTI, B. A. *Avaliação de Sistemas e Implementação de Políticas Públicas*. In. **Estudos em Avaliação Educacional**, 2000. Fundação Carlos Chagas: São Paulo.

Disciplina: Matemática Aplicada à gestão escolar
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Numeração. Sistemas de numeração. Conjuntos Numéricos. Números naturais e inteiros. Operações fundamentais em **N**, **Z** e **Q**. Frações e números decimais. Aplicações reais. Proporção, porcentagem e regra de três simples. Construção de gráficos estatísticos e tabelas: tipos de gráficos, leitura e interpretação. A matemática aplicada à administração educacional. Aplicação de recursos: técnicas matemáticas e modelos orçamentários. Análise e construção matemática de relatórios administrativos e planilhas de orçamento.

Objetivo Geral

Desenvolver conhecimentos teórico-práticos de conteúdos em matemática, relacionando-os com o contexto atual do docente e do administrador educacional, visando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à sua formação e atuação no campo de trabalho.

Referências:

BIEMBENGUT M. **Modelagem matemática & implicações no ensino e na aprendizagem de matemática**. 2ª ed. Blumenau: Edfur, 2004.
CARVALHO D. L. **Metodologia do ensino da matemática**. RJ: Ao Livro Técnico, 1994.
MANUAL COMPACTO DE MATEMÁTICA. **5ª a 8ª séries**. São Paulo: Rideel. 1997.
MARANHÃO M.C. **Matemática**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério 2º grau. Série formação geral)
RUBINSTEIN C. Et all. **Matemática para o curso de formação de professores de 1ª a 4ª série do ensino fundamental**. São Paulo: FTD, 1998.
ROSA NETO E.; MENDONÇA E.R. & SMITH L.M. **Matemática para o magistério**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

Disciplina: Ensino Superior: Projetos e Reformas
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Ensino Superior na LDB, modalidades de ensino. Projetos de educação para a universidade brasileira. As concepções de ensino da ANDIFES, ANDES e Governo. Reforma educacional e qualidade da educação. O debate pela qualidade como referência social. Financiamento do ensino. EAD.

Objetivo Geral:

Desenvolver uma reflexão sobre os caminhos do ensino superior a partir dos projetos de reforma apresentados pelas entidades de classe e do governo, identificando as limitações e avanços

Referências:

- Chauí, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo. Unesp. 2001.
- Lombardi, J. C; Saviani. D; Sanfelice. J. **Capitalismo, Trabalho e educação**. Campinas. Autores associados. 2002.
- Meszaros, I. **A educação para além do capital**. São Paulo. Boitempo. 2005.
- MOREIRA, Daniel A. (org.) **Didática do Ensino Superior: Técnicas e Tendências**. São Paulo: Pioneira, 2003.
- Silva Jr., J. R. **Reforma do estado e da educação no Brasil**. São Paulo. Xamã. 2002.
- Silva Jr, J; Sguissardi, V. **Educação superior – análise e perspectiva de pesquisa**. São Paulo. Xamã. 2001.

Disciplina: Estado e Educação.
Carga Horária: 60h/a

Ementa:

Estado e teoria política. Estado-nação e nacionalidade. Estado, democracia, estrutura social e mecanismo de decisão. Políticas públicas e financiamento da educação. A ação do Estado brasileiro na trajetória histórica do ensino público e privado.

Objetivo Geral:

Conhecer os pressupostos teóricos e filosóficos que orientam a compreensão do Estado enquanto forma e função, bem como analisar seus mecanismos de decisão e sua relação com as políticas públicas (educacionais) com destaque ao caso brasileiro.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Fátima. "Os locais das escolas profissionais: Novos papéis para o Estado e a europeização das políticas educativas". In: Stoer, S. R. et al. (Orgs.), **A transnacionalização da educação: Da crise da educação à educação da Crise**, Porto: Afrontamento, 2001, p. 165-210. (No prelo).

BROADFOOT, Patricia. Un nouveau mode de régulation dans un système décentralisé: l'État évaluateur. **Revue Française de Pédagogie**, Paris, 2000, nº 130, p. 43-55.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. São Paulo: Papirus, 2000.

GOMES CANOTILHO, José J. "Paradigmas de Estado e paradigmas de administração pública". In: AAVV, **Moderna Gestão Pública: dos meios aos resultados**. Oeiras: INA, 2000, p. 21-34.

GÓMEZ, José María. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000.

sistemas de ensino: A autonomia como instrumento. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 2001, nº 59, p. 125-143.

PUHLE, Hans-Jürgen. "Cidadania e Estado-nação". In: Viegas, J.M. & Dias, E.C. (Orgs.) **Cidadania, integração, globalização**. Oeiras: Celta, 2000, p. 25-35.

ROBERTSON, Susan & DALE, Roger. Regulação e risco na governação da educação: Gestão dos problemas de legitimação e coesão social em educação nos Estados competitivos. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, 2001, nº 15, p. 117-147.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Os processos da globalização". In: Santos, B.S. (Org.), **Globalização: Fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001, p. 33-106. (No prelo).

2.2.3.11 Componentes Curriculares Integrantes

Tópicos Especiais:

1. Educação do Campo
2. Oficinas de Matemática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
3. Projetos e Práticas Educativas
4. Ensino Superior: projetos e reformas
5. Educação e Pensamento Social
6. Ludicidade e Educação
7. Códigos Lingüísticos: Libras
8. Leituras e Histórias Regionais
9. Avaliação Institucional
10. Oficinas de Produção de Texto

TÓPICO ESPECIAL: *Educação do Campo*

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Ementa:

Compreender historicamente as lutas sócio-culturais que avançaram na conquista da educação do campo; Analisar a identidade do homem do campo e conseqüentemente do público para o qual a educação do campo está voltada; Analisar a proposta político-pedagógica de educação do campo nos diversos espaços escolares e não-escolares, incluindo a articulação com os movimentos sociais; Vivenciar experiências educativas que possibilitem compreender a especificidade da educação do campo.

Objetivo do Tópico:

Oportunizar aos acadêmicos conhecimentos sobre a educação do campo através de visitas e realização de atividades práticas na realidade.

Sugestão Bibliográfica:

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-terra aprende e ensina:** estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) Cadernos de Educação n. 13, **Dossiê MST:** Escola, documentos e estudos 1990-2001, Edição Especial, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) **Por uma educação do campo**, Brasília, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Referências para uma política nacional da educação do campo:** Cadernos de Subsídios. Brasília: MEC/ SECAD, 2005.

CALDART, Roseli Salerte. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular. 2004.

TÓPICO ESPECIAL: *Oficinas de Matemática para EI e SIEF*

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Ementa: Produção e elaboração de materiais utilizáveis como instrumentos metodológicos no apoio e suporte do ensino de matemática para EI e SIEF. Manipulação e utilização dos materiais em sala de aula. Oficinas de jogos e brincadeiras. Materiais concretos e a utilização das situações e resoluções de problemas envolvendo conteúdos e concepções aritméticas, espaciais e geométricas. Lógica e conflito.

Objetivo do Tópico: Propor aos educandos, a construção de materiais e recursos de apoio e suporte no ensino de matemática para EI e SIEF, com vistas ao desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à sua formação e atuação no campo de trabalho.

Sugestão Bibliográfica:

DANTE L. R. **Didática da resolução de problemas de matemática**. 12^a ed. 3^a imp. São Paulo: Ática, 2000.

SANTOS M. P. (org.) **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

SMOLE K. C. **A matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

SMOLE K. C. **Resolução de problemas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. (Coleção matemática de 0 a 6 anos)

SMOLE K. C. **Brincadeiras infantis nas aulas de matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. (Coleção matemática de 0 a 6 anos)

SMOLE K. et al. **O BRINCAR e a matemática**. São Paulo: Editora ATTA Mídia e Educação, s.d. Fita de vídeo (aprox. 50 min.), VHS, son., col.

TÓPICO ESPECIAL: *Projetos e Práticas Educativas*

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Ementa:

Pedagogia de Projetos. Projetos Educativos na Escola: tipos e finalidade. Inteligências múltiplas na escola. O ensino por projetos temáticos. Uso de Laboratórios. Aprendizagem a partir dos centros de interesses e da motivação. Criatividade em sala de aulas.

Objetivo do tópico:

Esse tópico especial tem como principal objetivo favorecer ao futuro educador conhecer diversas formas educativas partindo de projetos que envolvam as múltiplas inteligências e facilite a aquisição de conceitos, atitudes e procedimentos para a vida prática.

Sugestão Bibliográfica

ANTUNES, Celso. **A criatividade na sala de aula**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 61p.
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos: Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências**. São Paulo: Érica, 2001.
PIMENTA, Selma Garrido (org.) **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Técnicas de Ensino: por que não?** 3ª ed.. Campinas, SP: Papirus, 1995.
ZÓBOLI, Graziella, **Práticas de Ensino: Subsídios para a atividade docente**. 11ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

TÓPICO ESPECIAL: Educação Superior: Projetos e Reformas

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Ementa:

Ensino Superior na LDB, modalidades de ensino. Projetos de educação para a universidade brasileira. As concepções de ensino da ANDIFES, ANDES e Governo. Reforma educacional e qualidade da educação. O debate pela qualidade como referência social. Financiamento do ensino. EAD.

Objetivo do tópico:

Desenvolver uma reflexão sobre os caminhos do ensino superior a partir dos projetos de reforma apresentados pelas entidades de classe e do governo, identificando as limitações e avanços

Sugestão Bibliográfica:

Chauí, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo. Unesp. 2001.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís. **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

Meszaros, I. **A educação para além do capital**. São Paulo. Boitempo. 2005.

MOREIRA, Daniel A. (org.) **Didática do Ensino Superior: Técnicas e Tendências**. São Paulo: Pioneira, 2003.

Silva Jr., J. R. **Reforma do estado e da educação no Brasil**. São Paulo. Xamã. 2002.

Silva Jr, J; Sguissardi, V. **Educação superior – análise e perspectiva de pesquisa**. São Paulo. Xamã. 2001.

TÓPICO ESPECIAL: *Educação e Pensamento Social*

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Ementa:

Análise e compreensão da obra e dos principais conceitos dos clássicos do pensamento social no Brasil. Apresentar ao discente as possibilidades abertas pelos principais interprete do Brasil no sentido de reflexão sobre a escola e a educação brasileira e seus dilemas e impasses.

Objetivos do Tópico:

Favorecer ao acadêmicos estudos e discussões que permitam a compreensão de conceitos clássicos do pensamento social brasileiro.

Sugestão Bibliográfica

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. São paulo: Globo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2003.

VIAVA, Oliveira. **Instituições Políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

FURTATO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.

TÓPICO ESPECIAL: *Ludicidade e Educação*

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Ementa:

Ludicidade e Educação na construção da Identidade e Autonomia da criança. Distinções entre jogo, brinquedo e brincadeira e a importância destes no desenvolvimento da aprendizagem infantil. A função simbólica, do brincar. A auto-estima e sua relação com o brincar. As diversas formas de brincar. Ludicidade, corpo e movimento. O lugar do lúdico na escola. Levantamentos sobre as brincadeiras da região.

Objetivos do tópico:

Favorecer o reconhecimento da importância do lúdico na formação da identidade, da autonomia e da auto-estima para a construção da personalidade da criança; Fazer um levantamento e apresentar os dados sobre as brincadeiras da região utilizadas nas escolas de educação infantil. .

Sugestão Bibliográfica

BRUHNS, Heliosa Turini & GUTIERREZ, Gustavo Luiz (orgs.). **O Corpo e o Lúdico. Ciclo de Debates Lazer e Motricidade**. FEF- Unicamp, Ed. Autores Associados. 2000.

COSTA, Auredite Cardoso. **Psicopedagogia e Psicomotricidade: pontos de intersecção nas dificuldades de aprendizagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (org.). **O Brincar e suas Teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (org.) **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEBOVICI, Serve; DIATKINE, R. **Significado e Função do brinquedo na criança**. 3º ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 63p.

LEVIN, Esteban, **A Infância em cena. Constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor**. São Paulo: Vozes, 2002.

MACEDO, L.; PETTY, ^a L. S.; PASSOS, N. C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. São Paulo: Artmed, 2005.

TÓPICO ESPECIAL: Códigos Lingüísticos - LIBRAS

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Ementa:

Estudos sobre os processos de comunicação: Língua e Linguagem. Estudos sobre a LIBRAS como a língua oficial dos não ouvintes. Discussão sobre os processos de exclusão dos não ouvintes. Visita aos espaços educativos para surdos e mudos. Palestra com especialista em LIBRAS. Realização de atividades práticas.

Objetivo do tópico:

Oferecer aos educandos oportunidade de conhecer o universo linguístico da comunidade não ouvinte, no sentido de poderem optar por aprofundar leituras e pesquisas sobre a questão da inclusão.

Sugestão Bibliográfica

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes Imaginários e Representações na Educação Especial:** a problemática ética da “diferença” e da exclusão social. Petrópolis RJ: Vozes, 2004.

RIBEIRO, M. Luisa e BAUMEL, Roseli C. R. C. (orgs.). **Educação Especial, do querer ao fazer.** São Paulo: Avercamp, 2003.

STAINBACK, Susan (et al). **Inclusão:** um guia para educadores, trad. Magda França Lopes - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os pingos nos “is”.** edit. mediação, 2004.

CARVALHO, Erenice Natália Soares de. (org.) **Programa de capacitação em recursos humanos do ensino fundamental: Deficiências múltiplas.** Brasília: BRASIL, MEC/SESP.2000,

SKLIAR, Carlos (Org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 3º ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKLIAR, Carlos (Org). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos: interfaces entre pedagogia e lingüística.** 2º ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

TÓPICO ESPECIAL: *Leituras e Histórias Regionais*

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Ementa:

Os relatos de Presidentes de Províncias; Os relatos dos Bandeirantes; Nimuendajú e os Apinayé; Júlio Paternostro, os “Párias da Civilização” e a crítica de Florestan Fernandes; Roberto DaMatta e a situação dos Apinayé no pós-guerra; leituras sobre a História “Oficial”; pesquisas recentes sobre a região.

Objetivo do tópico:

Discutir criticamente a produção bibliográfica sobre a região, procurando analisar como esta produção, ao representar a região, também contribui para a elaboração /reelaboração de representações e identidades sobre a própria região e suas populações.

Sugestão de Bibliografia:

DAMATTA, Roberto. **Um Mundo Dividido**: a estrutura social dos Apinayé. Petrópolis: Vozes, 1976.

PALACIN, Luis. **O Coronelismo no Norte Goiano**. São Paulo: Loyola, 1993.

PATERNOSTRO, Júlio. **Viajem ao Vale do Tocantins**. Coleção Brasileira, 1944.

Bibliografia Complementar:

CORREIA, Aldenora Alves. **Boa Vista do “Padre João”**. Tocantinópolis: [s.n], 1977.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**: Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1979. (Série Corpo e alma do Brasil; 3).

NIMUENDAJÚ, Curt. **Os Apinayé**. [s.l.], 1983.

TÓPICO ESPECIAL: *Avaliação Institucional*

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Ementa:

A centralidade da avaliação nas reformas educacionais do final do século XX. Conceitos e definições de avaliação institucional. A avaliação sistêmica na legislação e nas diretrizes da educação básica. A avaliação institucional no Brasil – histórico e desdobramentos. A avaliação institucional das escolas – teorias e experiências.

Objetivo do Tópico:

Refletir criticamente sobre os diferentes modelos e concepções de avaliação com destaque para a avaliação institucional. Conhecer teorias e experiências de avaliação institucional no âmbito do sistema educacional com ênfase nas instituições escolares e universidades.

Sugestão Bibliográfica:

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional**: base teórica e construção do projeto. 2ª ed. Revista e atualizada. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de. (org.); VIANNA, Heraldo Marelim. et al. **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

BONNIOL, J. J. e VIAL, M. **Modelos de avaliação: textos fundamentais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FRANCO, C (org). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FERRER, J. G. & ARREGUI, P. **Provas internacionais de aprendizado**. Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe – PREAL, Documentos, nº 26, nov. 2003.

VIANNA, H. M. **Avaliações em debate: SAEB, ENEM, PROVÃO**. Brasília, Plano Editora: 2003.

TÓPICO ESPECIAL: *Oficinas de Produção de Textos*

CARGA HORÁRIA: 30 horas

Ementa:

O processo de produção de texto. Modalidades de textos. Organização de idéias textos. Aperfeiçoamento da produção escrita e da habilidade de expressar-se por escrito.

Objetivo do Tópico:

Oportunizar o aperfeiçoamento das habilidades de comunicação escrita e o reconhecimento das potencialidades da linguagem escrita.

Sugestão de Bibliografia.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. São Paulo: Ática, 2000.

KLEIMAN, Ângela. **Texto & Leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 5. ed. Campinas: Pontes, 1997.

PLATÃO & FIORIN, **Para entender o texto**. São Paulo. Ática, 1999.

PERISSÉ, Gabriel. **Ler, Pensar e escrever**. 2ª Ed. São Paulo, Arte e Ciência, 1998.

MOLLICA, Maria Cecília. **Influência da fala na alfabetização**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

SMITH, Frank. **Leitura Significativa**. 3ªed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

2.3 – Projeto Político-Pedagógico do Curso - Avaliação

O campo da avaliação, ao crescer em complexidade e se inserir mais declaradamente no âmbito político e social, incorporou as contradições, que não são meramente epistemológicas, mas, sobretudo, resultam de distintas concepções de mundo. A avaliação se assume, então, como política de grande sentido ético. Tem grande interesse público e se desenvolve no interior das dinâmicas contraditórias da vida social (DIAS SOBRINHO, 2003, p.27)

A avaliação, também entendida como uma investigação sistemática do valor e do mérito do avaliado, compreende diferentes fenômenos da experiência educacional, isto é, da sala de aula, voltada para a relação professor – aluno – conhecimento; de um Programa educacional ou Curso, a exemplo do Curso de Pedagogia; da Instituição, isto é, da UFT como um todo – Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão e Infra – estrutura; e do Sistema, a exemplo do ENADE – Exame Nacional de Desempenho Estudantil, entre outros. Assim, a avaliação é compreendida, no Projeto Político Pedagógico, como necessária ao conhecimento de si e do projeto de educação superior em construção em nosso país. Nesse sentido passamos a explicitar as orientações gerais para a avaliação do processo de ensino aprendizagem e do Curso de Pedagogia, pois os outros formatos avaliativos são independentes, complementares e externos ao *campus*.

2.3.1 – Proposta de Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

Todas as atividades desenvolvidas pelos seres humanos são passíveis de serem avaliadas. A avaliação de uma obra de arte, de uma música, de uma atuação política, entre outra é uma ação natural que desenvolvemos, pois fazemos parte de uma sociedade e como tal é complexa, múltipla, plural às vezes mais ou menos excludente de certas práticas. Com o processo de ensino-aprendizagem não é diferente. Para seu bom desenvolvimento e obtenção de resultados satisfatórios, a avaliação necessita ser pensada como um elemento que ofereça possibilidades de reflexão sobre o processo do ensino e da aprendizagem. Nesse sentido, ser processual, diagnóstica e formativa são características importantes a serem consideradas, e, portanto, processada por diferentes instrumentos ao longo do Curso.

2.3.2 – Proposta de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do curso, em acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, especificamente no que se refere às diretrizes e instrumento de avaliação de cursos de graduação, terá como eixo principal de seu processo, o Projeto Político Pedagógico do Curso, consoante às orientações do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional e do PPI - Projeto Político Institucional, da Universidade Federal do Tocantins.

O Curso ao ser avaliado será observado os seguintes quesitos, conforme orientação das diretrizes:

- ✓ **Administração acadêmica:** coordenação e colegiado de curso.
- ✓ **Projeto Político-Pedagógico do Curso:** Os objetivos do curso; concepção curricular; ementário; estágio curricular e TCC; avaliação do ensino e da aprendizagem; atividades complementares e Enade.
- ✓ **Corpo docente, discente e técnico administrativo:** será verificada a: titulação, qualificação, regime de trabalho, produção científica e envolvimento com

atividades de pesquisa e extensão do corpo docente. Atenção aos discentes. Atuação dos técnicos no âmbito do Curso.

- ✓ **Instalações físicas:** Biblioteca, Laboratórios, Salas de Aula, Salas de professores e outros espaços destinados ao fortalecimento do ensino.

Entende-se que a avaliação do Curso se relaciona com uma política de Estado referente a Educação Superior, de caráter sistêmico, complementando-se com o conjunto das modalidades de avaliação instituídas pelo SINAES. Nesse sentido, as atividades e regulamentações para a realização da avaliação serão observadas nas diretrizes vigentes do sistema nacional e operacionalizadas no âmbito do Curso pela sua Coordenação, através do FE – Formulário Eletrônico, em um primeiro momento e pela recepção à comissão de avaliadores externos, num segundo momento.

2.3.3 – ENADE

Consiste de um exame que, ao avaliar o desempenho do estudante no início e ao final do curso, permite analisar os conhecimentos adquiridos ao longo do seu processo de formação. O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. O Enade é realizado por amostragem e a participação no exame constará no histórico escolar do estudante ou, quando for o caso, sua dispensa pelo MEC.

A participação dos alunos do Curso de Pedagogia no ENADE segue as orientações do Sistema Nacional, informado pela Coordenação do Curso. O aproveitamento de seus resultados ocorre no âmbito da comunidade acadêmica como um todo. Primeiramente no âmbito do Curso, que, mediado pela exposição dos resultados gerais pela Coordenação, o Colegiado procura interpretar os resultados sob a luz dos processos pedagógicos desenvolvidos. Em seguida pelos Conselhos Superiores, CONSUNI e CONSEPE, que, mediados pelas leituras da Pró-Reitoria de Graduação e dos Coordenadores dos Cursos, verificam a situação do ensino, da pesquisa e extensão na Instituição, associada ao processo de avaliação institucional desenvolvido.

2.4 Atividades Acadêmicas Articuladas à Formação

2.4.1 – Prática de Estágio Curricular:

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia provocaram acirradas discussões quanto à formação e campos de atuação do pedagogo e, nesse bojo, insere-se a questão do estágio supervisionado, uma vez que o pedagogo sai habilitado para atuar em diferentes níveis de ensino e setores educativos. Frente a essa diversidade de formativa, esse projeto pedagógico coloca a docência como eixo articulador das demais atividades do pedagogo, como as demais funções relacionadas à gestão educacional em espaços escolares e não-escolares, a pesquisa, o planejamento e a avaliação de sistemas.

Dessa forma, esse PPP optou por organizar em núcleos e dimensões os componentes curriculares obrigatórios e demais atividades consideradas fundamentais na formação do profissional da educação, de forma que todos esses componentes encaminhem o acadêmico

para a materialização dos conhecimentos teóricos em práticas educativas em espaços escolares e não-escolares.

Em atendimento ao predisposto na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96) e as novas DCN (2006), o Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório é de 300 horas distribuídas em atividades práticas de docência e gestão educacional, observação e acompanhamento, participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagem, do ensino, de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos.

Conforme as DCN (2006, p. 15),

O Estágio curricular que deverá ser realizado, ao longo do curso, em Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em disciplinas pedagógicas dos cursos de nível médio, na modalidade Normal e/ou de Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar, ou ainda em modalidades e atividades como educação de jovens e adultos, grupos de reforço ou de fortalecimento escolar, gestão dos processos educativos, como: planejamento, implementação e avaliação de atividades escolares e de projetos, reuniões de formação pedagógica com profissionais mais experientes será de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares, que amplie e fortaleça atitudes éticas, conhecimentos e competências, conforme o previsto no Projeto Político-Pedagógico do curso.

As Diretrizes Norteadoras para a reformulação dos Projetos Políticos-Pedagógicos dos cursos de Pedagogia da UFT estabelecem que as 300 horas de Estágio Supervisionado serão dedicadas prioritariamente às “atividades de docência em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articuladas à Gestão de Processos Educativo-Pedagógicos e à Pesquisa Educacional” (2006, p. 01).

Além disso, durante o curso o acadêmico, conforme recomendam as DCN (2006) deverá proceder ao estudo e interpretação da realidade educacional do seu campo de estágio, desenvolver atividades relativas à docência e à gestão educacional, em espaços escolares e não-escolares, produzindo uma avaliação destas experiências, como sua própria auto-avaliação.

Assim, o projeto de Estágio Curricular, compondo a dimensão das atividades teóricas e práticas de docência, prevê mecanismos que assegurem a relação entre o estágio e os demais componentes curriculares, em um constante processo de interação e comunicação, a fim de consolidar a profissionalização individual e coletiva do pedagogo para atuar como docente e gestor em diferentes espaços educativos.

Compreendemos, de acordo com as DCN (2006), que o Estágio Curricular pressupõe atividades pedagógicas que se efetivem em ambiente institucional de trabalho, reconhecido por um sistema de ensino, cuja relação interinstitucional, deve ser estabelecida entre um docente orientador, o aluno estagiário e um representante da instituição concedente, conforme prescrevem as normativas legais da UFT sobre o estágio.

O Estágio Curricular deve possibilitar ao estagiário uma reflexão constante sobre as práticas educativas encontradas nos espaços de vivência experimental no campo de estágio, assim como proporcionar condições para que se forme como autor de sua prática. Essas atitudes, competências e habilidades serão percebidas pelo professor, e pelo coordenador de estágio e comprovadas a partir da construção e apresentação do Relatório final de Estágio.

A organização didática do estágio, a distribuição da carga horária obrigatória, os espaços para realização das atividades, a forma de acompanhamento e as orientações para a apresentação do Relatório final encontram-se previstas no Manual de Estágio (anexo III).

2.4.2 – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência legal prevista na estrutura curricular do curso, podendo ser entendida como uma importante etapa da vida acadêmica, pois materializa a construção dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, e revela a capacidade de aprofundamento e sistematização de uma determinada questão temática que despertou o interesse e transformou-se em um problema que deve ser investigado em busca de respostas.

As DCN observam como imprescindível:

Que no decorrer de todo o curso, os estudantes e seus professores pesquisem, analisem e interpretem fundamentos históricos, políticos e sociais de processos educativos; aprofundem e organizem didaticamente os conteúdos a ensinar; compreendam, valorizem e levem em conta ao planejar situações de ensino, processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, em suas múltiplas dimensões: física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial; planejem estratégias visando à superação das dificuldades e problemas que envolvem a Educação Básica.

A superação dos problemas educacionais só será possível se ocorrerem mudanças nos paradigmas que envolvem as práticas educativas. Portanto, a pesquisa educacional é muito importante para que seja revelado aos que ainda estão em processo de formação os pontos frágeis que devem receber maior atenção da parte dos educadores em sentido amplo.

Assim, a construção do TCC é o momento em que o acadêmico formaliza sua percepção e faz críticas aos processos educativos que ocorrem formalmente em instituições escolares ou espontâneas em espaços não-escolares. É importante destacar que os problemas que se transformam em objetos de pesquisa dos trabalhos de conclusão de curso não necessariamente devem estar ligados exclusivamente ao contexto das práticas educativas, mas também a qualquer outro tema relevante de interesse do acadêmico.

A organização didática da disciplina TCC, bem como as instruções para as orientações do trabalho monográfico encontram-se no Manual de TCC (anexo IV) que regimenta, de forma legal, o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

2.4.3 – Interface: Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação

A pesquisa e a extensão estão voltadas para a busca de novos conhecimentos e técnicas destinadas ao cultivo da atitude científica, indispensável na formação do profissional da Educação. A participação de acadêmicos em atividades de pesquisa e extensão fomentará o desenvolvimento e a permanente atualização da excelência acadêmica e científica, a partir de diversos campos do conhecimento que congregam a UFT, bem como fortalecerá a prática da educação superior na região norte, especificamente no Estado do Tocantins.

Concordamos com as DCN (2006), que a simples inclusão de disciplinas que focalizem a pesquisa, como aquelas voltadas à Metodologia do Trabalho Científico, não configura atenção quanto ao envolvimento com a pesquisa. Portanto, “pesquisas poderão se

desenvolver no interior de componentes curriculares, de seminários e de outras práticas educativas” (p. 13).

Partindo desse entendimento é que a estrutura curricular do novo curso propõe um componente curricular denominado Seminário de Pesquisa com 180 para que ao acadêmico seja ofertada a oportunidade de um tempo maior em contato com os elementos da pesquisa. Também o Núcleo de Estudos Integradores traz componentes curriculares nas dimensões integrantes e complementares, cuja intenção é a promoção de momentos privilegiados em que o acadêmico se dedicará às atividades de pesquisa e extensão, dentre outras de aprofundamento e enriquecimento curricular.

Para que isso ocorra efetivamente, é necessário que o Curso tenha suas áreas de concentração bem definidas, corpo docente consolidado e qualificado com grupos e linhas de pesquisas claramente identificadas, biblioteca equipada, laboratórios e outros espaços, cenários e ambientes favoráveis ao processo de formação geral e específica do futuro educador-pesquisador.

2.4.3.1 – Programas e Projetos de Extensão no *Campus*

Ao longo de seus dezesseis anos, a extensão tornou-se uma prática no *campus*, tendo seu marco consolidado nos anos que pertenceu à Universidade do Tocantins - UNITINS, época em que muitos projetos e ações de extensão universitária foram registrados com bastante relevância. Hoje, as atividades mais importantes são os eventos científicos e culturais, como simpósios, seminários e outras atividades realizadas juntos aos grupos de pesquisas.

O projeto de extensão Laboratório de Apoio Pedagógico Especializado – LAPES constitui-se como um laboratório para atividades extensão, pesquisa e prestação de serviços à comunidade. O Laboratório de Audiovisual é voltado para a produção audio-visual.

Além desses projetos já cadastrados, está sendo implementado um projeto de criação de um Centro de Línguas Estrangeiras proposto pelo GT de Extensão do *Campus* em parceria com o CCAA. O curso de língua estrangeira – Inglês, iniciado no primeiro semestre de 2006, já conta com três turmas e para o primeiro semestre de 2007 está prevista a abertura de turmas para os idiomas de Espanhol e Francês.

PROJETOS DE EXTENSÃO CADASTRADOS			
Projetos de Extensão no <i>CAMPUS</i>	Professor (a) Coordenador (a)	Acadêmicos Envolvidos	
		Com bolsa	Sem bolsa
Laboratório de Audiovisual	Eliana Henriques Moreira		02
Laboratório de Apoio Pedagógico Especializado – LAPES	Francisca Rodrigues Lopes	01	03
Centro de Língua Estrangeira	Eliana Henriques Moreira	-	01
Brinquedoteca Mário de Andrade	Lucelma Braga	-	2

Outras atividades de extensão são desenvolvidas com bons resultados, como os eventos acadêmicos e científicos: Seminário de Educação, Gênero e Infância, organizado pelo NEDIG e Simpósio de Educação, Cultura e Meio Ambiente, que realizados anualmente têm cada vez mais um alcance maior. Além disso, a ACEMABICO (Associação de Cultura e Meio Ambiente do Bico) uma associação formada por professores e alunos do *campus* de

Tocantinópolis, está atuando junto ao Laboratório de Audiovisual na implementação do ponto de cultura: “NO BICO DA CULTURA”, em parceria com o Ministério da Cultura, através do Programa Cultura Viva.

2.4.3.2 – Projetos de Pesquisa no *Campus*

As atividades de pesquisa ganharam impulso a partir da implantação da UFT e da organização dos grupos e linhas de pesquisas cadastradas no CNPq, e também pelo desenvolvimento de projetos de pesquisas individuais e coletivos que geralmente estão ligados às pesquisas de doutoramento do corpo docente. Esses projetos, em consonância com as áreas de concentração e linhas prioritárias são relevantes, pois contam com a participação dos alunos que se envolvem em iniciação científica, participam de eventos acadêmicos, científicos e culturais com ou sem bolsas institucionais.

A partir do ano 2000 a presença de acadêmicos envolvidos com a iniciação científica tem sido constante, tanto com projetos financiados com bolsa de PIBIC (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica), como nos demais projetos existentes no *Campus*. Com relação ao PIBIC, destacamos que no período 2002/2003 foram adquiridas duas bolsas; 2003/2004, duas bolsas; 2004/2005 duas bolsas; 2005/2006 uma bolsa e para 2006/2007 três projetos acadêmicos foram selecionados. Enquanto isso, os grupos e linhas de pesquisas também foram consolidados no âmbito do CNPq e da UFT, conforme descrição abaixo:

GRUPO: Educação, Cultura e Sociedade.

Linhas de Pesquisa – UFT –	Projetos de Pesquisa no <i>CAMPUS</i>	Professores Pesquisadores	Alunos Envolvidos	
			Com bolsa	Sem bolsa
1 – Educação, Estado, Política e Sociedade.	1-Formação de professores e concepção de avaliação: Desafio da política educacional ao processo de melhoria e profissionalização docente	Cleomar Locatelli Francisco G. Filho Maria José Pinho Nilvânia Santos Silva Joyce R. Milhomem	01 (PIBIC)	05
2 – Mulheres, Trabalho e Cultura		Eliseu Riscarolli		02

GRUPO – Educação: Sujeitos, Linguagens e Formação.

Linhas de Pesquisa – UFT -	Projetos de Pesquisa no <i>CAMPUS</i>	Professores Pesquisadores	Alunos Envolvidos	
			Com bolsa	Sem bolsa
1 - Linguagens, Cultura e Formação.		Eliana H. Moreira Josete M. Lucena		
	Tradição e Modernidade em autores do pensamento Social Brasileiro	Claiton Marcio da Silva		
2 - Etnomatemática: Sujeitos e Formação		José Ricardo e Sousa Mafra		
3 - Sujeitos, Signos e Linguagens.	A linguagem nos processos de ensino e aprendizagem: limites e possibilidades	Claiton M. Silva, Francisca R. Lopes, Josete M. Lucena,	01 (PIBIC)	04
4 – Território, Memória e Identidade.	Memória e Documentação: as fontes de pesquisa e a reestruturação do CEDOC – Centro de Documentação e Memória Timbira	Regina Célia Padovan Vanderlei Mendes de Oliveira	01 (PIBIC)	01

GRUPO – Formação de Profissionais da Educação

Linhas de Pesquisa – UFT	Projetos de Pesquisa no CAMPUS	Professores Pesquisadores	Alunos Envolvidos	
			Com bolsa	Sem bolsa
1-Formação de Professores da Educação Básica do Tocantins		Regina Célia Padovan Alice Akemi Yamasaki	-	-

2.4.3.3 – A Pós-Graduação no *Campus*

A Pós-graduação figura entre as preocupações dos membros do colegiado do curso, no que se refere à implantação de programas de pós-graduação para atender as demandas da região, pois o *Campus* de Tocantinópolis tem formado, em nível de graduação, um grande número de profissionais na área da Educação, calcada na formação humana e no compromisso com o sistema educacional de qualidade. Assim, em seus quinze anos de existência, tem contribuído com as políticas sociais e programas de melhoria na qualidade de ensino e de vida da comunidade local e regional.

Entre os segmentos de atuação profissional ocupados pelos ex-alunos encontram-se professores atuando da educação básica ao ensino superior, além de diretores de escolas, coordenadores pedagógicos, técnicos das diretorias regionais de ensino e tutores de cursos de graduação em diferentes tipos de cursos e modalidades; como também em cargos nos poderes legislativo e executivo da região. Nesse sentido, contribuir com a formação continuada destes profissionais é um dos objetivos da criação do curso de pós-graduação do *campus* de Tocantinópolis, nas modalidades *lato e stricto sensu*, como também minimizar as desigualdades de formação profissional local atendendo as necessidades regionais de recursos humanos qualificados em áreas prioritárias para o desenvolvimento social e econômico.

O programa de Pós-Graduação, concretamente, iniciou, em nível *lato sensu*, no ano de 2004, com a criação do curso em especialização em Educação Matemática, em 2005 com o curso de Gestão Educacional e em 2006 com o curso de Docência do Ensino Superior, sendo:

- Educação Matemática (2004/2-2006/1)

Coord. Prof. Dr. José Ricardo e Sousa Mafra (jrmafra@uft.edu.br)

- Gestão Educacional (2005/1-2006-2).

Coord. Profa. Msc. Francisca Rodrigues Lopes (france@uft.edu.br)

- Docência do Ensino Superior (2006/1-2007/2).

Coord. Profa. Dra. Maria José de Pinho (mjpgon@uft.edu.br)

Além desses, o Colegiado previu, pelo tempo de validade deste PQD (2006-2012), a oferta de cinco cursos, considerando as demandas locais e regionais.

No que se refere a oferta de programas de pós-graduação em nível *stricto sensu*, reconhecemos que o colegiado ainda não dispõe de um corpo docente com qualificação suficiente, bem como a escassez de outros indicadores de produção que impedem a proposição de algum curso mais recentemente. Porém, o Plano de Qualificação Docente permitiu verificarmos uma crescente potencialidade nesse sentido, uma vez que um grande número de professores encontram-se em processo de qualificação, conforme o quadro abaixo:

PESQUISAS – TESES DE DOUTORAMENTO			
Professor (a)	Projeto de Pesquisa	Área/Linhas de concentração do doutorado	Tempo de integralização do curso
Aroldo Magno de Oliveira	Falar da Região Norte do Estado do Tocantins: Um estudo descritivo de fonética articulatória.	Descrição Lingüística (UFF)	2003-2007
Alice Akemi Yamasaki	Violência nas escolas: das pesquisas à proposta freireana	Cultura, organização e Educação (USP)	2003-2007
Eliseu Riscarolli	Trabalho e Formação na fronteira: O estudo da escola de AJOPAM	Fundamentos (UFSCar)	2002-2007
Vanderlei M. de Oliveira	Território, identidade e turismo.	Geografia Humana USP	2003-2007
Nilvânia dos Santos Silva	Contribuição da Ciranda Infantil do MST para a formação moral das crianças	Núcleo de Estudos e Práticas de Educação Tecnológicas (UFRN)	2004-2007
Josete Marinho de Lucena	Uma Palmeira em muito termos: terminologia da cultura agroestrativista, industrial e comercial do coco babaçu.	Análise e Descrição Lingüística (UFC)	2005-2008
Claiton Marcio da Silva	A Extensão dos Domínios da Civilização	História das Ciências (FIOCRUZ)	2005-2008
Cleomar Locatelli	Novos Modelos Gerenciais e a cultura Política: Um estudo dos Sistemas Municipais de Educação no Tocantins – Região do Bico do Papagaio	Educação, Estado, Política e Sociedade. (UFMA)	2006-2009

Observando o quadro acima exposto, verificamos que o potencial de pesquisa e pós-graduação está em consonância com o Plano de Qualificação Docente, com o *campus* que visa ofertar mais cinco cursos em nível *lato sensu* e um programa de mestrado interdisciplinar a ser aberto até 2009.

Outro avanço que o colegiado obteve para consolidar sua missão institucional e inserção efetiva no campo da pesquisa e pós-graduação, bem como a interface entre ensino e pesquisa, foi a definição das áreas de concentração e das linhas prioritárias para o novo Curso de Pedagogia que estamos implantando, considerando o perfil do pedagogo, o campo de atuação e função social na região do Bico do Papagaio.

Área 1: Sociedade e Relação de Poder – Está área trata das questões relacionadas as organizações sociais e às relações de poder delas decorrentes. Interessa-se pelas discussões que envolvem as questões de gênero, movimentos sociais, manifestações da cultura e suas representações no imaginário social, e busca compreender os processos que ocorrem nas relações interétnicas. Os estudos focalizados por esta área se concentram em duas linhas de pesquisa:

- 1 – Gênero e Movimentos Sociais
- 2 – Cultura e Relações Interétnicas

Área 2: Fundamentos e Práticas em Educação – Esta área coloca em pauta discussões acerca dos fundamentos da Educação, o estudo da pessoa humana e seu desenvolvimento como sujeito relacional, comunicativo e inserido. Ocupa-se do estudo das linguagens, seus códigos e tecnologias, abarcando os processos de ensino e aprendizagem. Todas essas questões podem conduzir pesquisas através das seguintes linhas:

- 1 – Fundamentos da Infância.

2 – Estudos de Linguagens.

3 – Avaliação.

Área 3: Política e Educação – Por ser uma área que oportuniza amplas discussões que envolvem variados temas, possibilita a realização de pesquisas que tratem das diversas modalidades da educação, da formação de professores e demais profissionais da educação, da gestão educacional e das políticas públicas para a educação. Essa área abrange as seguintes linhas de pesquisa:

1 – Formação de Professores

2 – Gestão Educacional

3 – Políticas Públicas

4 – Modalidades em Educação

Essas áreas e linhas formatadas pelo colegiado de curso, além de caracterizarem a identidade do curso, deverão orientar também a proposição dos projetos de pesquisas e a construção dos TCCs de graduação e monografias de especialização, bem como a necessidade de qualificação do corpo docente. Em relação à Pós-graduação *stricto sensu* o colegiado, ao construir o seu PQD (Plano de Qualificação Docente), e observando o quadro docente do curso, sugeriu a implantação de um curso de Mestrado Interdisciplinar a partir de 2009.

2.4.4 – Interface: Programas de Fortalecimento do Ensino

Ao falar de ensino é necessário lembrar que, influenciado pela experiência de seu próprio processo escolar e pelas representações sociais das práticas escolares, quem inicia um processo de formação já traz consigo a idéia preconcebida do que seja um bom ou mau professor, um bom ou mau ambiente de aprendizagem. Romper com essas representações, colocar o professor em contato com a realidade em que irá atuar e com as questões concretas da profissão desde o início do curso, discutir as questões relativas à função social da escola e a importância de seu trabalho, considerar a heterogeneidade dos alunos e a complexidade da prática pedagógica são dimensões essenciais a serem garantidas na formação inicial.

Por isso, é preciso empenhar-se em propor aos conteúdos um tratamento metodológico coerente, em função das competências (Perrenoud, 2000) a serem desenvolvidas, uma vez que as relações pedagógicas vivenciadas no processo de aprendizagem dos futuros professores funcionarão como bons modelos para o exercício da profissão, que não devem ser copiados, mas servir de referência, de possibilidades, para confrontar representações prévias e alterar a forma de ver a atuação e a função do professor.

Portanto, para formar o professor como sujeito ativo em seu processo de construção de conhecimento implica considerar suas representações, conhecimentos e pontos de vista; criar situações-problema que os confrontem com obstáculos e exija sua superação; criar situações didáticas nas quais possam refletir, experimentar e ousar agir a partir dos conhecimentos que possuem; incentivá-los a registrar suas reflexões; ajudá-los a assumir a responsabilidade pela própria formação.

Compreendemos que o processo de ensino e aprendizagem pensado nessa direção, estaria diretamente vinculado a uma concepção de formação que quer formar o profissional reflexivo, que toma sua atuação como objeto de reflexão voltada para o “saber fazer” e para o “que fazer” permitindo o planejamento de intervenções educacionais pertinentes que possibilitem ao pedagogo a interpretar e analisar o contexto da realidade educativa;

selecionar, planejar, organizar, integrar, avaliar, articular experiências, criar e recriar formas de intervenção pedagógica.

A atitude investigativa deve ser uma constante no processo de formação do pedagogo, permitindo um mergulho no mundo complexo da prática pedagógica, amparado em sólidos referenciais teóricos e disciplina intelectual, no qual ele se envolve afetiva e cognitivamente, questionando as próprias crenças, propondo e experimentando alternativas.

O compromisso com uma formação acadêmica mais rigorosa, no sentido de um currículo diversificado que proporcione diferentes contextos de aprendizagens, bem como na perspectiva de atender as demandas da região, fez com que o colegiado também estabelecesse que as próximas vagas para concurso serão, por ordem de prioridade, as seguintes:

- 1- Educação Especial
- 2- Prática de Ensino – Estágio
- 3- Artes – Educação Artística
- 4- Currículo
- 5- Matemática e Estatística
- 6- Sociologia

O desenvolvimento de competências profissionais, dentro de uma perspectiva de reconstrução do conhecimento em bases teóricas sólidas e intensa relação com o contexto social como alvo principal e central da formação inicial do pedagogo, implica propor uma organização curricular que busque reorientar os conteúdos de modo a permitir a tematização das práticas em todas as áreas, assim como proporcionar ao acadêmico interação com outros espaços de educação para o fortalecimento do ensino.

Em outras palavras, tais atividades pressupõem situações didáticas e orientações de aprendizagens que possibilitem promover uma relação com o conhecimento através da participação em programas e projetos que favoreçam a construção de competência profissional e do desenvolvimento da autonomia intelectual.

2.4.4.1 – Monitoria no Campus

O Curso de Pedagogia, por oferecer uma formação que permite atuar em diversas áreas ou setores na educação, deve favorecer aos acadêmicos formação interdisciplinar¹⁸ e transdisciplinar¹⁹, estabelecendo relação entre as abordagens teóricas, os conteúdos e os procedimentos de ensino de cada disciplina, utilizando-se de conhecimentos e análises de situações pedagógicas não apenas nos estágios, mas nos diversos momentos de execução da proposta curricular.

O contato com a prática real de sala de aula e de outros espaços de educação formal e não formal, não dependerá apenas da observação direta, virá também por meio de tecnologias de informação (computadores e vídeos), de narrativas orais e escritas de agentes da comunidade e de professores atuantes iniciantes e/ou mais experientes, de produções de

¹⁸ **Interdisciplinaridade** é a integração das diferentes áreas do conhecimento, através de cooperação, pactos, troca, diálogo aberto e planejamento entre os professores em suas disciplinas e áreas de atuação.

¹⁹ **A transdisciplinaridade** é o grau máximo de relações entre as disciplinas, daí que se supõe uma integração global dentro de um sistema totalizador. Este Sistema favorece uma unidade interpretativa, com o objetivo de construir uma ciência que explique a realidade sem parcelamento. Atualmente, constitui mais um desejo do que uma realidade. (Zabala, 1998 p. 144)

alunos, de situações simuladas, de estudos de caso, de entrevistas, de depoimentos, de vídeos amadores (que podem captar a realidade contextualizada), dentre outras.

O conjunto de conhecimentos, atitudes e valores de que se apropriam e reconstróem os futuros profissionais da educação, constitui o alicerce básico com que eles iniciem sua carreira e também a estrutura sobre a qual construirão e reconstruirão seus conhecimentos no decorrer do exercício da profissão. Para garantir tal realização é preciso estabelecer um processo de ensino e aprendizagem que crie condições políticas e metodológicas a serem vivenciadas durante todo o curso.

Nestes termos, é necessário criar uma cultura de trabalho em colaboração, promovendo atividades constantes de interação, de comunicação e de cooperação entre os educandos e destes com os educadores, seja em situação de pesquisa, de elaboração de trabalhos escritos, de análise de práticas, de debates sobre questões sociais e outros tantos intercâmbios estruturados.

Diante disso, sentimos a necessidade de definir um plano sistematizado da participação desses alunos como forma de reconhecimento do trabalho desenvolvido, o qual atende às exigências do *Programa Institucional de Monitoria - PIM* proposto pela PROGRAD, que trouxe importantes elementos que apóiam e fortalecem a inserção dos alunos em atividades de monitoria de forma institucionalizada.

O Plano Anual de Monitoria do *Campus* de Tocantinópolis contempla atividades de ensino, condensando as disciplinas regulares propostas pelos professores e as atividades relacionadas aos Laboratórios. Na parte do Ensino, as disciplinas indicadas solicitam vagas para monitoria relacionadas às aulas, considerando que é uma atividade de grande relevância, pois permite ao acadêmico adquirir conhecimentos práticos para a sua formação, bem como, segundo o PIM, “ (...) despertar o interesse pela atividade de docência.”

Além da monitoria diretamente ligada ao ensino, o curso também apresenta aos acadêmicos outros espaços de inserção que os colocam em contato com o ensino e investigação como a *brinquedoteca*, com atividades de pesquisa e extensão nos *laboratórios*²⁰, com atividades de estudos nos *grupos de estudos*, nos *seminários* orientados e no *estágio*, momentos importantes que fortalecem a aprendizagem e colaboram para a formação da autonomia intelectual e melhoria na qualidade da formação.

2.4.5 – Atividades Integrantes e Complementares

De acordo com as DCN (2006), o Projeto Político-Pedagógico do Curso deve possibilitar ao acadêmico a oportunidade de participar livremente de outras atividades que não sejam disciplinares ao longo do curso até o cômputo de um mínimo de 100 horas. Essas atividades realizadas pelo aluno são chamadas de Complementares e Integrantes, pois complementam e integram o currículo acadêmico.

Essas atividades têm como objetivo estimular o aluno à participação em estudos independentes em espaço educativo escolar e não escolar, garantindo o envolvimento do acadêmico em atividades relacionadas ao seu campo de atuação e em práticas sociais que permitam uma relação com os conteúdos curriculares do curso.

Poderão ser consideradas atividades complementares e integrantes: Monitorias na Universidade e em outras instituições educacionais; participação em Programas de Iniciação Científica; realização de estudos complementares de caráter enriquecedor e complementar ao

²⁰

A Brinquedoteca os Laboratórios serão comentados no item 4.2

curso de pedagogia; cursos realizados e ministrados em áreas afins; e participação em eventos culturais e científicos com apresentação de trabalhos.

De acordo com a estrutura curricular proposta para este curso, o aluno será orientado a apresentar, no final de cada semestre, a documentação necessária para comprovação das atividades realizadas. Conforme Resolução Nº 01/2006 do Conselho Diretor, a contagem da carga horária para comprovação das atividades complementares deverá ser convertida em pontos. Cada ponto equivale a um crédito e o aluno deverá pontuar nas três áreas de formação acadêmica.

- ✓ Ensino
- ✓ Pesquisa
- ✓ Extensão

2.4.5.1 – Interface Atividades Complementares e Integrantes

As atividades complementares, previstas para o curso, encontram-se alocadas no Núcleo de Estudos Integradores o qual foi pensado com vistas ao aprofundamento e/ou diversificação da formação profissional e atividades que incentivem a autonomia do futuro profissional.

Nesse sentido, a interface entre as atividades disciplinares e outros componentes curriculares será garantida pelas atividades complementares em que o aluno buscará e validará durante o curso, aproveitando os diversos eventos e espaços de formação extra sala de aula, relativos ao campo de formação do pedagogo, e pelas atividades integrantes, que possibilitarão ao estudante optar, considerando seus interesses e as demandas do campo de atuação, por uma diversidade de atividades organizadas em Tópicos Especiais ofertados através de oficinas, seminários, aulas livres, excursões etc.

As Atividades Complementares compreendidas como atividades de enriquecimento curricular, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2006, p. 13), envolvem: “seminários, simpósios, congressos, conferências, debates, colóquios, cursos e outras atividades nas áreas da cultura, da ciência, das artes e outras, validadas pela coordenação do curso”. Será considerada a participação do aluno em projetos de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por um membro do corpo docente da instituição, decorrentes ou articuladas às disciplinas, seminários e estudos curriculares, desde que regulamentadas ou validadas pelo Colegiado de Curso.

Para este caso os alunos deverão ser orientados a apresentar semestralmente uma carga horária mínima de atividades, através de documentação devidamente comprovada, de modo a cumprir até o final do curso o total de carga horária prevista para as atividades complementares. Para serem validadas as atividades deverão ser realizadas dentro do semestre, embora o acadêmico possa optar pela acumulação da carga horária de um semestre para outro, até o final do curso.

As atividades Integrantes foram previstas, considerando a ampla formação do Pedagogo, através de uma gama de possibilidades que o acadêmico terá para diversificar sua formação. Assim, a organização curricular previu tópicos especiais de temáticas variadas que devem atender aos interesses dos estudantes, as diferentes demandas sociais e articular a formação a aspectos inovadores do mundo contemporâneo e às necessidades regionais.

Todas essas atividades têm como objetivo possibilitar ao aluno a construção de um percurso acadêmico próprio, adequar o currículo do curso à realidade regional do *Campus*, atender às perspectivas profissionais não contempladas nos núcleos básico e específico, além

de estabelecer uma relação mais dinâmica do curso com a realidade social, na perspectiva de um currículo aberto e flexível às novas exigências teórico-práticas e profissionais suscitadas por novas exigências históricas.

Conforme as DCN (2006, p. 13), o Projeto Político-Pedagógico de cada instituição deverá circunscrever áreas ou modalidades de ensino que proporcionem aprofundamento de estudos, sempre a partir da formação comum da docência na Educação Básica e com objetivos próprios do curso de Pedagogia.

As Diretrizes afirmam que essas áreas de aprofundamento devem levar em conta as necessidades e interesses locais e regionais, segundo sua diversidade. Dessa forma selecionamos algumas temáticas pertinentes à formação dos profissionais para esta região, como:

- Educação do Campo
- Oficinas de Matemática para a Educação Infantil e Anos Iniciais do ensino fundamental
- Projetos e Práticas Educativas
- Ensino Superior: projetos e reformas
- Educação e Pensamento Social
- Ludicidade e Educação
- Códigos Lingüísticos: Libras
- Leituras e Histórias Regionais
- Avaliação Institucional
- Oficinas de Produção de Texto

Esses temas são considerados tópicos especiais quanto à modalidade de realização, ou seja, não serão ministrados de maneira disciplinares, no entanto, proporcionarão aprofundamento teórico e/ou prático da temática em questão. De acordo com as DCNs (2006), O aprofundamento em uma dessas áreas ou modalidade de ensino específico será comprovado, para os devidos fins, pelo histórico escolar do egresso, não configurando de forma alguma uma habilitação.

2.4.5.2 – Interface Atividades Científicas, Acadêmicas e Culturais

As atividades científicas e culturais permitem que o acadêmico no contexto de sua formação visualize possibilidades de construção de conhecimentos por diversas óticas que não sejam apenas a do ensino. Este pressuposto coloca-o apto para trabalhar com problemas de natureza teórico-conceitual, com situações-problema da prática contextualizando a realidade e apreendendo-a a partir das representações aí existentes, para também questionar suas próprias teorias e práticas.

Nesse sentido, o Curso, através de seu colegiado e dos grupos de pesquisas deve oferecer diversas atividades acadêmicas, científicas e culturais que possibilitam ampliar as dimensões do trabalho do pedagogo e consolidar o tripé da universidade, onde o ensino, a pesquisa e a extensão possam ser experienciadas. Por esse entendimento, o *Campus* já tem alguns eventos consolidados que se realizam anualmente, como momentos muito ricos de aprendizado e troca de experiências.

- a) **Seminário de Educação, Gênero e Infância** – este evento teve início no ano de 2004, a partir da linha de pesquisa: Mulheres, Trabalho e Cultura que faz parte do Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero - **NEDIG** e que também coordena o evento. Realizado anualmente no primeiro semestre letivo, em comemoração ao dia Internacional da mulher, o evento já está em sua quarta edição que, a cada ano vem ampliando o número de participantes e de diversidade de trabalhos apresentados dentro das temáticas do seminário. Também temos priorizado um debate qualificado com pesquisadores de nível nacional para as conferencias realizadas no evento.
- b) **Simpósio de Educação e Cultura** – este evento compreende uma trajetória cultural do campus que teve início em 1995 e eram denominadas de “Semana Pedagógica”. A partir de 1998 o evento, sempre realizado no segundo semestre, passou a ser denominado de: “Semana de Educação e Cultura” e assim permaneceu até 2003, quando passou a se realizar como: “Simpósio de Educação e Cultura”.

Assim como a Universidade e o *Campus*, que em seus quinze anos sofreu mudanças estruturais de altas e baixas, o evento também fora afetado em sua desenvoltura, nesses anos todos. Porém, é um evento cultural que marca a história do *campus*, ora realizando-se como um evento de grande porte, com palestrantes renomados e um número de participantes elevado, ora realizando-se de forma simples, apenas com o público local e regional.

- c) **Semana Acadêmica do Curso** - A realização da Semana Acadêmica traduz-se na necessidade de discussão acerca da inserção do curso na região norte do Estado do Tocantins, bem como suas particularidades específicas e o perfil dos egressos do curso como um elemento norteador e importante para o processo de desenvolvimento educacional na região, haja vista que existe um reflexo importante desses egressos no processo de crescimento educacional para a região.

A realização desse evento, já previsto pelo Colegiado para o primeiro semestre de cada ano, a se iniciar em 2007, aponta para que importantes discussões relativas ao curso, como as concepções e finalidades do Estágio Supervisionado, considerado a “espinha dorsal” do curso, sejam colocadas em pauta. Importante também estabelecer um consenso inicial sobre a concepção do curso e perfil do pedagogo, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais e das demandas regionais.

- d) **Exposição de Monografias em Debate** – Este evento teve início em 2005 e caracteriza-se por um momento de exposição de trabalho monográfico: Tese ou Dissertação. Seu diferencial é ser um evento realizado mensalmente para um público muito seletivo que se dispõe a ouvir a apresentação de uma Monografia e depois debater sobre a temática com o expositor.

Além desses eventos promovidos pelo curso/*campus* há também atividades realizadas pelos próprios acadêmicos e seus representantes, como o SETOC – Seminário dos Estudantes de Tocantinópolis, que tem se tornado um evento amplo e com repercussão elevada. Além disso, os alunos são constantemente incentivados a participarem de eventos em outros campi e/ou outras universidades.

3 – CORPO DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO:

3.1 – Corpo docente: perfil docente

Diversos elementos têm contribuído para que o corpo docente do Curso de Pedagogia, nesse *Campus*, tenha demorado a se consolidar, desde quando pertencia à Universidade do Tocantins – UNITINS. Dentre esses elementos podemos destacar a localização geográfica e as condições precárias da região, que dificultam no sentido de atendimento às necessidades básicas relacionadas à saúde, à alimentação e ao lazer. O difícil acesso, a falta de espaço de lazer e da cultura e, principalmente a falta de oportunidade de qualificação contribuem fortemente para que os professores não permaneçam por muito tempo nesse *campus*.

A Instalação da UFT e a realização de concursos públicos favoreceram para que um quadro docente comece a se consolidar, apontando assim perspectivas de que em poucos anos o *Campus* conterà com um grupo de professores efetivos e com formação adequada, conforme podemos ver no quadro abaixo:

3.1.1 – Corpo Docente: Formação, Titulação, Condição de Trabalho

a) – Formação Acadêmica e Profissional do Corpo Docente

N	Docente	Graduação IES/Ano	Especialização IES / Ano	Mestrado Instituição	Área/ Ano de conclusão	Doutorado IES/Ano
01	Alice Akemi Yamasaki	Pedagogia – USP	-	Educação – USP	Administração Educacional/ 1999	Educação – USP
02	Aroldo Magno de Oliveira	Letras – UFF	-	Letras – UFF	Linguística Aplicada/ 1997	Letras – UFF
03	Claiton Marcio da Silva	História – 2000 UNOESC	-	História – UFSC	História do Brasil 2002	História – FIOCRUZ
04	Cleomar Locatelli	Pedagogia – 1997 – UFPA	Metodologia do Ensino Superior	Educação – UFPI	2004/Política Educacional	Políticas Públicas - UFMA
05	Eliana Henriques Moreira	Filosofia – FUNREI – 1998	-	Filosofia/UF PB	2002/Metafísica	-
06	Eliseu Risacarolli	Pedagogia – UFMT – 1995	-	Educação – UFMT	1999/Fundamentos da Educação	Educação /UFSCar
07	Filomena Franco da Silva	Pedagogia – UNITINS	Psicopedagogia	-	-	-
08	Francisca Rodrigues Lopes	Pedagogia Unitins – 1995	Psicopedagogia	Comunicação Semiótica PUC/SP	2003/ Signo e Significação nas Mídias	-
09	Francisco Gonçalves Filho	História – PUC/SP – 1995	-	Educação / UNICAMP	Avaliação / 2003	-
10	Janaina Alexandra Capistrano Costa	Ciências Sociais / FCLA 2002	-	Sociologia UNESP	Estado e Desenvolvimento / 2005	História FHDSS
11	José Ricardo e Sousa Mafra	Matemática – UEPA – 1999	Ensino de Ciências	Educação /UFRN	Educação Matemática/03	Educação UFRN
12	Josete Marinho de Lucena	Letras – UEPB- 1985	Linguística e Literatura	Letras / UFPB	Sociolinguística / 2003	Linguística / UFC
13	Joyce Romão Mihomem	Pedagogia – UNITINS	Metodologia do Ensino Superior	-	-	-
14	Lázaro Gomes	Matemática – UNITINS	Educação Matemática	-	-	-
15	Lidiane Alves da Cunha	Ciências Sociais/UFRN	-	Sociologia UFPE	Ciências Humanas/05	-
16	Lucelma Braga	Pedagogia	-	História /UNICAMP	História e Filosofia da Educação/05	-
17	Maria José de Pinho	Pedagogia – 1989	História Econômica	Educação / UFPE	Planejamento Educacional/ 1995	Educação / PUC/SP

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 38/2018)

18	Maria da Glória Costa Moura	Pedagogia – UNITINS	Psicopedagogia	-	-	-
19	Maria do Socorro Araújo	Normal Superior UNITINS	Gestão Educacional	-	-	-
20	Márcia Oliveira Ferreira	Pedagogia - UNITINS	Orientação Educacional	-	-	-
21	Marly Monteiro Fonseca	Pedagogia - UNITINS	Gestão Educacional	-	-	-
22	Nilvânia dos Santos Silva	Psicologia – UFPB – 1999	-	Psicologia Social / UFPB	Educação Rural / 2002	Educação / UFRN
23	Pricila Júnica Gonçalves de Barros	Serviço Social UFPA	-	Serviço Social / UFPA	-	-
24	Regina Célia Padovan	História – PUC/SP – 1994	-	História PUC/SP	História do Brasil / 1997	-
25	Reginaldo Araújo	História UFMT/ 1998	Antropologia	Ciências Sociais USFCar	Antropologia/ 2004	Ciências Sociais USFCar
26	Renato Martini	Ciências Sociais UNESP	-	Sociologia UNESP	Cultura e Ideologia/2002	Sociologia UNESP
27	Saulo Eglain Sá Meneses	Geografia UFMA	Docência do Ensino Superior	-	-	-
28	Vaneza Alves da Silva e Sousa	Pedagogia – UNITINS	Orientação Educacional	-	-	-
29	Vanderlei Mendes de Oliveira	Geografia – UFU – 1996	Filosofia	Geografia / UFU	Geografia Regional	Geografia / USP

b) Condição, Regime de Trabalho e Área de atuação no Curso

N	Docente	Condição	Regime de Trabalho	Tempo de Magistério Superior	Código de vaga ocupado no concurso	Áreas de Atuação no Curso
01	Alice Akemi Yamasaki	Efetivo	DE	06 anos	Organização do Trabalho Pedagógico	Administração Escolar, Estágio
02	Aroldo Magno de Oliveira	Efetivo	DE	06 anos	Língua Portuguesa	Fundamentos e Metodologia da Linguagem
03	Claiton Marcio da Silva	Efetivo	DE	04 anos	Metodologia da Pesquisa Educacional	Fundamentos e Metodologia do ensino de História
04	Cleomar Locatelli	Efetivo	DE	06 anos	Gestão Educacional	Planejamento Educacional Políticas Públicas
05	Eliana Henriques Moreira	Efetivo	DE	04 anos	Filosofia da Educação	Ética, Currículo e Artes
06	Eliseu Risacarolli	Efetivo	DE	08 anos	Filosofia da Educação,	Fundamentos da Educação
07	Filomena	Substituto	20 h	01 ano		Psicologia do Desenvolvimento
08	Francisca Rodrigues Lopes	Efetivo	DE	08 anos	Fundamentos e Metodologia do Trabalho em Ed. Infantil	Investigação da Prática Educacional Estágio
09	Francisco Gonçalves Filho	Efetivo	DE	05 anos	História da Educação	Avaliação, EJA, TCC

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 38/2018)

10	Janaina Alexandra Capistrando	Efetivo	DE	01 ano	Metodologia da Pesquisa	Metodologia da Pesquisa
11	José Ricardo e Sousa Mafra	Efetivo	DE	05 anos	Metodologia do Ensino da Matemática	Matemática Básica, Estatística Aplicada, Tecnologia
12	Josete Marinho de Lucena	Efetivo	DE	03 anos	Língua Portuguesa	Literatura, Leitura e Produção de Texto
13	Joyce Romão Mihomem	Substituto	20 h	01 ano	Investigação da Prática Educacional	Investigação da Prática Educacional
14	Lázaro Gomes	Substituto	20 h	01 ano	Matemática	Metodologia do Ensino de Matemática
15	Lidiane Alves da Cunha	Efetivo	DE	01	Sociologia	Sociologia
16	Lucelma Braga	Efetivo	DE	02 anos	Didática e Fundamentos da Educação	Investigação da Prática Educacional
17	Maria José de Pinho	Efetivo	DE	16 anos	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	Políticas Públicas Estágio
18	Maria da Glória	Substituto	20 h	02 anos	Administração Educacional	Relações Humanas, Administração do Ensino
19	Maria do Socorro Araújo	Substituto	20 h	03 meses	Metodologia da Linguagem	Leitura e Produção de Texto
20	Márcia Oliveira Ferré	Substituto	20 h	02 anos	Administração do Ensino Médio	Planejamento da Gestão Escolar Estágio
21	Marly Monteiro Fonseca	Substituto	20 h	01 ano	Alfabetização	Alfabetização, Processos e Métodos.
22	Nilvânia dos Santos Silva	Efetivo	DE	04 anos	História da Educação	Psicologia Educação Infantil Educação Especial
23	Pricila Júnia	Substituto	20 h	03 meses	Pesquisa Educacional	Pesquisa Educacional
24	Regina Célia Padovan	Efetivo	DE	06 anos	Metodologia do Ensino de História	TCC Investigação da Prática Educacional
25	Reginaldo Araújo	Efetivo	DE	04 anos	Antropologia	Antropologia
26	Renato Martini	Efetivo	DE	03	Sociologia	Sociologia
27	Saulo Eglain Sá Meneses	Substituto	20 h	03 meses	Geografia	Metodologia do Ensino de Geografia
29	Vaneça Alves da Silva	Substituto	20 h	02 anos	Estágio	Estágio Supervisionado
29	Vanderlei Mendes de Oliveira	Efetivo	DE	06 anos	Metodologia do Ensino de Geografia	Metodologia do Ensino de Geografia

3.2 – Corpo Docente: atuação nas atividades acadêmicas

Além das atividades regulares de ensino, os professores efetivos dedicam-se a várias outras atividades voltadas ao fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão no *Campus*. Todos os professores têm projetos de pesquisas e se envolvem em atividades de extensão, como no caso dos eventos científicos e culturais que ocorrem periodicamente.

O atendimento acadêmico, orientações de TCC's, realização de oficinas e seminários, aulas práticas fora da universidade, o uso da biblioteca e dos laboratórios, são atividades constantemente realizadas pelos professores juntamente com os alunos. Essas outras oportunidades em um contexto interdisciplinar com as atividades de ensino em sala de aulas fazem com que os acadêmicos tenham a oportunidade de aprofundamento e diversificação do conhecimento.

Os professores também, como membros natos do Colegiado do curso, têm demonstrado interesse pelas atividades colegiadas, considerando aquele espaço (colegiado) como espaço político de decisões e construção da universidade. Assim, todos os professores efetivos participam das decisões colegiadas, e se envolvem em comissões, GT's e representações para o bom andamento do trabalho coletivo.

3.3 – Corpo Docente: atenção aos discentes

O atendimento aos discentes está ligado à Secretaria Acadêmica e à Coordenação do Curso. A Coordenação de Curso faz uma intermediação entre docentes, discentes e setor administrativo. Responde, também, aos alunos, tira dúvidas, encaminha, informa, busca respostas, enfim, está diretamente ligada aos alunos e aos processos de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a Coordenação do Curso procura atender as necessidades dos alunos em relação às aulas, à existência de professores substitutos para que não haja perda de tempo acadêmico. Preocupa-se em acompanhar os processos acadêmicos juntos à Pró-Reitoria de Graduação e divulga editais para discentes, afim de que um maior número de alunos estejam sempre envolvidos na Universidade. O atendimento muitas vezes também é de escuta das dúvidas, das indecisões e dos problemas enfrentados pelos acadêmicos.

A Secretaria Acadêmica – SAC é a instância diretamente ligada à Pró-Reitoria de Graduação que, em conformidade com as normas acadêmicas, possui como atividades primordiais o processamento dos dados sobre o ensino e o acompanhamento da vida acadêmica dos discentes desde a entrada na Instituição até o momento da Conclusão do Curso. É um órgão suplementar da UFT, de caráter executivo, que reúne a documentação pertinente ao desempenho das atividades acadêmicas e é responsável pelo manuseio, classificação, preservação e manutenção do acervo discente.

Tem como objetivo cumprir e fazer cumprir o Regimento Acadêmico da Instituição e orientação a toda comunidade acadêmica, onde a grande maioria reside na Cidade de Tocantinópolis e o restante oriunda dos Municípios de Aguiarnópolis, Palmeiras, Nazaré, Luzinópolis, Santa Terezinha no Estado do Tocantins e Porto Franco e Estreito no Estado do Maranhão. A Secretaria reserva uma atenção maior aos acadêmicos de outros municípios, devido às dificuldades de locomoção e comunicação para com os municípios vizinhos ao *Campus* da UFT.

A Secretaria Acadêmica tem por finalidade centralizar a administração da vida acadêmica, efetuando o controle e o registro de todos os atos acadêmicos pertinentes aos cursos de graduação. Essa Secretaria integra a estrutura do *Campus* e é constituída pelas seguintes categorias funcionais: Chefe da Secretaria Acadêmica e Assistentes Administrativos.

Entre outras, o Chefe da Secretaria possui as atribuições de: responder pelo expediente e pelos serviços gerais da Secretaria Acadêmica; orientar e supervisionar as atividades acadêmicas; orientar e supervisionar os Assistentes Administrativos nos assuntos

relacionados com a Secretaria Acadêmica; supervisionar o serviço de registro de fluxo da documentação acadêmica; divulgar e acompanhar o Calendário Acadêmico; conhecer e aplicar as normas de legislação educacional; orientar e acompanhar a aplicação da legislação e das normas acadêmicas em vigor; acompanhar o cadastro das Atividades Complementares realizadas pelos acadêmicos; responsabilizar-se pelos termos de Colação de Grau e secretariar as Colações de Grau; controlar a tramitação de processos de transferências, aproveitamento de disciplinas, correção e verificação de notas, diplomas, exercícios domiciliares, segunda chamada de prova etc.

Os assistentes da Secretaria Acadêmica são responsáveis por: atender e orientar acadêmicos quanto a assuntos acadêmicos como matrículas, exames, calendário acadêmico; emitir históricos escolares, programas de disciplinas, certidões, declarações, guias de transferências, atestados e outros; orientar os alunos quanto aos procedimentos da pré-matrícula via *web* e da renovação de matrícula; atualizar os dados pessoais e acadêmicos dos alunos no SIE; registrar observações nos históricos escolares referentes à classificação no concurso vestibular, data de realização do ENADE; cadastrar as Atividades Complementares realizadas pelos acadêmicos durante o curso etc.

3.4 – Corpo Técnico-administrativo: atuação no âmbito do curso

Para dar suporte ao curso, após a efetiva criação da UFT e a necessidade de implantação dos três segmentos que compõem a Universidade, a partir de 2004 foram realizados concursos públicos, compondo assim um quadro de 18 servidores concursados. Estes servidores atuam no apoio administrativo e acadêmico, na Secretaria Acadêmica e na Biblioteca e participam das atividades da Universidade como um todo.

Corpo Técnico-Administrativo: Formação, Condição e Regime de Trabalho

Nº	Nome	Lotação	Regime de Trabalho	Formação
01	André do Nascimento Lima	Secretaria Acadêmica	40h	Graduado em Matemática e Cursando Direito
02	Carlos Abreu Farias Leal	Telefonia e Almoxarifado	40h	Ensino médio
03	Edson de Sousa Oliveira	Biblioteca/ Bibliotecário	40h	Graduado em Biblioteconomia Pós-Graduando em Docência no Ensino Superior
04	Elismar Oliveira e Silva	Secretaria Acadêmica	40h	Graduado em Engenharia Naval
05	Graciela Garcia Rodrigues	Secretaria Acadêmica	40h	Graduada em Administração
06	Irakiles Pinheiro de Sousa	Assunto Educacionais	40h	Graduada em Pedagogia
07	João Alberto Matias Marinho	Administração	40h	Curso de Letras e Geografia Incompletos
08	José Almir Pereira Alencar	Biblioteca	40h	Cursando Pedagogia
09	Jorberth Silva de Carvalho	Biblioteca	40h	Cursando Direito
10	José Rodrigues Vieira	Secretaria	40h	Graduado em Geografia

		Acadêmica		
11	Márcio Kley Soares Brandão	LABIN	40h	Curso de Pedagogia Incompleto
12	Marcélio Martins Campos	Secretaria Acadêmica	40h	Graduado em Administração
13	Revilmar Barbosa de Andrade	Biblioteca	40h	Cursando Administração
14	Valdemy Leite de Castro	Biblioteca	40h	Graduado em Ciências Contábeis e Cursando Geografia
15	Sandra Lima Gonçalves	Administração	40h	Graduada em Administração
16	Wenerdiana Ferreira de Sousa	Secretaria Acadêmica	40h	Cursando Pedagogia
17	Wyllyan Siva Amorim	Biblioteca	40h	Cursando Direito e História

4. INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS

O *Campus* Universitário de Tocantinópolis está instalado no antigo prédio onde funcionava o Centro de Formação de Professores Primários. Esse prédio foi construído em 1961, cuja arquitetura procurou-se preservar como patrimônio histórico. Essas instalações e grande parte dos equipamentos ainda vieram da antiga UNITINS que em 2003 passou definitivamente seu patrimônio para a UFT. Nesse sentido, podemos dizer que há uma precariedade em relação aos equipamentos, pois são, na grande maioria, velhos e já em estado de deteriorização.

4.1 – Estrutura Física do *Campus*

Área Total do *Campus*

- a) Área total utilizada: 8.403,77m²
- b) Área construída: 2.490,20m²
- c) Área livre de lazer e circulação: 5.943,57m²

O *Campus* de Tocantinópolis está estruturado em Blocos e Alas ,como a seguir:

Bloco I – Administração: este Bloco, com uma Ala, contém:

- 04 Sala de Administração (financeiro, recursos humanos, almoxarifado, recepção)
- 01 Sala de Direção do *Campus*
- 01 Sala de Coordenação do Curso
- 01 Sala de Recepção
- 02 Sala de Secretaria Acadêmica
- 01 Sala de Secretaria de Informática
- 01 Sala de Coordenação de Pós-Graduação
- 01 Sala de Áudio Visual e Comunicação
- 01 Sala de aula da Pós-Graduação
- 02 Banheiros

Bloco II – Ensino: o Bloco de Ensino é chamado Ala C, e contém::

- 05 Salas de aulas
- 01 Cozinha
- 01 Auditório
- 01 Laboratório de Informática
- 01 Biblioteca
- 01 Sala do Centro Acadêmico (C. A)
- 01 Laboratório de Apoio Pedagógico (LAPES)
- 01 Depósito de materiais permanentes
- 02 Banheiros masculino
- 02 Banheiros feminino
- 01 Sala de Tele e Videoconferência.

Bloco III – Ensino, Pesquisa e Extensão. Este Bloco está dividido em duas alas, como a seguir:

Ala A: Pesquisa e Extensão

- 01 Laboratório: Brinquedoteca (02 salas)
- 01 Laboratório: Centro de Documentação – CEDOC (02 salas)
- 01 Sala do NEDIG (Pesquisa)
- 04 Salas de Projeto de Pesquisa
- 01 Sala de Reuniões
- 02 Banheiros

Ala B: Docentes (Ensino)

- 10 Sala de Professores para estudos e orientações acadêmicas
- 01 Sala de reuniões
- 02 Banheiros

4.2 – INSTALAÇÕES ESPECIAIS E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS

A criação e manutenção de Laboratórios, como pode-se verificar na história do *Campus*, fundamenta-se na relação da pesquisa com o ensino e a extensão. As interfaces de Laboratórios com o Ensino poderão se estabelecer de várias formas, conforme apontadas nos Planos de Ação dos Laboratórios, tais como: monitorias, oficinas, mini-cursos, pesquisas, entre outras.

De acordo com as necessidades apontadas pelo curso, em 2005, cinco Laboratórios foram implantados, além de outras instalações imprescindíveis ao processo de ensino no *Campus*, como espaço de fortalecimento às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esses Laboratórios surgiram vinculados aos grupos e projetos de pesquisas, tendo um docente como coordenador da proposta, com exceção do LABIM – Laboratório de Informática.

Os Laboratórios, como espaços de estreita ligação com as atividades de extensão, estão abertos à comunidade; além disso, são ambientes de pesquisa, uma vez que as atividades realizadas neles permitem a observação, a aplicação, a experimentação e a produção de resultados.

No que se refere à formação podemos destacar o LAPES – Laboratório de Apoio Pedagógico Especializado, que subsidia a formação geral e específica do acadêmico, enquanto usuário dos recursos materiais e aparelhos ali existentes na preparação de trabalhos e atividades de estágio. O CEDOC – Centro de Documentação e Memória Timbira oferece a oportunidade de aperfeiçoamento nas habilidades de pesquisa. O Laboratório de Áudio-Visual, a Brinquedoteca e o Labin estão abertos tanto ao público acadêmico quanto à comunidade estudantil.

4.2.1 – LABORATÓRIOS EXISTENTES:

1 – LABIN – Laboratório de Informática

Descrição:

O Laboratório de Informática – LABIN constitui-se em um espaço climatizado em que a comunidade acadêmica e geral poderá ter acesso a informática e a rede mundial (internet) com máquinas equipadas com Sistema e Aplicativos Linux.



Finalidade: Disponibilizar, através de recursos tecnológicos, a elaboração de trabalhos, pesquisas acadêmicas e aulas práticas de Didática, com material de apoio ao desenvolvimento das atividades discentes.

Área Física: O LABIN está instalado em uma sala de aula, no Prédio III – Ala de Ensino e ocupa um espaço de aproximadamente, 8m².

Área de Conhecimento: Educação, Comunicação e Tecnologia.

Turno de Funcionamento:	Matutino	Vespertino	Noturno
	X	X	X
Equipamentos Existentes:			
O Laboratório de Informática - LABIN está equipado com vinte e um computadores e respectivas mesas.			

2 – LAPES - LABORATÓRIO DE APOIO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO.

Descrição: O Laboratório de Apoio Pedagógico Especializado – LAPES constitui-se num espaço em que os alunos poderão participar e promover atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como ensaiar o uso de instrumentos e materiais de apoio no desenvolvimento das atividades docentes. Neste espaço o monitor atuará como um intermediário entre as propostas dos professores das diferentes disciplinas em suas atividades práticas. O principal objetivo do Laboratório é oportunizar aos alunos a aquisição de competências técnicas e práticas através do manuseio dos recursos didáticos, pedagógicos e tecnológicos existentes nas escolas, como preparação para a inserção do futuro profissional em sala de aula. É também um espaço experimental para o desenvolvimento de técnicas para o reforço escolar, onde acadêmicos, estagiários e professores aplicam e refletem sobre experiências didático-metodológicas.



Finalidade: Apoiar, através de recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos e manuais, professores e alunos estagiários nas aulas práticas de Didática, Metodologias, Investigação e Projetos da Prática de Ensino, Planejamento Educacional e demais disciplinas, na formação do futuro professor. Oferecer espaço de reflexão e de ação através de projetos de aceleração e recuperação de alunos do ensino fundamental que não atingiram a aprendizagem exigida para seus níveis de ensino.

Área Física: O LAPES ocupa um espaço de, aproximadamente, 8m², instalado em uma sala de aulas, no Prédio III, Ala de Ensino.

Área de Conhecimento: Educação

Turno de Funcionamento:

Matutino	Vespertino	Noturno
X	X	X

Equipamentos Existentes:

O Laboratório atualmente dispõe de aparelhos tecnológicos e maquinarias, tais como: TV, vídeo, retroprojetores, impressora, aparelho de telefone e fax, mimeógrafo, máquina de escrever, episcópio, etc; Dispõe também de recursos materiais para aulas de metodologia de portuguesa, história, geografia, ciências naturais, matemática, e literatura infanto-juvenil: Alfabetos ilustrados para cartaz de pregas, álbuns, revistas, livros de histórias infantis, letras, figuras, mapas, globos, anfíbios e aracnídeos armazenados em potes com álcool, como cobras e aranhas, bichos empalhados, revistas com experiências de laboratórios, cartazes, jogos, formas geométricas, ábaco tabuada, etc.

3 – CEDOC - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA TIMBIRA.

Descrição:

O Centro de Documentação constitui um espaço destinado à organização e preservação de documentos e registros oriundos de projetos e estudos que problematizam a importância da história e memória de sujeitos e grupos sociais da região. O pequeno acervo do CEDOC representa o resultado dos projetos de pesquisa propostos no período de 2002 a 2007, tais como: registros sobre a formação inicial e continuada de professores no Tocantins; exposição e registros da diversidade de materiais e objetos artesanais das comunidades indígenas Timbira existentes na região, e por fim, a construção de novas fontes e estudos sobre a história da cidade de Tocantinópolis.



Finalidade:

O Centro de Documentação é um espaço em que a pesquisa concretiza-se no acesso direto às produções de materiais. A organização do acervo destina-se a realização de consultas e pesquisas por parte da comunidade acadêmica e local.

Área Física:

O Centro ocupa duas (02) salas do *Campus* de Tocantinópolis, localizadas na Ala A do Prédio II. Uma sala se destina ao arquivo da documentação e serve como espaço de trabalho da Monitoria para processamento e catalogação dos registros. A outra sala dispõe de computador e armários com a documentação organizada e disponível para os usuários e pesquisadores.

Área de Conhecimento: Educação

Turno de Funcionamento:

Matutino

Vespertino

Noturno

X

X

X

Equipamentos Existentes:

O CEDOC atualmente dispõe de dois computadores e demais mobiliários, armários, estantes, mesas, cadeiras, etc, todos adquiridos com o recurso financeiro proveniente do CNPq - Edital PNOGP/2001.

4 – LABORATÓRIO BRINQUEDOTECA

Descrição:

Laboratório destinado a atividades com caráter lúdico e artístico, incorporando a diversidade interdisciplinar de acordo com a área de formação de seus participantes. Os espaços oferecidos pelo Laboratório constituem-se como locus privilegiado para a realização de pesquisas e atividades do grupo de pesquisadores e dos acadêmicos. A Brinquedoteca Mário de Andrade é um espaço rico em possibilidades para professores e acadêmicos desenvolverem pesquisas de observação da relação da criança com o brinquedo.



Finalidade: Realizar estudos e pesquisas que visem ampliar as possibilidades de utilização de recursos das linguagens da arte na atuação do(a) educador(a), trazendo contribuições para a educação na Região Norte.

A Brinquedoteca Mário de Andrade tem como objetivos: investigar o papel do brinquedo no desenvolvimento das crianças e como instrumento pedagógico; preparar os professores para trabalharem com as fantasias e o imaginário infantis, estimulando a ludicidade que contribui para o desenvolvimento emocional e social da criança, entre outros.

Área Física: A **BRINQUEDOTECA** ocupa 03 salas na Ala A do Prédio .

Área de Conhecimento: Educação

Turno de Funcionamento:

Matutino

Vespertino

Noturno

X

X

X

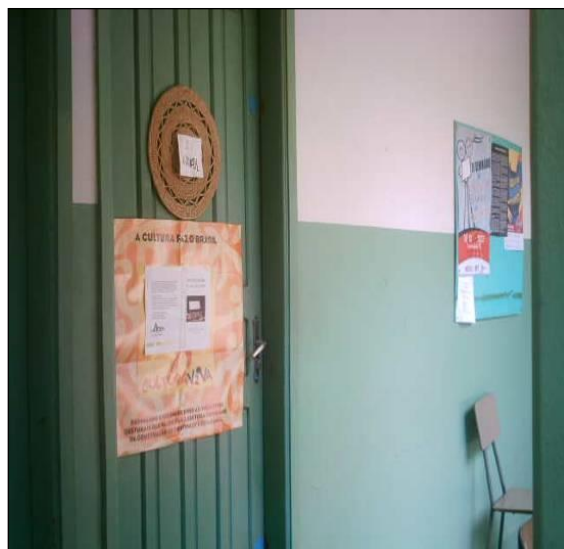
Equipamentos Existentes:

O Laboratório Brinquedoteca Mário de Andrade possui mesas, cadeiras e demais mobiliários destinados ao trabalho com crianças, como livros, brinquedos, papéis, tintas e materiais de sucata.

5 – LABORATÓRIO ÁUDIO-VISUAL

Descrição:

Laboratório destinado a atividades audio visuais tais como produção de vídeos, gravações, exibições fílmicas, incorporando a diversidade interdisciplinar de acordo com a área de formação de seus participantes. Os espaços oferecidos pelo Laboratório constituem-se como locus privilegiado para a realização de pesquisas e atividades do grupo de pesquisadores e dos acadêmicos. O Laboratório é um espaço privilegiado para o fomento de atividades culturais e para o aprendizado na área de tecnologias voltadas para o âmbito educacional.



Finalidade: Realizar estudos e pesquisas que visem ampliar as possibilidades de utilização de recursos da linguagem audio visual na atuação do(a) educador(a), trazendo contribuições para a educação na região norte.

O Laboratório de audiovisual tem como objetivos principais o desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais.

Área Física: O laboratório de ÁUDIO-VISUAL ocupa uma sala na Ala principal do *campus*

Área de Conhecimento: Educação

Turno de Funcionamento:

Matutino	Vespertino	Noturno
X	X	X

Equipamentos Existentes:

O Laboratório possui 03 filmadoras digitais, três computadores, conexão a internet, acervo de filmes e documentários, material de pesquisa sobre cinema e educação.

Esse conjunto de projetos e atividades demonstra o trabalho desenvolvido pelo corpo docente e discente do *Campus*, canalizando-se como potenciais construtores de novos projetos, assim como fortalecendo cada vez mais a presença da pesquisa e da extensão, estreitando o compromisso da universidade com a comunidade e região.

4.3 – Biblioteca: Adequação do acervo à proposta do curso

A Biblioteca do Campus Universitário de Tocantinópolis / UFT, foi criada pelo Decreto N.252/90 de 21/02/90, instituída em 12/12/96 em decorrência das Leis 872/96 e 874/96, atualmente mantida pelo Governo Federal, contando com 9.930 exemplares e dirigida pelo Bibliotecário Edson de Sousa Oliveira - CRB2: 1069, graduado pela Universidade Federal do Pará.

A Biblioteca é um órgão suplementar, previsto no regimento geral da UFT, que tem por finalidade atender às necessidades informacionais desta Universidade no desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de seus usuários. Para dinamizar suas atividades, a biblioteca, vem desenvolvendo o processo de informatização para que em breve possa substituir os processos manuais de indexação, de recuperação e de divulgação de conhecimento pela informação automatizada. Seu acervo é composto de livros, periódicos, folhetos, teses, dissertações, monografias, TCC's e relatórios.

A Biblioteca do *Campus* de Tocantinópolis denomina-se "Biblioteca Dona Francisca de Souza", desde o Centro de Formação de Professores, Unitins e agora Universidade Federal do Tocantins. Possui área total construída de 167 m², divididos em área para leitura, acondicionamento do acervo e serviços técnicos. Caracteriza-se como instituição pública federal; O acesso a coleção é livre para todos os usuários, já o empréstimo é restrito a usuários vinculados à Instituição. O acervo é de natureza geral e especializada.



O perfil dos usuários da biblioteca é constituído de docentes do *campus*, discentes de Graduação e de Pós-Graduação, técnicos administrativos, prestadores de serviços à UFT – *Campus* de Tocantinópolis e professores e alunos de Escolas de 1º e 2º Grau da cidade, em função de não haver biblioteca pública municipal.

Atualmente a Biblioteca divide - se em 04 (quatro) seções: seção Circulante, Seção de Referência, Seção de Periódicos e Seção de Documentação e Processamento Técnico. Oferece os seguintes produtos: sumários de periódicos em educação e áreas afins; relatório semestral; regulamento da biblioteca; catálogo de Teses/Dissertações/Monografias/TCC's/Relatórios; alerta usuário; guia de biblioteca. Disponibiliza serviços como: consulta local, levantamento bibliográfico, empréstimo domiciliar, empréstimo inter-bibliotecas, treinamento de usuários, divulgação das publicações recém – adquiridas, painel com informações sobre a biblioteca e assuntos afins;

Política de atualização e informatização do acervo:

A principal forma de atualização das coleções é voltada para a composição dos projetos político-pedagógicos dos Cursos de Pedagogia e Ciências Sociais, através de listas encaminhadas à Biblioteca para cotação e posterior aquisição pela PROGRAD/UFT. É importante ressaltar que as obras que compõem as listas fazem parte das bibliografias básicas e complementares de cada curso, conforme critérios do Ministério da Educação e Cultura – MEC. As listas de livros são indicações dos docentes, discentes e da Biblioteca.

Com relação à informatização, desde o início do presente ano foi adquirido, junto ao MEC, o Sistema Integrado de Ensino pela Universidade Federal do Tocantins, o SIE – Módulo Biblioteca que está em fase de implantação, nesta primeira etapa esta ocorrendo a composição dos bancos de dados através dos programas CATBIB/FGV e PESQBIB/FGV, treinamento dos bibliotecários para gerenciamento do programa e suas rotinas, aquisição de equipamentos de informática para montagem das estações de processamento técnico, atendimento e consulta/pesquisa, e elaboração de Normas de Funcionamento padronizadas para as Bibliotecas da UFT, que comporão o Sistema de Bibliotecas Universitárias da UFT.

Tipo de material adquirido por essa permuta: teses, livros, livros didáticos, folhetos, almanaques, catálogos, periódicos, etc.

A Biblioteca funciona de segunda a sexta-feira, das oito horas da manhã às vinte e duas horas e aos sábados até ao meio dia.

Usuários inscritos na biblioteca: professores, funcionários, alunos do Curso de Pedagogia, e dos cursos de Pós-Graduação, encontram livros e periódicos nas áreas de: Educação, Psicologia, Sociologia, Filosofia, Política etc.

Condições físicas: A localização é razoável por estar próxima das salas de aula e, portanto, manter maior contato com o alunado. O acesso ao acervo é feito indiretamente, através do (a) bibliotecário, ou dos atendentes, ou livre acesso dos discentes do *Campus*.

A Biblioteca disponibiliza aos seus usuários 237 títulos de periódicos impressos em papel, catalogados pelos sistemas: Classificação Decimal de Dewey e a catalogação: Código de Catalogação Anglo - Americano. Para melhor desenvolver suas atividades a Biblioteca carece de: armário/escaninho para guardar bolsas e pertences de usuários; balcão de atendimento adequado; cursos de capacitação na área para funcionários da Biblioteca.

4.4 – Instalações e Equipamentos Complementares

Além das instalações descritas anteriormente, como alas, laboratórios e salas destinadas a diferentes atividades, o *Campus* dispõe de outras instalações e equipamentos importantes para o desenvolvimento da função social da universidade, como por exemplo:

a) Ponto de Cultura no Bico da Cultura

Projeto aprovado pelo Ministério da Cultura, através do programa Cultura Viva, para a implantação de um ponto de cultura no *campus*. Através deste teremos exposições de artes e cultura, assim como exibições de filmes na Universidade.



b) Sala de Teleconferência e Videoconferência

Esse espaço é equipado com aparelhos receptores e transmissores de imagem e som para a realização de videoconferência e teleconferência. Essa atividade é considerada de extrema importância, devido a distância entre os *campi* e a Reitoria. No entanto, nem sempre os sinais de frequência permitem que a comunicação se processe com qualidade.

c) Sala do Centro Acadêmico

Localizada na Ala de Ensino, a Sala do Centro Acadêmico (CA) é um espaço de referência entre os acadêmicos, permanecendo sempre aberta para a organização estudantil. É uma sala ocupada com mesa, cadeiras, computador, armários e materiais de esportes.

4.5 – Área de lazer e circulação

O *Campus* possui uma área significativa dedicada à circulação e ao lazer. São pátios, quadra de esportes, áreas livres e jardins, assim distribuídos:

- a) Área total utilizada: 8.403,77m²
- b) Área construída: 2.490,20m²
- c) Área livre de lazer e circulação: 5.943,57m².

4.6 – Recursos audiovisuais

Os recursos audiovisuais do *Campus* estão distribuídos nos departamentos, laboratórios, salas e outros espaços de utilização. Ao todo são:

- 04 Retro-projetores
- 05 TV's
- 03 Aparelhos de vídeos cassetes
- 01 aparelho de DVD
- 01 Data show

4.7 – Acessibilidade para portador de necessidades especiais

O *Campus*, já há algum tempo, vem se preocupando em facilitar o acesso dos portadores de necessidade especiais, mas, apesar de calçadas rebaixadas, a entrada não é devidamente pavimentada. Não existem banheiros adequados, e só existem rampas de acesso às ALA's C (Administração) e D (Ensino), respectivamente. Vale ressaltar que a melhoria da acessibilidade de portadores de necessidades especiais é uma preocupação primária para este ano.

4.8 – Sala de Coordenação de *Campus* e de Curso

Localizadas na Ala de Administração as salas de Direção do *Campus* e Coordenação do Curso de Pedagogia não adequadas e equipadas com armários, mesas, cadeiras, computadores, ar condicionados. Além dessas, está sendo criada a sala para coordenação do novo curso, o de Ciências Sociais, que deverá ter o mesmo padrão das demais. O projeto de reforma para este ano prevê a melhoria destas salas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, W. Theodor. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 108.
- AGOSTINHO, S. **Confissões**. Infância e Puerícia. Trad. J. Oliveira Santos e A.
- ALARCAO, Isabel (org). **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- ALVES, Nilda. **Formação de Professores e Pensar e Fazer**. 4º Ed. São Paulo: Cortez 1998.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, **Filosofia da Educação**. 2ª ed. São Paulo: moderna 1996.
- ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**. Rumo à sociedade aprendente. 2.ª ed. Vozes, São Paulo, 1998.
- BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.
- BICUDO, Maria Aparecida e SILVA JÚNIOR, Celestino Alves. **Formação do educador**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. Vol. 1.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O que é Educação?** 33ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- BRASIL, MEC/SEF, **Referenciais Curriculares Nacionais para Formação de Professores**. Governo do Brasil, Brasília, 1999.
- BRASIL, Secretaria de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia**. Brasília: MEC/SES, 1999.
- BRASIL, Secretaria de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia**. Brasília: MEC/SES, 2006.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996**. Mec/SEF, Brasília, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Mec/SEF, Brasília, 1998.
- BUENO, Belmira Oliveira. CATANI, Denice Barbara. SOUSA, Cynthia Pereira de. (orgs.). **A Vida e o Ofício dos Professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração**. 4ª. ed. São Paulo: Escrituras, 2003.
- BYINGTON, Carlos Andrade B. **A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- CANDAU, Vera M. (org). **Reinventar a escola**. Ed. Vozes. Petrópolis RJ 2000
- CHAUÍ, Marilena. **Ideologia e Educação**. In Educação e Sociedade. Revista N.º 5, 1980, p. 40.
- COMENIUS, João Amos, **Didática Magna**, trad. Ivone Castilho Benedetti, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CORAGGIO, Luis Domingues. **Desenvolvimento Humano e Educação**. Cortez, 1999.
- CORREIA, Aldenora Alves. **Boa Vista do “Padre João”**. Goiânia: Casa Editora APLIC, 1977.

- COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia:** Introdução à Ciências das Sociedades. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 1987.
- COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos Investigativos I.** Novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos Investigativos II.** Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CUNHA, Maria Isabel da. **O Bom Professor e sua Prática.** 2ª ed. Campinas, SP: 1992.
- DELORS, Jacques et al. **Educação:** um tesouro a descobrir. 6ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília, MEC/UNESCO, 2001.
- DUTRA, Cláudio E. G. **O papel social e político da escola.** Disponível no site: www.psicopedagogia.com.br/psicopedagogiaonline. Acesso em 28/02/2005.
- ENGUITA, Mariano. *O magistério numa sociedade em mudança.* In VEIGA, Ilma Passos (org.). **Caminhos da profissionalização do Magistério.** Campinas: Papirus, 1998.
- FARIA, A. L. G. de; PALHARES, M. S. (orgs.). **Educação Infantil Pós-LDB:** Rumos e Desafios. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados – FE/UNICAMP; São Carlos, SO: Editora da UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2000.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade:** um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 1993.
- FERREIRA, Suely O. **O professor e a prática dialógica:** um foco na constituição do sentido. Revista profissão docente on line. www.uniube.br.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à Prática educativa. 10.ª ed. Paz e Terra, 1999
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- FREITAS, Bárbara. **O indivíduo em Formação:** Diálogos interdisciplinares sobre educação 3ª ed. São Paulo. Cortez, 1994.
- FREITAS, Helena Costa de. **O Trabalho como princípio articulador na Prática de Ensino e nos Estágios.** Campinas: Papirus, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho:** Perspectivas de Final de Século. 2.ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.), **Educação e crise do capitalismo real.** 3.ª ed. São Paulo: Cortez, 1999
- FULLAN, Michael e Andy Hargreaves, **A Escola Como Organização Aprendente:** Buscando Uma Educação de Qualidade, Editora Artes Médias sul, Porto Alegre, 2000.
- GADOTTE, Moacir. **Concepção Dialética da Educação:** Um estudo introdutório, 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis.** 2.ª ed. Cortez, São Paulo 1998
- GALLO, Sílvio (1994). **Educação e Interdisciplinaridade;** Impulso, vol. 7, nº 16. Piracicaba: Ed. Unimep, p. 157-163.
- GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins** – Goiânia: Ed. UFG; Palmas: Unitins, 2002.

- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Currículo e Políticas Públicas**. Belo Horizonte,
- HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**. São Paulo: Ática.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Que destino os educadores darão à Pedagogia?** In PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Pedagogia, ciência da educação**. São Paulo: Cortez, 1996.
- LUCCHESI, Marta Abrahão Saad. **Universidade no limiar do terceiro milênio: desafios e tendências**. Santos, SP: Leopoldianum, 2002.
- MEC, Ministério da Educação e do Desporto. **Reflexões sobre a educação no próximo milênio**, Brasília, 1998.
- NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Pedagogia dos Projetos: Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências**. São Paulo: Érica, 2001.
- NÓVOA, Antônio, **Professor se Forma na Escola**. Revista Nova Escola, maio/2001
- PERRENOUD, Phillippe. **Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação: Perspectivas Sociológicas**, Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- PIMENTA, Selma Garrido (org.) **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PIMENTA, Selma Garrido. **De professores, Pesquisa e didática**. São Paulo: Papirus, 2002.
- QUELUZ, Ana Gracinda. **O Trabalho Docente**. São Paulo: Pioneira, 2005.
- SHIROMA, Eneida Oto, et all. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**: SP: Papirus; 1995
- VEIGA, Ilma P. A. **Licenciatura em Pedagogia: Realidades e incertezas**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Trad. Ernani F. da F. Rosa, Porto Alegre, 1998.

Anexos

- 1 – Regimento acadêmico do curso
- 2 – Manual de Adequação Curricular
- 3 – Manual de Estágio Supervisionado.
- 4 – Manual e Regimento de TCC.
- 5 – Normativa de Atividades Complementares.
- 6 – Currículo Simplificado do corpo docente.